UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JOÃO VICTOR RIBEIRO COUTINHO GONÇALVES DA SILVA

ESPORTE E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: DE RIO BRANCO A EPITÁCIO PESSOA

JOÃO PESSOA – PB

2026

João Victor Ribeiro Coutinho Gonçalves da Silva

ESPORTE E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: DE RIO BRANCO A EPITÁCIO PESSOA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Silvia Garcia Nogueira.

JOÃO PESSOA – PB

2026

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586e Silva, João Victor Ribeiro Coutinho Gonçalves da
Esporte, prestígio e polÍtica externa brasileira [manuscrito] : de Rio Branco a Epitácio Pessoa / João Victor Ribeiro Coutinho Gonçalves da Silva. - 2017.
109 p. : il. color.

Digitado.
Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2017.
"Orientação: Profa. Dra. Silvia Garcia Nogueira, Departamento de Relações Internacionais".

1. Esporte. 2. Política Externa brasileira.3. Primeira República. I. Título.

21. ed. CDD 327.81

JOÃO VICTOR RIBEIRO COUTINHO GONÇALVES DA SILVA

ESPORTE E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: DE RIO BRANCO A EPITÁCIO PESSOA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Internacional

Aprovada em: 26/09/2014

BANCA EXAMINADORA

gov.br Documento assinado digitalmente
SILVIA GARCIA NOGUEIRA
Data: 03/03/2026 19:34:08-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Silvia Garcia Nogueira – Orientadora
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Prof. Dr. Henrique Altemani de Oliveira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

gov.br Documento assinado digitalmente
MARCILIO TOSCANO FRANCA FILHO
Data: 03/03/2026 21:36:27-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Marcílio Toscano Franca Filho
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

DEDICATÓRIA

À minha família, fundamento de tudo o que sou, especialmente à minha esposa Carina, por sua compreensão generosa e pelo apoio constante que me permitiram dedicar o tempo necessário aos estudos, e à minha filha Luiza, cuja concepção representou a verdadeira força propulsora desta trajetória.

Aos meus pais, Dalila e João Batista (in memoriam), pelo exemplo de dedicação e perseverança, pelos ensinamentos e valores que permanecem vivos e orientam cada passo do meu caminho.

Aos meus irmãos, pela presença constante ao longo desta jornada.

À minha orientadora, Professora Doutora Silvia Garcia Nogueira, pela orientação segura, pela confiança depositada e pelo rigor acadêmico que tornaram possível a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Registro meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que, de diferentes formas, contribuíram para a realização deste trabalho.

Ao corpo docente e aos servidores do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba.

Ao Professor Pedro Tórtima, pela generosidade intelectual e pelo apoio na condução das pesquisas junto ao acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, inclusive com a disponibilização de obras de seu arquivo pessoal, contribuições fundamentais para a construção deste estudo.

A todos os servidores da Biblioteca Nacional, sempre solícitos e prestativos, cujo profissionalismo e atenção facilitaram significativamente o acesso às fontes documentais indispensáveis à pesquisa.

Ao amigo Matheus Medeiros, pelo incentivo e auxílio constante durante as etapas de investigação e levantamento de fontes.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta dissertação, seja por meio de apoio intelectual, incentivo pessoal ou colaboração material, e que tornaram possível a concretização deste trabalho.

Some people believe football is a matter of life and death, I am very disappointed with that attitude.
I can assure you it is much, much more important than that

Bill Shankly

RESUMO

O esporte é um fenômeno global que desperta interesse dos Estados, para além dos praticantes, servindo como meio de demonstração de poder e força no meio internacional. Ao longo de todo o século XX, os megaeventos esportivos se tornaram uma vitrine do país-sede para o mundo, e até hoje vem servindo aos Estados para os mais diversificados fins, desde a demonstração de avanço civilizatório até a exibição da riqueza de um povo, agregando prestígio e servindo não somente ao país-sede, mas principalmente a este, como instrumento de política exterior. Mas nem sempre se teve esta percepção. O início do século XX marcou o início da institucionalização esportiva no Brasil e o Barão do Rio Branco teve um papel fundamental na introdução do esporte na diplomacia brasileira. Mesmo após seu falecimento, perduraram os princípios que levaram o Brasil a participar de competições internacionais e engajar-se na campanha para sediar o primeiro megaevento esportivo da sua história, os Jogos Olímpicos Latino-Americanos, em 1922. Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar a introdução do esporte como ferramenta da política externa brasileira desde as primeiras incursões de Rio Branco, em 1906, até a organização dos Jogos Olímpicos Latino-Americanos, no governo de Epitácio Pessoa, estabelecendo suas relações com o prestígio internacional almejado pelo Brasil e a construção da imagem de país moderno. Utilizou-se de fontes documentais, bibliográficas, e de imprensa a fim de identificar o desenvolvimento e as diferentes etapas de introdução do esporte como ferramenta de política externa brasileira, buscando verificar seus objetivos desde 1906 até 1922.

Palavras-Chave: Esporte; Política Externa; Primeira República.

ABSTRACT

Sport is a global phenomenon that attracts the interest of states beyond that of its practitioners, serving as a means of demonstrating power and influence in the international arena. Throughout the twentieth century, sporting mega-events became a showcase through which host countries projected themselves to the world, and they continue to serve states for a wide range of purposes, from the demonstration of civilizational progress to the display of national wealth. Such events generate prestige and function not only for the international community but, above all, for the host country as instruments of foreign policy. This understanding, however, did not always prevail. The early twentieth century marked the beginning of the institutionalization of sport in Brazil, and the Baron of Rio Branco played a fundamental role in introducing sport into Brazilian diplomacy. Even after his death, the principles that guided Brazil's participation in international competitions endured and fostered the country's engagement in the campaign to host the first sporting mega-event in its history, the Latin American Olympic Games of 1922. The main objective of this research is to analyze the introduction of sport as a tool of Brazilian foreign policy from the earliest initiatives undertaken by Rio Branco in 1906 to the organization of the Latin American Olympic Games during the administration of Epitácio Pessoa. The study establishes connections between these initiatives, Brazil's pursuit of international prestige, and the construction of an image of the country as a modern nation. Documentary, bibliographical, and press sources were employed in order to identify the development and successive stages in the introduction of sport as an instrument of Brazilian foreign policy, as well as to examine its objectives between 1906 and 1922.

Keywords: Sport; Foreign Policy; First Brazilian Republic.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – "The chege and cadeira", de Henry Chamberlain.....21

FIGURA 2 – Recrutas praticam o Turnen.....27

FIGURA 3 – Jockey Club em dia de páreo.....29

FIGURA 4 – Oscar Cox (esquerda) e Charles Muller (Direita).....35

FIGURA 5 - Postal (ou foto colorizada) do Pavilhão de Regatas.....39

FIGURA 6 – Anúncio do jogo Brasil vs. Argentina.....61

FIGURA 7 – Lance do jogo Brasil *vs*. Argentina - Campeonato Sul-Americano de 1919.....70

FIGURA 8 – Cerimônia de homenagem aos atletas medalhistas olímpicos na Antuérpia, 1920.....73

FIGURA 9 – Charge publicada no *Jornal Crítica*.....75

FIGURA 10 – Umas das páginas da revista *A Exposição de 1922*.....78

FIGURA 11 – Visão Panorâmica do Estádio das Laranjeiras em 1922.....88

FIGURA 12 – Cerimônia de abertura dos Jogos Latino-Americanos de 1922 - Estádio das Laranjeiras (no centro, vê-se o Presidente Epitácio Pessoa e o Conde Baillet-Latour, representante do COI).....88

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APEA – Associação Paulista de Esportes Atléticos

BN – Biblioteca Nacional

CBD – Confederação Brasileira de Desportos

CBF – Confederação Brasileira de Futebol

CBR – Confederação Brasileira de Remo

CGCE – Coordenação-Geral de Intercâmbio e Cooperação Esportiva

COB – Comitê Olímpico Brasileiro

COI – Comitê Olímpico Internacional

CON – Comitê Olímpico Nacional

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FIFA – Federação Internacional de Futebol

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico do Brasil

SDN – Sociedade das Nações

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....11

2. CAPÍTULO 1 – A INTRODUÇÃO DO ESPORTE NO BRASIL.....22

2.1.As influências britânica e germânica..... 22

2.2.A modernização do Rio de Janeiro e o esporte.....32

3. CAPÍTULO 2 – RIO BRANCO E A INSERÇÃO DO ESPORTE NA DIPLOMACIA BRASILEIRA.....45

3.1.A exibição do esporte como avanço civilizatório e meio de prestígio.....45

3.2.As relações Brasil – Argentina e o uso do esporte como instrumento das relações diplomáticas.....60

3.3.Institucionalização e desenvolvimento esportivo no Brasil: a participação nas primeiras competições internacionais.....65

4. CAPÍTULO 3 – O BRASIL: PAÍS-SEDE DE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS.....71

4.1.Sede do primeiro Campeonato Sul-Americano de Futebol e participação nos primeiros Jogos Olímpicos.....71

4.2.A Exposição Internacional de 1922: a celebração do Brasil.....77

4.3.O esporte nas comemorações do Centenário da Independência: modernidade e nacionalismo.....85

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....98

6. REFERÊNCIAS.....103

INTRODUÇÃO

O esporte tem em seu cerne características de diversão, de passatempo, mas nele também está presente outro elemento intrínseco, o conflito, a disputa controlada. A partir da análise histórica e sociológica do esporte pode-se vislumbrar a relação entre a política de um Estado e as suas ações para a juventude. Nesta, as práticas esportivas sempre exerceram um papel preponderante. Pode-se citar como exemplos o movimento escolar na Inglaterra, com base na política pedagógica *arnoldiana*[1], a juventude hitleriana e o papel desempenhado pelo esporte nos países comunistas (FEIO, s.d.).

Importa ao presente trabalho a evolução do elemento lúdico do *jogo* e sua transformação em *esporte*, com regras definidas, unificadas e conhecidas por todos os praticantes, regulado por associações nacionais e internacionais, e sua relação com a política externa brasileira.

Huizinga, que defendia uma outra qualificação da espécie humana, o *homo ludens*, afirmou que:

> O jogo é uma ação livre, sentida como fictícia e situada fora da vida corrente, capaz de absorver totalmente o jogador; que se realiza num espaço e num tempo expressamente circunscrito e se desenvolve ordenadamente segundo determinadas regras, suscita na vida relações de grupos os quais voluntariamente se envolvem de mistério por disfarce a sua estranheza face ao mundo habitual (HUIZINGA, 2012, p.195).

Para ele, o jogo envolve além dessas características, dois outros elementos: tensão e alegria, o que nas sociedades industriais dos séculos XIX e início do século XX representava, além da afirmação individual do jogador, um meio de equilíbrio para as tensões da vida, proporcionando uma convivência social pacífica entre opostos.

Caillois (1990, p. 195), em comunhão com Huizinga, afirma que o "jogo não é somente distração individual", mas essencialmente social, e cita como exemplo disso um elemento que lhe é inerente, a competição. Para Caillois, ainda que se observe o caráter individual de um dado jogo, o elemento da diversão, do lúdico, deixaria de existir caso não houvesse oponente ou mesmo espectadores.

Elias e Dunning também destacam o elemento da tensão:

> A peça fulcral da configuração de um grupo envolvido no desporto é, sempre, a simulação de um confronto, com as tensões por ela produzidas controladas, e, no final, com a catarse, a libertação da tensão. De acordo com a tradição

[1] O adjetivo tem origem em Thomas Arnold, responsável pela expansão do esporte moderno nas *Public Schools* inglesas.

> dominante de pensar e de sentir, as tensões enquanto fenômeno social consideram-se alguma coisa que atua em oposição às normas – como anormal, nocivo e indesejável. [...] Um desporto é uma forma organizada de tensão em grupo, mesmo que aquele que a procura, num dado momento, possa ser um grupo de dois elementos (ELIAS E DUNNING, 1995, p. 235)

Estudiosos do esporte diferenciam o esporte do jogo de acordo com alguns elementos. Para Bouet (1969, *apud*, Feio, s.d., p. 57) no jogo o elemento lúdico está mais presente que no esporte, enquanto a tensão e a realidade estão mais intensamente presentes no esporte que no jogo.

Analisando a transformação dos jogos em esportes, traçando um paralelo com o período histórico por que passou a Inglaterra no século XIX, e por pano de fundo a teoria dos processos civilizatórios de Norbert Elias[2], tem-se que a transição dos passatempos aristocráticos (os jogos) aos esportes no seio da alta sociedade inglesa e a expansão de alguns desses em escala global, como é o caso do futebol e do rúgbi, são exemplos de avanço civilizatório. Em *A busca pela excitação*, Elias e Dunning afirmam que:

> É difícil considerar como um mero acidente o facto de os passatempos relativamente mais violentos e menos regulamentados das classes proprietárias de terras se terem transformado em passatempos relativamente menos violentos e mais minuciosamente regulamentados, que deram à expressão 'desporto' o seu sentido moderno, no mesmo período em que essas classes sociais renunciaram à violência e aprenderam a forma de autodomínio mais elevada exigida pela via de controlo parlamentar e, em especial, pela mudança de governos.[...] Por outras palavras, existiam afinidades óbvias entre o desenvolvimento e a estrutura do regime politico de Inglaterra no século XVIII e a desportivização, no mesmo período, dos passatempos das classes inglesas elevadas (ELIAS E DUNNING, 1995, p. 254)

Como exemplo dessa transição e evolução da sociedade, esses autores citam o boxe. Esta era uma forma de luta popular na Inglaterra caracterizada pela violência empregada pelos oponentes, mas que no decorrer do século XIX foi incorporando novas regras que lhe diminuíram essa característica, aumentando a proteção aos competidores de modo a minorar os graves danos físicos que lhes poderiam advir dos embates. Este e outros esportes ingleses acabaram sendo incorporados por outros países, que os "importaram" na sua forma inglesa após a *desportivização*, a transformação do jogo em esporte (ELIAS E DUNNING, 1995).

[2] Na obra O Processo Civilizador, Norbert Elias analisa a história dos costumes na civilização ocidental, buscando explicar como e porque foram sistematicamente modificados, e procurando estabelecer qual seria a influência destes sobre a sociedade.

Foi também no século XIX que as elites inglesas conseguiram desenvolver o regime político parlamentarista, aceitando as alternâncias de poder, habituando-se a manter o conflito no campo dos discursos, renunciando à violência como forma de resolução dos conflitos, elevando a estima ao autodomínio.

E tal como o desenvolvimento político, os jogos, os passatempos das classes altas proprietárias de terras, se tornaram menos violentos e mais regulamentados, transformando-se em desportos, assim conceituados:

> [...] um desporto, seja ele qual for, é uma atividade organizada, centrada num confronto entre, pelo menos, duas partes. Exige esforços físicos e é disputado de acordo com regras conhecidas, incluindo, onde se revelar apropriado, regras que definem os limites autorizados de força física. O grupo de participantes é organizado de tal maneira que em cada encontro ocorre um padrão específico de dinâmica de grupo – um padrão que é flexível, umas vezes mais, outras vezes menos, e, por isso, variável e, de preferência, não inteiramente previsível no seu curso e nos seus resultados. A configuração das pessoas em semelhante confronto encontra-se de tal modo planeada que não só facilita as tensões como, também, as restringe. (ELIAS; DUNNING, 1995, p.232)

Nesse contexto de substituição da violência pelo autodomínio, o esporte surge na sociedade como uma forma de libertação das tensões, que antes eram extravasadas por meio do descontrole e da violência. A relação entre esporte e política é, desde o início, muito próxima.

Norbert Elias (1994) assinala que o controle das emoções passou por um condicionamento histórico, característico do processo de civilização da sociedade. Para ele, na Idade Média a vida era regida por uma estrutura emocional diferente da que se conhece hoje ou mesmo no século XIX, de forma que os instintos e as emoções eram extravasados livremente. A civilização, neste ponto, fez com que o homem passasse a controlar suas emoções.

Essas tensões passavam por uma mudança e agora eram liberadas através do esporte, representando a simulação de um confronto organizado que regulava as tensões entre os grupos. Esse processo de civilização das emoções encontrou no esporte um grande álibi:

> [...]a beligerância e a agressão encontraram expressão socialmente permitida nos jogos esportivos. E elas se manifestam especialmente em participar como "espectador" (como por exemplo em lutas de boxe), na identificação imaginária com um pequeno número de combatentes, a quem uma liberdade imaginária e precisamente regulamentada é concedida para liberação dessas emoções [...] Essa transformação do que, inicialmente, se exprimia em uma manifestação ativa e frequentemente agressiva, no prazer passivo e mais controlado de assistir (isto é, em mero prazer do olho), já é iniciada na educação e nas regras de condicionamento dos jovens (ELIAS, 1994, p. 215)

A citação acima pode ser claramente compreendida com a descrição que Eduardo Galeano (2012, p. 23-24) faz da disputa envolvida em uma partida de futebol:

> No futebol, sublimação ritual da guerra, onze homens de calção acabam sendo a espada vingadora do bairro, da cidade ou da nação. Estes guerreiros sem armas nem couraças exorcizam os demônios da multidão e confirmam sua fé: em cada confronto entre duas equipes, entram em combate velhos ódios herdados de pai para filho.
> O estádio tem torres e estandartes, como um castelo, e um fosso fundo e largo ao redor do campo. No meio, uma raia branca assinala os territórios em disputa. Em cada extremo, aguardam os arcos, que serão bombardeados por boladas. Em frente aos arcos, a área se chama *zona de perigo*.

A explicação de Elias (1994) e a descrição de Galeano (2012) se complementam. O esporte representa o conflito controlado, e o futebol bem o expressa. Simula-se o combate, a própria guerra entre dois opositores, cada qual representando o seu clube, o seu país. Ao entrarem nesta disputa não somente os atletas, mas os espectadores "exorcizam" suas tensões pelo simples "prazer passivo e mais controlado de assistir" a partida.

É nesse ponto que a evolução do esporte e da política se entrelaçam, pois é na segunda metade do século XIX, na Inglaterra, que os competidores esportivos e os políticos diminuem o uso da violência e passam a solucionar suas disputas de maneira pacífica, segundo regras impostas e seguidas por todos (ELIAS e DUNNING, 1995). A partir desse momento, cabe aos jogadores, assim como aos políticos, atuar no limite das regras, mantendo o autocontrole mas sem descuidar do vigor necessário à busca pela vitória.

E o esporte não tem somente esta faceta. O uso do esporte como instrumento da política interna já é bem conhecido dos europeus desde o século XIX, quando na Alemanha foi desenvolvido o método ginástico por Guths Muths, Badow e Friedrich Jahn. Conforme Signoli e De Rose Jr. (2004) este método fomentou ideais nacionalistas no povo alemão, instigando-o a unir-se pela unificação. Os ingleses também se utilizaram do esporte para fins políticos internos quando estimulavam a prática do *football* pelos operários no tempo livre com a intenção de que estes não destinassem suas energias à reivindicação de melhores condições de trabalho e salários (MÁXIMO, 1999).

No nível da política externa, é fácil identificar o poder inerente às grandes representações do esporte no nível internacional, como se dá nos casos dos Jogos Olímpicos ou da Copa do Mundo, facilmente evidenciado nas Olimpíadas de 1936 – Munique – que serviram de palco para o grandioso espetáculo do nazismo alemão, com

demonstrações de organização e pujança econômica do regime comandado por Hitler (SIGOLI & DE ROSE JR, 2004).

Não se pode ignorar o fato de que já em 1908, nos Jogos Olímpicos de Londres, atletas irlandeses encontraram no boicote a forma de protestar contra a recusa britânica em conferir independência à Irlanda, inaugurando um meio de crítica política com apelo internacional (VAREJÃO, 2006). Simbólicos também foram os boicotes soviético e estadunidense aos Jogos Olímpicos de Los Angeles (1980) e Moscou (1984), ambos tendo como pano de fundo a Guerra Fria. E é justamente o ambiente político inerente aos Jogos Olímpicos que proporciona a utilização do boicote como instrumento de política externa.

É dentro desse contexto de colocação do esporte à serviço da política que o presente trabalho está situado. Na época em que Rio Branco iniciou sua trajetória como Ministro, em 1902, o Brasil firmava-se como República e aspirava por prestígio internacional. O Barão utilizou-se de todos os instrumentos possíveis para fazer política externa, inclusive do esporte, o que revela o seu grau de inovação, tendo em vista que esta era uma ferramenta pouco utilizada no período.

Não pode ser ignorado o fato de que durante a III Conferência Pan-Americana[3], realizada no Rio de Janeiro, em 1906, foi organizado um evento esportivo em homenagem ao Secretário de Estado do Estados Unidos, que pela primeira vez visitava um país sul-americano. Em São Paulo, a 04 de agosto de 1906 foi disputada a Taça Elihu Root entre o Botafogo Football Club e a Seleção Paulista, vencido pelo clube carioca que neste momento conquistava sua primeira taça (AUGUSTO, 2004).

Também é sabido que durante o ápice das tensões entre Brasil e Argentina, no ano de 1908, logo após o caso do telegrama número nove[4] e as questões relativas ao rearmamento naval brasileiro, compareceu ao Brasil a seleção argentina de futebol para disputar jogos amistosos. Após o segundo jogo na Capital fluminense Rio Branco

[3] Inserta no contexto pan-americanista idealizado, inicialmente, por Simón Bolívar, a III Conferência Pan-Americana, que reuniu representantes de 19 países americanos no Rio de Janeiro, trouxe em seu temário questões, fundamentalmente, comerciais.

[4] Em meio a boatos divulgados pela imprensa argentina de que o Brasil pretendia fazer uma guerra contra a Argentina, aumentou o desgaste nas relações bilaterais levando o Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Estanislao Zeballos a pedir demissão. Longe do cargo de Ministro das Relações Exteriores ele escreveu vários artigos criticando a política que acreditava ser a brasileira, chegando ao ponto de falsificar um telegrama – o telegrama n. 9 - enviado à legação brasileira no Chile, o qual supostamente apontava para intenções hostis do Brasil com relação à Argentina e referendava suas digressões. Em resposta, Rio Branco mandou decifrá-lo e o fez publicar no Diário Oficial, provando a falsificação orquestrada por Estanislao Zeballos (CARVALHO, 1998; DORATIOTO, 2012).

ofereceu um almoço no Palácio do Itamaraty aos jogadores e ao ministro argentino no Brasil, Julio Fernandez, o qual mereceu a seguinte análise do diplomata Manoel Gomes Pereira:

> Nesse curto brinde nota-se a preocupação do barão de usar todos os públicos disponíveis para, em plena crise das relações bilaterais, enviar sinais amistosos ao Prata. Buscava, com isso, ir além da posição oficial daquele governo, pouco simpática ao Brasil, para influir na opinião pública da Argentina em nosso favor. Rio Branco foi um mestre na utilização de novos meios para atingir os fins que buscava na política externa. A imprensa foi um deles. E, sinal de sua modernidade, o esporte foi outro. (*apud* Obras do Barão do Rio Branco, IX, Discursos, 2012, p. 37)

O legado do Barão não cessou com a sua morte. Em 1913, um ano após seu falecimento, seu filho, Raul do Rio Branco, representante diplomático do Brasil em Berna, candidatou-se e foi eleito Membro do Comitê Olímpico Internacional (COI), passando a representar seu país junto a esta organização (DA COSTA, 2006).

Nesse tocante, não pode ser afastada dos interesses nacionais a decisão do diplomata brasileiro de participar como delegado do Brasil junto ao COI, uma organização internacional relativamente nova, fundada em 1894, mas que contava com representantes de trinta nações, dentre as quais grandes potências como Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, e França.

Raul do Rio Branco soube aproveitar a oportunidade para inserir o país em mais uma organização que lhe conferia visibilidade junto às grandes potências. Com Raul do Rio Branco representando o Brasil junto ao COI, o país logo se apressou em fundar o Comitê Oympico Nacional em 1914, já visando o intercâmbio e a cooperação internacional no esporte, segundo consta da sua ata de fundação (FRANCESCHI NETO, 1999).

Dentre as três dimensões do esporte estabelecidas por Milza[5] (*apud* VAREJÃO, 2006) duas tem relação com o meio internacional: uma fundada na compreensão do esporte como reflexo e componente da vida internacional de um Estado; e outra centrada como instrumento de política externa.

Raul do Rio Branco, na qualidade de embaixador do Brasil na Suíça, tendo residido na Europa durante o maior período de sua vida, certamente não ignorava o elemento político contido nos Jogos Olímpicos na época em que iniciou sua participação no COI como delegado do Brasil. O próprio Raul do Rio Branco escreveu uma carta a 30 de abril de 1914 a diversos dirigentes esportivos brasileiros na qual afirma que após o

[5] A primeira das dimensões trata do esporte como revelador do sentimento público.

Barão de Coubertin, presidente do COI, lhe ter proposto a candidatura, este aceitou e foi eleito no intuito de servir utilmente a sua pátria (FRANCESCHI NETO, 1999).

Após o ingresso do diplomata Raul do Rio Branco no COI, da fundação do Comitê Olympico Nacional, e da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), o Brasil passou a participar ativamente de competições internacionais que ocorreram no continente, ao tempo em que vivia o florescimento dos esportes nas duas principais cidades, São Paulo e Rio de Janeiro (SANTOS, 2011).

Antes de participar dos Jogos Olímpicos de Verão na Antuérpia em 1920, o Brasil já havia participado dos campeonatos sul-americanos de *football* em 1916, na Argentina, em 1917, no Uruguai, e em 1919, ocasião em que o sediou pela primeira vez.

Para realizá-la foi necessária a construção de um estádio de futebol e, para tanto, o interesse estatal pode ser notado pela intervenção do Presidente da República, Epitácio Pessoa (1919-1922), que autorizou o Banco do Brasil a financiar a construção do Estádio das Laranjeiras junto ao Fluminense Football Club (SANTOS, 2011)

Três anos depois, o Brasil comemoraria o Centenário da Independência (1922), ocasião em que o discurso de abertura das comemorações, proferido pelo presidente Epitácio Pessoa, foi transmitido via rádio para o Rio de Janeiro, Petrópolis e São Paulo.

Nas duas primeiras décadas do século XX, o esporte internacionalizava-se e crescia a sua importância no meio externo. Apesar das incursões da diplomacia brasileira na utilização do esporte como instrumento da política externa, ainda não havia uma institucionalização como na França, que em 1920 criou uma *Section du tourisme et de esport*, dependente do *Ministère des Affaires Étrangers* (SUPPO, 2012).

Antes mesmo da realização dos Jogos Olímpicos da Antuérpia, em 1920, a relação simbiótica entre política internacional e esporte era latente. A Bélgica, país sede, recusou-se a convidar a Alemanha e seus aliados, Áustria, Hungria, Bulgária e Turquia, fato que pode ser avaliado como mais uma reprimenda internacional aos vencidos na Primeira Guerra Mundial, principalmente quando se tem em conta que a Alemanha confirmou presença em todos os Jogos Olímpicos desde a primeira edição em Atenas, 1896 (VAREJÃO, 2006).

É nessa linha que o presente trabalho propõe a análise do nascimento da relação entre esporte e política externa brasileira, no período que se estende desde a chegada do esporte moderno no Brasil até ano de 1922, em que o Brasil comemorou o Centenário da Independência com a Exposição Internacional do Rio de Janeiro, a qual contou com uma

extensa programação esportiva, destacando-se o Campeonato Sul-Americano de Futebol e os Jogos Olímpicos Latino-Americanos.

Este tema se mostra relevante à medida em que proporciona a visão internacionalista do início da participação do Brasil como protagonista nos palcos internacionais do esporte, encaixando-se na carência de estudo das relações internacionais do Brasil quanto ao tema:

> O terreno "teórico-prático" das relações internacionais do Brasil apresenta-se, ao observador atento, como um imenso território ainda não totalmente mapeado, comportando muitas lacunas analíticas e diversos vazios conceituais, o que lhe dá um aspecto mais de *terra incógnita* que de campo cultivado. Com efeito, se as "relações diplomáticas", enquanto tais, e a "política externa", no sentido estrito, foram já objeto de diversos relatos de cunho histórico e de estudos analíticos relacionados com diversos aspectos (econômicos, políticos, culturais, etc) das "relações exteriores" do País, as "relações internacionais do Brasil", *lato sensu*, carecem ainda de tratamento abrangente. (ALMEIDA, 1998, p. 18-19)

O estudo desenvolvido neste trabalho, centrado no período em que o esporte foi introduzido como instrumento da diplomacia brasileira, pode fornecer uma visão mais ampla a respeito do tema, ajudando a compreender o interesse do Brasil nos megaeventos esportivos, no esporte de nível internacional, em especial nos esforços envidados pelo Itamaraty para que o Brasil sediasse a Copa do Mundo de Futebol em 2014, e as Olimpíadas em 2016, bem como as razões pelas quais o Itamaraty criou a Coordenação-Geral de Intercâmbio e Cooperação Esportiva (CGCE), com atuação em megaeventos esportivos, organismos internacionais e cooperação esportiva. Tudo isto, praticamente cem anos após iniciar sua história nas competições esportivas internacionais.

Foram utilizadas fontes bibliográficas, documentos oficiais e iconográficos presentes nos arquivos do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), da Biblioteca Nacional (BN), do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) e Museu do Fluminense, todos no Rio de Janeiro-RJ, pois estes organismos guardam extensa documentação relativa ao período em análise.

A partir destas fontes, o primeiro capítulo se dedica a analisar, historicamente, as influências esportivas que chegaram ao Brasil, notadamente inglesa e alemã, e o desenvolvimento dessas duas vertentes no país.

O capítulo dois traz questões relativas à reorientação na política externa brasileira quando teve o Barão do Rio Branco à frente do Itamaraty, de 1902 a 1912. Este período em que foram definidos princípios que permaneceriam até o fim da República Velha, e

que até hoje influenciam ações da diplomacia brasileira também foi marcado pelas primeiras intersecções brasileiras entre o esporte e a política

O terceiro é último capítulo é mais abrangente, constrói o cenário diplomático-esportivo desde a morte do Barão do Rio Branco até os Jogos Olímpios Latino-Americanos em 1922, destacando a continuidade de suas ações, analisa as primeiras competições esportivas de que o Brasil participou e, por fim, trata da relação entre política e esporte nas Comemorações do Centenário da Independência.

CAPÍTULO 1 – A INTRODUÇÃO DO ESPORTE NO BRASIL

Este capítulo analisa, historicamente, a influência inglesa e alemã para o desenvolvimento do esporte no Brasil durante o século XIX, expondo a relação das práticas desportivas com a sociedade carioca, desde o período Imperial até o início da República, destacando o papel do esporte no conceito de modernidade da época.

1.1.As influências britânica e germânica

A vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808 tornou o Rio de Janeiro o mais importante centro naval do império, pois nenhum outro porto colonial tinha localização tão privilegiada. A abertura dos portos encheu a cidade de produtos e comerciantes estrangeiros, principalmente ingleses. Como assinala Gomes (2007, p. 188) "a chegada da família real produziu uma revolução no Rio de Janeiro. O saneamento, a saúde, a arquitetura, a cultura, as artes, os costumes, tudo mudou para melhor – pelo menos entre a elite branca que frequentava a vida na corte".

Nesta época, a Inglaterra iniciou o desenvolvimento do esporte, tal como o conhecemos hoje, cuja origem está nos passatempos da aristocracia rural. E foi justamente a partir da forte influência britânica que chegou ao Brasil o esporte moderno, caracterizado por regras unificadas e conhecidas por todos os praticantes, um calendário de competições definido, organizado em torno de associações, dentre outras características.

Os ingleses que acompanharam a viagem da corte portuguesa ao Brasil desenvolveram inicialmente o turfe, corrida de cavalos que abria espaço para o melhoramento das raças e também para o elemento lúdico, a disputa e a tensão controlada que a sociologia do esporte faz referência. O turfe representava o primeiro estágio da desportivização dos passatempos ingleses, posto que desenvolvido no próprio ambiente da aristocracia rural.

No Rio de Janeiro, ainda que o primeiro clube exclusivo de turfe somente tenha sido fundado em 1849, as corridas já eram realizadas na praia de Botafogo desde a década de 1820. É provável que o turfe tenha tido preferência sobre os demais esportes ante ao fato de que o esforço é feito com muito mais intensidade pelo cavalo que pelo cavaleiro,

pois o esforço humano não era bem visto pela alta sociedade, cabendo somente ao povo. Ademais, a montaria era uma atividade comum na aristocracia brasileira, que nessa época era essencialmente rural.



FIGURA 01 – "The chege and cadeira", de Henry Chamberlain (Disponível em: http://www.pinacoteca.org.br/pinacoteca-pt/default.aspx?mn=545&c=acervo&letra=H&cd=3613. Acesso em 24/01/2014).

Nesta época ainda não existia qualquer outro meio de transporte além da tração animal, de modo que os cavalos tinham uma importância significativa na locomoção das pessoas e na circulação dos produtos. Somente no século XX as cidades veriam o desenvolvimento do motor à combustão e a chegada dos automóveis.

A Inglaterra influenciaria decisivamente a sociedade brasileira do século XX a partir do seu segundo movimento de desportivização, surgido dentro das escolas dos filhos da aristocracia. Rouyer (s.d., p. 86), destaca a importância de Thomas Arnold, na evolução do esporte inglês:

> É nesta época que o pastor protestante Thomas Arnold, diretor do Colégio de Rugby, não deixará escapar esta forma de lazer, assim como os jogos populares, para criar um novo movimento de educação: o desporto. Ele estabelece as regras e formas precisas de organização para as associações desportivas: os clubes universitários, e confia a gestão aos estudantes. Estes organizam encontros inter-clubes e dirigem o seu próprio treino. Esta inovação conhecerá um grande sucesso nas universidades, como no meio das classes dirigentes.

Para além da análise do desenvolvimento esportivo de Elias e Dunning, Rouyer assinala que as classes dirigentes deste período encontravam-se num estado de degradação moral e física. Para Rouyer (s.d.), a teoria evolucionista de Charles Darwin também contribuiu para o desenvolvimento do esporte, pois na medida em que o mundo natural era regido pela lei dos fortes na luta pela sobrevivência, o Império Britânico necessitava de homens fortes e de ação, capazes de conduzir o Império para além de suas fronteiras.

O esporte, portanto, conferia às classes dirigentes a possibilidade de afirmar sua virilidade, formar o caráter e incutir no praticante a vontade de vencer (BOURDIEU, 2003). É neste mesmo sentido que Galeano (2012, p. 33) assinala que "os futuros chefes da sociedade aprendiam a vencer jogando o futebol nos pátios dos colégios e das universidades. Ali, os rebentos da classe alta desafogavam seus ardores juvenis, aprimoravam sua disciplina, temperavam sua coragem e afiavam sua astúcia".

Para Pierre Bourdieu (2003, p. 185):

> Parece indiscutível que a passagem do jogo ao desporto propriamente dito tenha se efetuado nas grandes escolas reservadas às "elites" da sociedade burguesa, nas *public schools* inglesas onde os filhos das famílias da aristocracia ou da grande burguesia retomaram um certo número de *jogos populares*.

Máximo (1999) assinala que o futebol era uma prática proibida na Inglaterra até a década de 1840, quando a Rainha Vitória, influenciada por Thomas Arnold, liberou sua prática. É compreensível que o então conhecido *mass football* fosse proibido, pois antes de sua transformação em esporte caracterizava-se pela extrema violência:

> O esporte já era então obrigatório nos recreios escolares britânicos. Isso desde a década de 1840, quando a rainha Vitória, aconselhada pelo pedagogo Thomas Arnold, pôs fim à proibição soberana que, por séculos, seus antecessores andaram impondo ao *mass football*, jogo de rua, violento, às vezes fatal, que vinha de antiga tradição: a da disputa de uma bola de bexiga de boi, envolvida em couro, que o sapateiro de Derby atirava ao alto na *terça-feira gorda*, para que dois times – 50 ou mais jogadores da cada lado – tentassem fazê-la passar pela porta da cidade defendida pelo time adversário. Ou seja, o *goal*. Para tanto, valia-se de tudo, socos, pontapés, cotoveladas, gravatas, golpes sujos. Consta que essa primitiva peleja teria sua origem em um episódio ocorrido quando da expulsão dos dinamarqueses de solo britânico no século XI. Para comemorar o feito, os habitantes de Derby teriam organizado um jogo usando como bola o crânio de um oficial invasor morto em combate. Por menos que se acredite nessa versão algo sinistra, foi mesmo como comemoração cívica que o primeiro sapateiro de Derby começou a atirar a bola ao alto, uma vez por ano, nas festas do condado (MÁXIMO, 1999, p.179-180).

A partir da difusão e da absorção dos esportes pela aristocracia, os praticantes foram então denominados *sportsman,* cujo conceito é caracterizado pela tradição

aristocrática e o sentimento cavalheiresco de honra. Esse era o verdadeiro *gentleman* desportivo, semente do que hoje conhecemos como o espírito do *fair-play* (ROUYER, s.d.).

A prática dos exercícios na escola se tornou um fim em si próprio, e a aristocracia, sempre inclinada pela atividade sem um motivo determinante, reivindicou o desinteresse material pelo esporte. Tratava-se de praticá-lo sem se esquecer de que representava apenas um jogo (BOURDIEU, 2003).

Naturalmente, as instituições, clubes e associações esportivas fundadas pelos aristocratas não poderiam deixar de ser caracterizadas pela sua classe fundadora, e até hoje assim o permanecem. Exemplo disto são as federações internacionais e o próprio Comitê Olímpico Internacional (COI). Bourdieu assinala que "o primeiro comitê olímpico contava já não sei quantos duques, condes, lordes, e todos da velha nobreza" (2003, p. 187).

Como uma prática da elite, o esporte foi inserido no contexto das escolas inglesas também como forma de diferenciação de classes. Desde a origem, determinados esportes como a vela, o golfe, o tênis, a equitação, são distintos, elitistas, e servem para destacar a posição social do praticante (BOURDIEU, 2003).

Desenvolve-se, dentro desse contexto, a figura do amadorismo, defendida arduamente pelas elites. É o desporto-prática em oposição ao desporte-profissão, que se reflete até a atualidade, pois assim como no início da prática do esporte moderno os filhos da elite eram essencialmente amadores, hoje, com raras exceções um jovem de família rica segue carreira profissional no esporte. Neste ponto, também o esporte amador é diferenciador de classes, pois ao pobre é aceitável que se torne um atleta profissional sem que isto represente qualquer demérito, ao contrário das elites.

Deve-se reconhecer, por outro lado, que o círculo fechado pela aristocracia inglesa foi, aos poucos, perfurado pela classe trabalhadora, que de algum modo conseguiu se inserir nos clubes aristocráticos. Prova disso é que se registrou na última década do século XIX o pedido de reembolso de despesas com deslocamento e a compensação de horas trabalhas no time inglês de rúgbi Midland (ROUYER, s.d.), e em 1893 a federação de rúgbi inglesa é dividida em amadora e semi-profissional.

É com a difusão do esporte que se verifica o surgimento do esporte profissional e o desenvolvimento acentuado do espetáculo esportivo, notadamente do espetáculo lucrativo. As competições esportivas extrapolam o ambiente dos clubes para se

desenvolverem em ambientes específicos que comportavam grandes multidões mediante o pagamento do respectivo bilhete.

O esporte, na época um dos símbolos da sociedade moderna, mesclando elementos do lúdico com o patriótico, demonstrava preocupação com o lazer, e principalmente com a disciplina, que gerava maior produtividade e obediência às regras de um modo geral (CANCELLA e MATARUNA, 2010).

Com a criação de um calendário esportivo, nacionalmente as equipes defendiam sua cidade ou mesmo instituição de ensino, contudo, quando a competição era elevada ao nível internacional, representava-se o país. E esta simbólica representação era uma simulação da própria guerra entre dois Estados, que envolvia não apenas os atletas mas também os espectadores, que, visualmente extravasavam as tensões.

Paralelamente ao esporte lúdico de origem britânica, chega ao Brasil a influência germânica no campo esportivo, cuja preparação pré-militar/militar era bem clara e direcionada, ao estilo da Grécia Antiga, onde as atividades ginásticas e atléticas faziam parte da formação do cidadão (SIGOLI e DE ROSE JR, 2004).

Por toda a história da civilização ocidental a prática de exercícios físicos sempre esteve presente. A própria guerra, por vezes, se confunde com o esporte, como é o caso de vários esportes olímpicos, tais como a esgrima, o lançamento de dardo, o tiro, dentre tantos outros, que aplicados de forma metódica ou não, sempre permearam as duas faces desta intrigante relação.

As semelhanças entre o esporte e as atividades militares são destacadas por Norbert Elias e Eric Dunning (1992), que traçam um comparativo entre disputas esportivas e batalhas militares, esclarecendo que no primeiro contexto o uso da violência é controlado: “a peça fulcral da configuração de um grupo envolvido no desporto é, sempre, a simulação de um confronto, com as tensões por elas produzidas controladas, e, no final, com a catarse, a liberação de tensão” (ELIAS e DUNNING, 1995, p. 235).

Anos após, em 1920, mais precisamente nos primeiros Jogos Olímpicos de Verão em que o Brasil marcou presença, realizados na Antuérpia, Bélgica, quase todos os integrantes da delegação brasileira tinham origem no Exército, todas as medalhas foram provenientes das provas de tiro, e a única de ouro foi alcançada pelas mãos de um Tenente do Exército, Guilherme Paraense. Além disso, atletas cedidos pela Marinha do Brasil competiram no remo, natação e polo aquático, e neste, obtiveram impressionante sexta colocação (DA COSTA, 2006).

Não se pode esquecer a importância das forças armadas para a educação física e o desenvolvimento do esporte no Brasil. Desde o Brasil Colônia, passando pelo período Imperial, o Brasil nunca havia constituído um Exército organizado, de forma que sua defesa muitas vezes era deixada a cargo de mercenários comandados por grandes proprietários rurais que atuavam autonomamente, tal como as troupilhas gaúchas, que realizaram várias incursões na bacia do Prata (DEL PRIORE e VENÂNCIO, 2001).

Tal fato devia-se em razão de vários fatores, dentre eles o fato de que após a independência em 1822 existia um receio quanto aos oficiais – em sua maioria portugueses – de que eles participassem de um golpe para reconduzir o país à condição de colônia (DEL PRIORE e VENÂNCIO, 2001). Além disso, na década de 1830 foi formada a Guarda Nacional, uma milícia constituída de cidadãos armados que ao lado de seus capangas eram os principais elementos das forças armadas.

Ou seja, o Império passou para os civis a responsabilidade pela defesa do Estado, criando a figura do coronel, assim entendido o senhor de engenho, de escravos, que compunha a Guarda Nacional. O Exército regular, portanto, passou por um período de abandono e descaso. Segundo Castro (1997), sendo estas forças constituídas pela elite, agiam sempre no seu interesse.

Esse desprezo pelo qual passou as Forças Armadas é identificado, principalmente, pelo descaso com a tropa, a começar pela forma de recrutamento. Neste ponto Lima (2010) é enfático ao assinalar que os recrutas eram, em sua maioria, pobres, negros libertos, vadios, ou ainda, pessoas como os *ninguéns* de Eduardo Galeano, recolhidos da rua. Por essa época, conta-se que o recrutamento era feito "à laço"[6].

Nesse contexto, em 1825, as relações do Brasil com os seus vizinhos do sul não eram fraternais, e o Império interviu na Cisplatina, território que foi alvo da invasão portuguesa e incorporado ao Império em 1821, após 77 batalhas (DONATO, 2001, p. 100-101; CARVALHO, s.d.). Frente às tensões decorrentes do domínio português nesta região, e à fragilidade do Brasil decorrente do retorno do Rei D. João VI a Lisboa, em 1821, Juan Antonio Lavalleja[7] com o intuito de libertar a Província Cisplatina do domínio do Império do Brasil, conseguindo a adesão das Províncias Unidas do Rio da Prata.

---

[6] No recrutamento "à laço", muitas pessoas eram arregimentadas e obrigados a se apresentar sob coação das autoridades locais, eram os chamados "voluntários do pau e da corda". Também são mencionados fatos como o esvaziamento de prisões, o recrutamento forçado de velhos e jovens moradores de rua das grandes cidades brasileiras (DEL PRIORE e VENÂNCIO, 2001, p. 237).

[7] Militar e político uruguaio que liderou os chamados Trinta e Três Orientais e presidiu o Uruguai no Triunvirato de Governo de 1853. Vide "Memórias de la Expedicion de los 33, al Mando del General Juan

Em meio à esta situação, o Império foi comunicado da solicitação de retirada das tropas imperiais do território cisplatino e interpretou este pedido como uma declaração de guerra, que de fato foi declarada em dezembro de 1825 (CARVALHO, s.d.).

Descreve Donato (2001) como se desenvolveu a disputa pelo território da Cisplatina:

> A Argentina enviou exército em apoio dos insurgentes, logo após haver o Brasil declarado (dezembro, 1825) o estado de guerra entre os dois países. O conflito prolongou-se, com alternância de resultados. Embora a esquadra imperial (quase 100 navios) mantivesse controle das águas [...] ocorreram insucessos como o da expedição anfíbia à Patagônia, o do combate do Juncal (9.2.1827), em que foi destruída uma inteira divisão naval brasileira, e a ação enfática de corsários sob bandeiras uruguaia e argentina ao longo de toda a costa imperial.[...] Tanto Brasil quanto seus adversários sentiam graves os efeitos do conflito exaustivo.[...] Tudo recomendava o fim da guerra. (DONATO, 2001, p. 108-109)

Ante ao desgaste da guerra, e à indefinição de ambas as partes quanto à vitória, foi mediante intervenção diplomática dos representantes da Inglaterra no Brasil e em Buenos Aires, que estes assinaram o Tratado de Paz em agosto de 1828 no Rio de Janeiro, reconhecendo a independência da República Oriental do Uruguai (CARVALHO, s.d.; DONATO, 2001). Por este tratado, o Brasil e a Argentina garantiam a independência do Uruguai, sendo ainda estabelecida a livre navegação do Prata, disposição esta que explicita o interesse comercial da Grã-Bretanha na região (CERVO e BUENO, 2012).

Vinte anos depois, justamente em razão da continuidade dos conflitos na tríplice fronteira, chegou no Brasil, vindo da Alemanha, o método ginástico que visava ao desenvolvimento higiênico, social, pedagógico e patriótico do homem. Na campanha contra Rosas na Argentina, em 1850 ingressaram no Brasil os Legionários *Brummer,* alemães contratados pelo Império para lutar na campanha (DONATO, 2001). Eles trouxeram consigo a prática do método ginástico denominado *Turnen* (TESCHE, 2002).

Na Alemanha o método foi idealizado por Guths Muths, Badow e Friedrich Jahn, que o desenvolveram ao longo de todo o século XIX. Muths, em 1817, na obra intitulada *Livro de Ginástica para os Filhos da Pátria* já ressaltava, como o próprio título sugere, ideais nacionalistas e a nobreza do povo alemão. Frederich Ludwig Jahn, que lecionava no colégio em que Bismark[8] estudou, com base nos ensinamentos de Muths, deu

---

Antonio Lavalleja para expulsar a los portugueses de la Banda Oriental." In: **ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL**. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, v.88, 1968, p. 23-24.

[8] Otto von Bismark foi o primeiro-ministro do reino da Prússia entre 1862 e 1890, e um dos principais responsáveis pela unificação da Alemanha. Com a unificação, ocupou o cargo de chanceler do Império germânico entre 1871 e 1890, sendo conhecido pela formação de acordos diplomáticos e alianças externas que ficaram conhecidas como "sistemas de Bismark" (DOPCKE, 2008, p. 92).

seguimento aos estudos do método ginástico e desenvolveu a ginástica militar na Prússia, cujo cunho nacionalista e político instigavam a população à unir-se pela unificação alemã (SIGOLI e DE ROSE JR, 2004).

Apesar de sua identificação e serviço à preparação militar Ludwig Jahn promoveu a popularização de seu método, expandindo-o ao maior número possível de pessoas com a criação de praças públicas voltadas para a prática da ginástica e de festivais denominados *Turnkunst*, estes relacionados à rigidez disciplinar que conferia saúde e preparava para a guerra (ANJOS, 1995).



FIGURA 2 – Recrutas praticam o Turnen (Disponível em: http://www.bild.bundesarchiv.de/cross-search/search/_1409702070/?search[view]=detail&search[focus]=1. Acesso em 24/01/2014)

Na Alemanha, além dos ideais higiênicos e pedagógicos, um dos fortes motivos que contribuíram e incentivaram a popularização dos exercícios físicos foi a derrota para o exército de Napoleão em 1806 (JESUS, 2001). Neste ponto, Suppo (2012) observa que o ensino na Europa do século XIX foi absolutamente politizado e, com o florescente nacionalismo, os métodos ginásticos e o desenvolvimento dos esportes modernos foram instrumento vetorial da identidade nacional. A fundação de escolas ginásticas serviu, concomitantemente, à saúde da população, aos nacionalismos nascentes, à preparação militar nas guerras napoleônicas e à unificação da Alemanha, em 1871(SIGOLI e DE ROSE JR, 2004).

Reconhecendo a importância dessa prática, foi publicado no Brasil o Decreto nº.630 de 1851, que autorizava a reforma dos currículos das escolas primárias do Rio de Janeiro para incluir a ginástica como disciplina obrigatória.

A institucionalização da ginástica foi apenas um capítulo do movimento esportivo no Brasil, abrindo precedente para a institucionalização de outras práticas esportivas. Em 1858 a Academia da Marinha incluiu no currículo das escolas militares, além da ginástica, a natação (DA COSTA, 2006; CANCELLA, 2012).

Nesse mesmo ano, através do Decreto nº. 2.116 de 1858, o Exército Brasileiro alterou o regulamento e reformulou o curso de formação dos oficiais para incluir aulas de tiro, equitação, natação e esgrima (CANCELLA, 2012). Em 1860 o Exército oficialmente adotou o método alemão de ginástica. Na década seguinte, foi traduzido, impresso e distribuído nas escolas o *Novo Guia para o Ensino da Ginástica nas Escolas Públicas da Prússia*, o que demonstra claramente a influência dos métodos alemães no Brasil (DA COSTA, 2006).

O esporte encontrava-se entrelaçado na malha social, influenciando ações lúdicas, higiênicas, econômicas e militares. Assim como a Alemanha, que em 1882, através de uma nota circular do Ministro de Instrução Pública da Prússia, Gustav Von Gossler, ordenou o aumento das atividades e dos jogos ginásticos ao ar livre nas escolas do ensino médio, Rui Barbosa, então deputado pela Bahia, elaborou e apresentou nesse mesmo ano o projeto de reforma do ensino nacional. Em seu parecer sobre a Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública, ele sugere a inclusão das práticas esportivas no currículo, até mesmo dos cursos primários do Brasil. (VASCONCELOS, 2011).

Nota-se, neste ponto, o envolvimento do Estado no desenvolvimento do esporte, seja através de seu incremento nas Forças Armadas ou na atuação de políticos como Ruy Barbosa, para que os currículos escolares incluíssem os esportes na grade curricular.

O esporte que chegara ao Brasil com os ingleses e alemães, e foi introduzido no seio da aristocracia e nas Forças Armadas, expandia-se para ser incorporado na formação escolar nacional. Reconhecia-se, assim, a importância do esporte para a sociedade, seja pelo fato da preparação militar, ou mesmo pelas questões filosóficas e sanitárias que ele trazia consigo.

O desenvolvimento do esporte moderno passava ainda pela institucionalização, e aqui se nota a forte influência da aristocracia e das Forças Armadas. O turfe foi institucionalizado por iniciativa de dois militares, Major Suckow e Duque de Caxias, em 1868, com a fundação do Jockey Club Fluminense, o qual comportava a mais nobre sociedade carioca. Para que se tenha uma ideia do *status* conferido ao Jockey, há de se levar em consideração que na corrida de inauguração compareceram a Família Imperial

e toda a classe alta carioca, numa festa que “marcou época e constituiu o verdadeiro acontecimento desportivo-social” (TROMPOWSKY JUNIOR, 1922, p. 416).

O desenvolvimento do turfe se amoldou perfeitamente à aristocracia da época, entre o rural e o urbano. Influenciada pelas práticas europeias mas ainda arraigada à economia rural que a sustentava. Pouco a pouco a sociedade incorporava os hábitos europeus, sem que isso representasse um rompimento com as suas práticas e costumes.

Os páreos realizados no Rio de Janeiro seguiam normas de conduta impostas pela alta sociedade que determinavam como se portar, se vestir, nos moldes da “sociedade civilizada” (CANCELLA, 2013, p. 48).

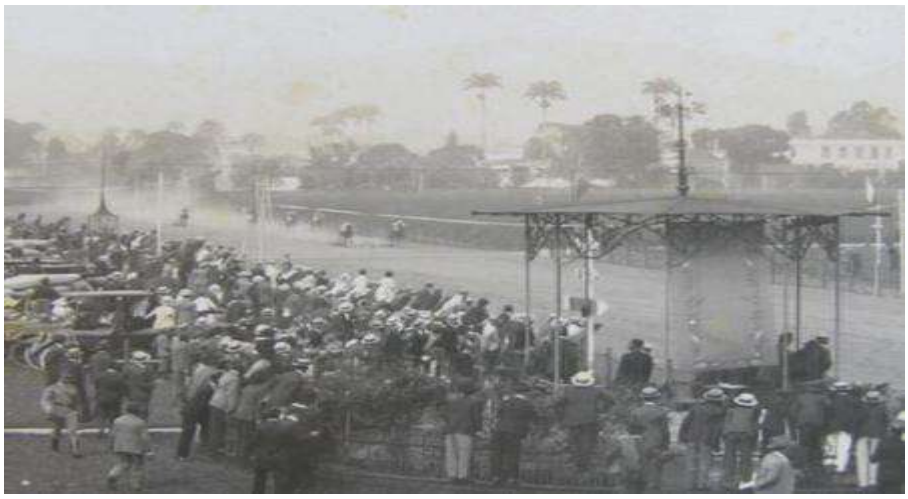


FIGURA 3 – Jockey Club em dia de páreo (Arquivo da Biblioteca Nacional)

Outros esportes que encontraram espaço na sociedade carioca foram o crícket e o remo, ambos de origem inglesa. Traziam consigo um elemento mais modernizador que o turfe, especialmente porque nestes o esforço era humano, enquanto que no turfe o animal era o foco da disputa. Encontraram grande aceitação no Rio de Janeiro tanto em razão da colônia inglesa que aqui se formou, quanto da afinidade que o fluminense já detinha com o mar, com a *vela*.

Infere-se a partir de toda literatura consultada que as práticas esportivas, especialmente o turfe, os esportes náuticos e o crícket se difundiram na Capital Federal em maior escala a partir da década de 1870. No final do século XIX, o Rio de Janeiro mantinha cinco páreos ao mesmo tempo (CANCELLA, 2013). Em 1902 o remo já havia atingido nível de organização superior, de maneira que em 1897 já havia sido instalada a União de Regatas Fluminense, renomeada cinco anos mais tarde Federação Brasileira de

Sociedades de Remo (FBSR), quando foi instituído o Campeonato Brasileiro de Remo (CBR, 2014).

Por esta época o jornal *A Gazeta de Notícias* já noticiava sobre o esporte no Rio de Janeiro (VEIGA, SALAZAR E MELO, 1996.) Trompowsky Junior (1922) assinala que depois de 1880, sob forte influência inglesa, cada vez mais numerosa no Distrito Federal, a atenção do público era transportada para os jogos desportivos praticados pelos bretões. E neste espectro o futebol teria reservado um lugar especial:

> [...] a mocidade brasileira, até então, sujeita a um ascetismo pleno de vícios e sentimentalismo, começou a interessar-se pelos jogos ingleses, especialmente pelo *cricket*. Contudo, não se apresentara, ainda, a fórmula desportiva capaz de operar o milagre de uma transformação necessária e profunda nos hábitos, na educação da mocidade. Para tanto fora mister uma forma mais assimilável, mais adaptável aos caracteres ingênitos, physicos, da mocidade brasileira, entre os quaes avulavam a nervosidade latina e a combatividade indígena.
> Estava reservado este papel ao *foot-ball* que, introduzido em 1894, despertou desde logo o maior interesse e provocou a fundação das primeiras sociedades genuinamente brasileiras de desportos terrestres. (TROMPOWSKY JUNIOR, 1922, p. 413)

O futebol foi um divisor de águas no esporte brasileiro, pois rapidamente se popularizou, transitando em poucos anos do círculo fechado da aristocracia brasileira para a população menos abastada. Serviu, ainda na República Velha, tal como Rio Branco previra, para o congraçamento das classes, e abriu portas para que a política dele se utilizasse, com maior evidência que nos outros esportes, tanto interna quanto externamente.

1.2. A modernização do Rio de Janeiro e o esporte

O Brasil importava vários artigos da Europa, especialmente da Grã-Bretanha, e os esportes não foram a única importação europeia do século XIX. O Brasil foi o último país do continente a libertar-se do sistema imperial que ainda guardava estreito laço com a antiga metrópole. O sistema republicano foi implantado em 1889.

A proclamação da República, contudo, não representou grande desafio à ordem internacional para o Brasil. O reconhecimento por parte dos vizinhos sul-americanos e, em seguida, dos Estados Unidos, foi quase que imediato. Longe de representar uma ruptura, com a queda do Império e o surgimento da República ocorreu uma reorientação na política externa, cujo principal eixo foi marcado pela composição com Washington e

com os vizinhos, em detrimento da antiga parceira herdada de Portugal com Londres (SANTOS, 1991; SANTOS, 2004; BUENO, 2003).

Essa reorientação, comum às mudanças dos regimes, é bem explicada a partir da observação de Aron (2002, p. 368):

> Não são pessoas do mesmo tipo que chegam ao poder em todos os regimes; nem elas agem nas mesmas condições e sujeitas às mesmas pressões. Pensar que as mesmas pessoas em circunstâncias diferentes (ou pessoas diferentes nas mesmas circunstâncias) tomam decisões equivalentes é uma estranha filosofia, que contém por implicação uma das duas teorias seguintes: ou bem a diplomacia seria rigorosamente *determinada* por causas impessoais - com atores individuais no primeiro plano, mas representando papéis aprendidos de cor - ou então a conduta das unidades políticas seria comandada por um "interesse nacional" susceptível de definição racional e imune às peripécias das lutas internas e às alterações do regime.

Assim, o Brasil que sempre tivera um sistema político diferente dos seus vizinhos durante todo o século XIX, reorientava a política externa sob a retórica da "unidade institucional do continente" (BUENO, 2003, p. 55).

Exemplo disso é que na Primeira Conferência Interamericana em Washington, em 1889, o Brasil Império, que havia aceitado o convite apenas para preservar as relações com os Estados Unidos (DORATIOTO, 2012; BUENO, 2003), com o advento da República, alterou a própria condução dos trabalhos da chancelaria a fim de atender aos interesses do regime nascente. Nesta Conferência, uma vez descartada a proposta de criação de uma União Aduaneira entre os Estados Americanos e ante a recomendação aos Estados participantes para que formulassem tratados bilaterais e plurilaterais de reciprocidade parcial, dentro de seus objetivos nacionais (SANTOS, 2008), em 1891 o Brasil assinou um convênio com os Estados Unidos, pretendendo com isso o estreitamento das relações comerciais (SANTOS, 2004; SANTOS, 1991).

Tratava-se de um convênio aduaneiro denominado Tratado de Reciprocidade, pelo qual o Brasil estabeleceu a isenção de grande número de produtos estadunidenses de impostos de importação, enquanto os Estados Unidos fizeram o mesmo com relação ao couro, açúcar, melado e o café brasileiros (DORATIOTO, 2012). O Brasil, que há cinquenta anos se recusava a firmar tratados desta natureza, acenava aos Estados Unidos na tentativa de fomentar ainda mais sua economia agroexportadora (DORATIOTO, 2012; MANZUR, 1999).

Ainda que tenham ocorrido tentativas de promoção da vida internacional, o Brasil passou por uma fase de recolhimento no período pós-1889, somente voltando a se

destacar no período em que Rio Branco ocupou o Ministério das Relações Exteriores (CARVALHO, 1998).

Tal fato se deve, notadamente, pela necessidade de ajustes internos em razão da mudança do regime. Nesta época, multiplicaram-se as revoltas internas, com destaque para a Revolução Federalista[9] (1892) e a Revolta da Armada[10] (1893); as taxas cambiais haviam caído de 27 *pence* para 12 *pence*, em média, em razão da perda de confiança no país pelos mercados europeus, com exceção da Inglaterra. Além disso, os produtores nacionais estavam ainda insatisfeitos e reclamavam dos prejuízos em razão da recente abolição da escravatura (CALÓGERAS, 2009).

O apoio internacional, no entanto, veio para resolver a questão da Revolta da Armada. Neste caso o Brasil teve que contar com a Europa e os Estados Unidos, uma vez que não tinha meios materiais de defesa para suplantar os revoltosos e pôr fim à dita revolta (SANTOS, 1991). Sob o governo de Floriano Peixoto (1891 a 1894), adquiriu navios mercantes que foram artilhados para fazer frente à esquadra rebelde, porém, não logrando êxito, o apoio dos Estados Unidos e da Europa foi fundamental. Após um ano de iniciada a revolta os representantes diplomáticos dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Itália, Portugal e França, comunicavam aos amotinados que suas marinhas entrariam em conflito com a armada revoltosa em caso de ação contra o Rio de Janeiro, fato que conduziu ao fim da rebelião.

Neste ínterim entre a ameaça dos aliados e o fim da revolta, cumpre destacar que foram rompidas as relações diplomáticas entre Brasil e Portugal em razão da concessão de asilo aos amotinados em corvetas de bandeira portuguesa (DORATIOTO, 2012).

Superada a Revolta da Armada (1893), a Revolução Federalista somente seria vencida no governo de Prudente de Morais (1894-1898), em 1895, que teria de enfrentar ainda, a Revolta de Canudos[11] (1896-1897). Findados tais conflitos, saía a República

[9] Revolta dos Federalistas (1893-1895) – Nas eleições locais de 1892 os liberais do Rio Grande do Sul insatisfeitos com o governo, aclamaram Silva Tavares como chefe do executivo estadual após a renúncia de Júlio de Castilhos e a eleição de Silveira Martins. A dualidade de presidentes e a irredutibilidade dos grupos conduziu à guerra, que contou com cerca de cem batalhas (DONATO, 2001).

[10] Revolta da Armada (1893-1894) – Após Deodoro da Fonseca (1889-1891) renunciar à Presidência da República, que se seguiu ao fechamento do Congresso, assumiu como chefe do executivo o mar. Floriano Peixoto, que se recusou a convocar novas eleições. Nesta época, o presidente e o vice eram eleitos em chapas separadas e o pessoal da armada não apoiava Floriano Peixoto, mas o alm. Custódio de Melo. Diante da intransigência de Floriano Peixoto, que agira contra a Constituição da República, os revoltosos entraram em conflito com o governo, chegando a instalar um governo provisório onde hoje é a cidade de Florianópolis-SC, aliando-se aos revoltosos federalistas do Rio Grande do Sul (DONATO, 2001).

[11] A Revolta de Canudos foi liderada por Antônio Conselheiro, um líder mítico do sertão baiano que fundou Belo Monte, comunidade que foi acusada de tentar restaurar o Império no Brasil. Dizia-se que Conselheiro aguardava o retorno de Dom Sebastião, rei português que desapareceu combatendo os mouros em 1578.

fortalecida para encarar os desafios internacionais que se apresentavam desde o Império, sendo o maior deles a definição das fronteiras, a qual seria incumbida a Rio Branco antes mesmo de assumir a pasta das Relações Exteriores.

Com o desenvolvimento da industrialização e o crescimento da zona urbana, pouco a pouco a estrutura sociocultural do Rio de Janeiro foi modificada, formando um ambiente propício ao fortalecimento do esporte, que paulatinamente se inseria no cotidiano dos centros urbanos (MELO, 2001).

O Brasil era então um caldeirão borbulhante de "novas ideias" em que se contestava o velho regime Imperial e tudo o que ele trazia consigo. Através dos ideais republicanos almejava-se alcançar a modernidade europeia.

É nesse contexto que se insere o esporte, representando uma importante contribuição à população que trazia "em suas bases o controle sobre corpo, mente e emoções, um equilíbrio visto como necessário nos indivíduos para a contribuição no crescimento e desenvolvimento do país" (CANCELLA e MATARUNA, 2010, p. 8).

O esporte, nessa época, era um dos símbolos da modernidade europeia, cujo conceito está relacionado com determinadas mudanças nos hábitos sociais, tais como a forma de comer, de vestir, as relações familiares, a educação formal e as práticas corporais, ou seja, a modernidade se caracteriza pelas práticas sociais capazes de controlar os cidadãos, fornecendo-lhes um padrão que incutiria em cada um o hábito de respeitar regras e aprender a conviver com o conflito (ELIAS, 1994).

O moderno passa a ser representado pela capacidade de assimilação e prática de novos padrões. Neste ponto, a alta sociedade foi a responsável por esta diferenciação, criando elementos que a separasse dos outros grupos. A modernidade é aqui entendida como a prática ordenada de novos hábitos, com espaços sociais de atuação definidos, cujo modelo de mundo a que aspiravam as nações ocidentais no século XIX, eram o da Inglaterra e da França (CANCELLA; MATARUNA, 2010).

O Brasil não ficou alheio a esse modelo, e buscou assemelhar-se aos europeus, de modo a garantir o *status* de país moderno, dentro do que Elias (1994) chamou de processo civilizatório.

Acusada de conspirar contra a República Belo Monte foi alvo de várias campanhas militares até ser massacrada em 1897. Sua história foi ampla e detalhadamente contada em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha (DONATO, 2001).

A chegada do esporte veio imbuída dos ideais republicanos em que foi gestada a modernidade nacional, fortemente influenciada pela filosofia positivista, cujo lema "Ordem e Progresso" encontra-se cristalizado na bandeira brasileira. (PINTO, 1996).

Além disso, com o advento da República se fortalecem no Brasil as teorias higiênicas, as quais previam novos hábitos sociais, cujos objetivos eram forjar cidadãos fortes e saudáveis, desenvolvendo a cultura física e as higienes corporal e mental. Outro lema também em voga na época era *mens sana in corpore sano* (FERNANDEZ, 2010).

O Brasil, após superar o fim do regime escravista, as revoltas internas e a firmação do novo regime, necessitava na transição do séc. XIX para o séc. XX, de coesão social, e mais uma vez o esporte poderia ser um instrumento para este fim (ARNAUD, 2002).

O Barão de Coubertin (1997), restaurador dos Jogos Olímpicos, assinala em comentário aos Jogos Olímpicos de 1920, na Antuérpia, que o esporte servia aos estados como vetor do patriotismo, unindo a todos, e o próprio método ginástico alemão já havia sido utilizado na unificação alemã.

Mas como toda mudança impõe um conflito, uma resistência ao novo, ainda havia na sociedade brasileira um sentimento escravocrata e aristocrático que fez com que nos primeiros momentos algumas atividades físicas fossem vistas como uma prática degradante que cabia apenas aos negros e pobres (JESUS, 1999). Aos ricos, na gestação do esporte no Brasil, caberia a devoção apenas aos esportes que os diferenciassem das demais classes, os esportes ditos aristocráticos, tal como o críquete, o turfe e o remo (MATTOS, 1997), todos identificados com a alta sociedade europeia.

Atento à importância da coesão interna neste período, em 1896, o Barão do Rio Branco escreveu à Silveira Martins[12], e ao relatar as partidas de *Rugby* de seu filho Paulo, na França, sugeria a introdução dos esportes coletivos no Brasil, tendo em vista que seria proveitoso para o sentimento nacional, uma vez que tinham a capacidade de reduzir antagonismos étnicos, promovendo o congraçamento social de classes, dentre outras nobres funções (VASCONCELLOS, 2011).

Raul do Rio Branco, filho do Barão, deixa claro que ele reconhecia a necessidade da atividade física, tanto que julgava necessário à saúde dos seus filhos pelo menos duas horas de caminhada por dia. Esclarece ainda que o Barão do Rio Branco optou por morar e trabalhar na França porque acreditava que o temperamento brasileiro se identificava com o francês, e que os esportes tomavam muito tempo na educação inglesa:

[12] Foi deputado, senador, ministro da Fazenda, e presidente do Rio Grande do Sul.

> Assim que chegou com a família, meu Pai teve que ocupar-se da educação dos filhos. Vacilou entre a Inglaterra, a Alemanha e a França. Cada um desses países oferecia vantagens e desvantagens; depois de hesitação bastante prolongada e influenciado também pela mulher, acabou por escolher a França, como nação cujo temperamento afinava mais com o sentimento brasileiro. Apesar de sua admiração pela política e pela sociedade inglesa, mau grado as recordações admirativas que lhe havia inspirado sua visita a Eton, Cambridge e sobretudo Oxford, achava ele que a prática dos desportes, cuja necessidade era o primeiro a reconhecer, numa época em que só na Inglaterra era compreendida, ocupava lugar demasiado preponderante no preparo da mocidade britânica (RIO BRANCO, 1942, p. 70)

A ideia do Barão do Rio Branco, de introduzir no Brasil os jogos coletivos, se concretizou na primeira metade da década de 1890. O *football* foi trazido ao Brasil pelas mãos, e pés, de dois descendentes de ingleses. Charles Muller, o levou para São Paulo, e Robert Cox para Rio de Janeiro (SCHWARCZ, 2012; MATTOS, 1997).

Charles Muller, filho de um britânico que veio para o Brasil para trabalhar na São Paulo Railway, aos dez anos foi enviado para estudar na Inglaterra, onde aprendeu e praticou o futebol. Retornando em 1894 para trabalhar na mesma empresa que seu pai, trouxe na bagagem uniformes, bolas, um par de chuteiras e um livro com as regras do futebol.

Ao lado dele, Robert Cox foi um dos principais propagadores do futebol no Brasil. Nascido no Rio de Janeiro, filho da união de um inglês com uma carioca, foi enviado para Lousanne, Suíça, para estudar *humanidades*, de onde retornou em 1897 após ter praticado o futebol. Junto com Charles Muller, organizou as primeiras partidas de futebol entre cariocas e paulistas. Em 1902 fez parte dos dezenove sócios que fundaram o Fluminense Football Club.



FIGURA 4 – Oscar Cox (esquerda) e Charles Muller (Direita) (Arquivo do Museu do Fluminense)

O futebol, que como todos os esportes da época estava restrito à aristocracia urbana das grandes cidades brasileiras, notadamente São Paulo e Rio de janeiro, logo se difundiu pelos subúrbios, pois sendo tão simples não poderia permanecer limitado à classe alta, que na Capital Fluminense variou entre 0,5% e 0,7% da população entre 1870 e 1906 (NEEDELL, 1993).

O crescente interesse da sociedade pelo esporte era acompanhado pela imprensa carioca. O jornal *O Paiz*, entre 1884-1885 noticiava com frequência as atividades esportivas no Rio de Janeiro, competições e propagandas de produtos esportivos estavam entre as publicações. Este jornal, na da década de 1890, criou a primeira coluna específica para o desporto náutico em um periódico brasileiro.

Nessa mesma linha o *Jornal do Brasil*, desde a primeira edição em 09/04/1891, estampava uma coluna exclusiva para notícias relacionadas ao esporte. Em 1893 e 1895 foram dedicados mais dois espaços ao esporte no *Jornal do Brasil*: *Avisos sportivos* e *Vida sportiva*, e muitas das notícias passaram a ocupar espaço na primeira página, fato que reflete a importância conferida aos esportes no Rio de Janeiro (VEIGA, SALAZAR E MELO, 1996).

Paralelamente à chegada do futebol no Brasil, mais precisamente em 1892, na França, Pierre de Coubertin lançou a ideia de restauração dos Jogos Olímpicos, a qual foi recebida com ceticismo pelos representantes de treze nações presentes em Sorbonne (MARTOLIO, 2005). A tarefa do Barão de Coubertin não teria êxito sem o seu trabalho diplomático frente aos patrocinadores e ao próprio apoio da realeza grega, que em 1896 aceitou sediar os primeiros Jogos Olímpicos modernos.

As mudanças e a importância desta competição são estabelecidas por Vasconcellos (2011, p. 38) nos seguintes termos:

> O elemento agonístico da competição já não é marcante nos Jogos Olímpicos da era moderna, restaurados em 1896 com filosofia distinta. Competição entre culturas. Os recursos das técnicas sociais modernas para organizar e orientar as manifestações de massa, com efeitos exteriores maximizados no domínio esportivo, passam a identificar no esporte fatores culturais e funções sociais reverberantes que importam ao poder público.

O Brasil que somente iria estrear nos Jogos Olímpicos em 1920, na Antuérpia, Bélgica, ainda não voltava suas atenções para este evento, como o fez os Estados Unidos, mas tal como Rio Branco recomendara em 1896, o futebol chegara para reduzir antagonismos étnicos e promover o congraçamento social de classes, ao mesmo tempo em que a cidade do Rio de Janeiro passava por um processo de modernização necessário

aos novos hábitos da sociedade, que priorizava os passeios públicos, a prática de esportes, a vida ao ar livre.

Vivia-se no início do século XIX o período denominado de *Belle Époque*, assim taxado em virtude do momento próspero pelo qual as nações europeias passavam, o ponto mais alto da sociedade moderna, em que havia uma áurea de satisfação continental, e se acreditava que a paz e o progresso estavam assegurados (KUJAWSKI, 1988).

Segundo Needell (1993), a partir da presidência de Campos Sales (1898-1902), período em que as revoltas internas foram controladas, o Rio de Janeiro iniciou sua imersão na modernidade europeia. O espaço público ganhou uma importância nunca antes vista pela sociedade brasileira. O consumo de artigos de luxo deslumbrava a classe alta e neste cenário destacava-se a aristocracia rural que fez fortuna com o café e os novos ricos do meio urbano.

E foi no governo de Rodrigues Alves (1902-1906) que a cidade do Rio de Janeiro passou por profundas mudanças urbanísticas, tornando-se um verdadeiro canteiro de obras que visava lhe conferir beleza aliada à higiene, tudo para dotá-la da modernidade na qual o Brasil se inseria.

A nomeação de Francisco Pereira Passos para prefeito da Capital Federal não poderia ser mais adequada ao objetivo. Engenheiro civil por formação, com origem na aristocracia rural do Rio de Janeiro, viveu em Paris no período da grande reforma parisiense levada a cabo por Haussmann[13], a qual acabou por constituir o modelo executado por seu seguidor brasileiro (BENCHIMOL, 1990).

No centro desse movimento estava a necessidade de reordenamento urbano, notado principalmente pela criação e alargamento de avenidas, obras de saneamento e remoção de populações que viviam de forma precária nos morros e cortiços espalhados pela cidade. A reforma levada a cabo por Pereira Passos, conhecida como "Bota Abaixo" (BENCHIMOL,1990, p. 235) acarretou na demolição de aproximadamente 1.700 imóveis para transformar em moderna a cidade do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2011).

A reforma e a própria sociedade carioca do início do século XX pode ser bem retratada por Machado de Assis, que através de seus escritos refletiu sobre a história da Capital Federal, portando-se como um verdadeiro "retratista da sociedade carioca" (TEIXEIRA, 2008, p.152). O início do primeiro capítulo de *Esaú e Jacó* (ASSIS, 1994, p. 2), publicado pela primeira vez em 1904, é elucidativo:

[13] Georges-Eugène Haussmann foi prefeito responsável pela reforma urbana realizada em Paris durante o Segundo Império (1853-1870) por ordem de Napoleão III.

> Era a primeira vez que as duas iam ao Morro do Castelo. Começaram de subir pelo lado da Rua do Carmo. Muita gente há no Rio de Janeiro que nunca lá foi, muita haverá morrido, muita mais nascerá e morrerá sem lá pôr os pés. Nem todos podem dizer que conhecem uma cidade inteira. Um velho inglês, que aliás andara terras e terras, confiava-me há muitos anos em Londres que de Londres só conhecia bem o seu clube, e era o que lhe bastava da metrópole e do mundo.

É interessante notar que somente nesse ano de 1904 o Morro do Castelo começou a ser derrubado, "perdeu a primeira encosta, a ladeira menos íngreme, para a abertura da Avenida Central, nas vizinhanças do local onde hoje estão os prédios do Museu Nacional de Belas Artes, da Biblioteca Nacional e do Centro Cultural da Justiça Federal" (RIO DE JANEIRO, 2011, p. 29). Sua destruição, ou desmonte, seria concluída definitivamente em 1922, para ceder lugar à Exposição Internacional do Centenário da Independência, mas apenas com o material proveniente das demolições e da retirada de parte do Morro do Castelo foi aterrada a área que abriga a Avenida Beira-Mar, dando continuidade à Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, no que seria descrita como uma das mais belas via corso do mundo.

A importância e o espírito da inauguração dessa avenida foram descritos por Olavo Bilac, em crônica publicada no jornal *Kósmos*: "Inaugurou-se a Avenida! Parece um sonho..." (BILAC, 1905). E ele segue a crônica rememorando o início da construção. Suas considerações são pertinentes quando se tem em mente o momento pelo qual o Rio de Janeiro passava:

> Há menos de dois anos, no 3º numero da *Kósmos,* esta crônica registrava o começo dos trabalhos grandiosos, agora coroados num triunfo consolador, do mais completo êxito.
> Há poucos dias, as picaretas, entoando um hino jubiloso, iniciaram os trabalhos da Avenida Central, pondo abaixo as primeiras casas condenadas. No aluir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atraso, do Opróbio. A cidade colonial, imunda, retrograda, emperrada nas suas velhas tradições, estava soluçando no soluçar daqueles materiais apodrecidos que desabavam. Mas o hino claro das picaretas abafava esse protesto impotente...
> Onde se vai perdida a nossa fama de povo preguiçoso, amolentado pelo clima e pela educação, incapaz de longo esforço e de tenaz trabalho? Em que outro país do mundo se realizou jamais um igual prodígio de decisão e de execução, uma igual maravilha de coragem e de rapidez? (BILAC, 1905 – *Kósmos*, Nov. 1905)

Era esse o espírito na Capital Federal, que desprezava o antigo, o colonial, e ressaltava as virtudes do novo, do moderno, aqui expressado pelas reformas urbanísticas da cidade. O Rio de Janeiro dava um importante passo para livrar-se de tudo que ainda estava imbuído de "velhas tradições", do "passado", do que representava o seu "atraso",

e tudo através do vigor do povo brasileiro, capaz de realizar uma obra grandiosa em tão pouco tempo.

E os esportes não poderiam deixar de marcar presença na modernização da Capital Federal, afinal "Estes também eram símbolos da civilização, atividades cotidianas das grandes cidades europeias e norte-americanas" (MALAIA, 2008, p. 2).

Para Fernandez (2010), o esporte se insere nessa modernidade a partir do momento em que representa o afastamento do campo e a aproximação da urbe, com a incorporação de novos hábitos que alteram a própria relação da população com a cidade.

Nesse contexto, priorizaram-se os esportes cuja prática já estava incorporada à cidade. Foi construído o Pavilhão de Regatas, na Praia de Botafogo, e realizados investimentos no Turfe com a construção de locais para manter os animais, tratadores, comida, cavaleiros (MALAIA, 2008).

O Pavilhão de Regatas, construído em estilo eclético contava com espaço para bailes, bar, casa de chá e um dos símbolos da modernidade, a luz elétrica que permitia o seu funcionamento até a primeira hora da madrugada. Com todos esses atrativos, o Pavilhão se transformou num centro cultural-esportivo da Capital Federal (CANCELLA, 2013).



Figura 5 - Postal (ou foto colorizada) do Pavilhão de Regatas (Disponível em: http://cidadesportiva.wordpress.com/2011/05/ Acesso em 25/01/2014)

O Brasil popularizava e organizava os esportes na Capital Federal, absorvendo rapidamente os ideais de organização britânicos, fundando clubes e associações. O primeiro esporte a se institucionalizar no Brasil foi o turfe. A criação do Jockey Club e a existência de cinco páreos concomitantes no final do século XIX no Rio de Janeiro é

prova disso (MELO, 2011). Mas ainda que tenha se institucionalizado não chegou a formar calendários unificados.

Em 1902, três anos antes da inauguração do Pavilhão de Regatas, foi disputada pela primeira vez no Brasil uma partida de futebol (TROMPOWSKY JUNIOR, 1922), e da qual surgiria, por iniciativa de Oscar Cox, o primeiro clube de futebol, o Fluminense Football Club.

Este episódio foi descrito pela *Gazeta de Notícias*:

> Em 1901, O Sr. Oscar Cox organizou um *team* para jogar em São Paulo contra os jogadores daquela cidade. Na ocasião deste senhor escolher os jogadores deixou de parte o Mr. Machentock, então *capitain* do Rio Cricket e Atletic Club Association, resultando uma rivalidade entre aqueles dois jogadores. Mr. Machentock aproveitando a estadia daquele *team* em São Paulo, procurou os srs. H., Palm, J Pereira, R Lima e A Cerqueira para, com o apoio destes poder organizar uma sessão e fundar um clube de futebol. A sessão foi efetuada no extinto *Club* de Natação e Regatas, organizando-se então o primeiro clube deste gênero no Rio de Janeiro, que teve o nome de – Rio Foot-ball Club.
> Quando o *team* do Rio voltou e foi conhecedor da fundação daquele clube tratou imediatamente da fundação do Fluminense Foot-ball Club que, com muitas dificuldades no princípio, conseguiu rompe-las e colocar-se na vanguarda desse esporte tão salutar (*Gazeta de Notícias,* 20 de abril de 1906)

E o Fluminense não poderia ter outra origem que não a aristocrática, fundado por Robert Cox, acompanhado de mais dezenove representantes da elite carioca assinaram a ata de fundação, quase todos educados em colégios europeus, criaram no Rio de Janeiro uma instituição dedicada ao novo e moderno hábito adquirido no Velho Continente, tornando-se, assim, os primeiros representantes brasileiros do futebol, cuja prática no início esteve restrita aos ricos (FERNANDEZ, 2010; MATTOS, 1997). Sendo uma prática da alta classe carioca, o público presente aos eventos era também do mesmo círculo social dos jogadores, que também eram sócios dos clubes, e para as pugnas vestiam-se os homens de terno e gravata (LOPES, 1994).

Foram vários os *matches* realizados nesta época, os quais tiveram, por ironia, os campos de críquete como palco, pois não havia outro gramado capaz de receber as partidas de futebol (MATTOS, 1997).

Tal como acima nos referimos às partidas como *matches*, a "linguagem do futebol era muito inglesa: todas as posições dos jogadores eram ainda ditas em inglês, e até os gritos dos capitães do time em campo – "*come back forwards*", "*man on you*", "*take your man*". (LOPES, 1994, p. 69).

O futebol era, portanto, um esporte tipicamente aristocrático-urbano que limitava a prática aos mais abastados, ao menos no início de sua história no Brasil, seja porque o

contato com o esporte se dava no exterior, ou mesmo porque a prática ainda estava restrita aos clubes, cuja joia de associação e as mensalidades custavam caro (MALAIA, 2008).

Mas o esporte que logo se tornou o mais praticado no Brasil, se popularizou rapidamente no Rio de Janeiro. Levando em consideração que havia chegado ao Distrito Federal em 1897, merece relevo o fato de que passados apenas sete anos era criada a Liga Metropolitana de Futebol (LMF) no Rio de Janeiro. Em 1905, ano em que foi criada a Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA), o Rio de Janeiro já contava com dois de seus grandes clubes no futebol: o Fluminense e o Botafogo. A ascensão do futebol foi vertiginosa:

> Em 1905, é criada a Liga Metropolitana de Futebol (LMF) 21, mesmo ano da criação dos Riachuelo, Cosme Velho, Humaitá, Aldeia Campista, Brazilian de Copacabana, Boêmios de Vila Isabel e do Engenho Velho; em 1906 mais de três dezenas de times já existiam na cidade; em 1907 o livro Sports Athleticos foi editada no Brasil e tornou-se a bíblia dos praticantes do futebol, com a difusão dos termos, posições e vocabulários relativos ao esporte (tais como free-kicks, hands e shoot), além da criação da Liga Suburbana de Futebol na sede do Riachuelo e da mudança de nome da LMF – aparentemente sem qualquer base ou motivo - para Liga Metropolitana de Sports Athleticos (LMSA) (SANTOS, 2012, p. 16-17)

Nesta época, os campeonatos estaduais já eram realidade nos grandes centros urbanos do Brasil e o futebol já havia se desenvolvido pelos quatro cantos do país, com sua expansão sempre associada a elementos como Oscar Cox e Charles Muller. Em Salvador, Zuza Ferreira, chegado de Londres em 1901; no Recife, Guilherme Aquino, em 1903; em São Luís, foi Joaquim Moreira Alves dos Santos, em 1907, vindo de Liverpool; em Belo Horizonte, Victor Serpa no ano de 1904 (DEL PRIORI e MELO, 2009).

Essa rápida fundação de clubes deu oportunidade à criação de times compostos por pessoas que naturalmente se sentiam no direito de praticar o futebol, não importando se sua origem era aristocrática. Apenas queriam jogar e jogavam. Esse é o primeiro capítulo da democratização do futebol no Brasil.

O Bangu, ou *The Bangu Athletic Club*, fundado no princípio do século XX pelos funcionários que ocupavam os postos mais altos da fábrica Companhia do Progresso Industrial do Brasil, alguns deles ingleses, foi o primeiro clube a proporcionar aos operários o acesso ao futebol (LOPES, 1994). Mas o preconceito que até hoje não arrefeceu em alguns países, no Rio de Janeiro era latente. É célebre o caso do "pó-de-arroz" atribuído ao Fluminense:

> Era entretanto malvista a inclusão de jogadores de classes populares – e no Brasil a cor da pele é um indicador de classe – nos "grandes" clubes de "boa família". É o caso do jogador Carlos Alberto" - conta que Carlos Alberto era

> mestiço e jogava pelo América, quando transferido para o Fluminense, para se mostrar apresentável no gramado, passou a se maquilar com pó-de-arroz. Num jogo contra seu antigo clube foi reconhecido pela torcida que começou a gritar "Pó-de-arroz!, repetidas vezes (LOPES, 1994, p. 72)

Hoje uma atitude como essa, ao menos no Brasil, não é aceitável. Mas há de se analisar a situação de acordo com a época, anos 1910, considerando que: o futebol tinha origem aristocrática e esta classe, até mesmo no Brasil, era branca; o Brasil foi o último país a abolir a escravidão, apenas em 1888; os clubes e seus filiados era compostos pela classe alta e branca; os jogadores também eram sócios dos clubes, assim como a torcida que comparecia aos jogos, os homens, de terno e gravata, e as moças com chapéus e flores; havia identificação entre os jogadores e torcedores.

Galeano (2012, p. 39) cita queixas provenientes da mistura entre as classes nos *matches*, na revista carioca *Sports* em 1915:

> De modo que nós que frequentamos uma Academia, temos a posição na sociedade, fazemos a barba no Salão Naval, jantamos na Rosserie, frequentamos as conferências literárias, vamos ao *fiveo'clock*, somos obrigados a jogar com um operário, limador, torneiro mecânico, motorista e profissões outras que absolutamente não estão em relação com o meio onde vivemos. Nesse caso a prática do esporte torna-se um suplício, um sacrifício, mas nunca uma diversão.

Era natural portanto, que quem na época rompesse com esse padrão aristocrático fosse criticado. Tal como na Inglaterra, existia este preconceito com relação às classes trabalhadoras. Na terra da rainha os jogadores amadores eram chamados "gentleman" enquanto que os profissionais, que ainda não existiam no Brasil, eram denominados "players" (FRANCESCHI NETO, 1999).

O futebol surgido na Inglaterra e nesta institucionalizado desde 1963, quando "fundada na Freemason's, taberna da Great Queen's Street, centro de Londres, The Football Association, a entidade que até hoje rege o futebol na Inglaterra" (MÁXIMO, 1999, p. 180), popularizava-se no mundo, e no Brasil firmava-se como símbolo da nacionalidade. O seu uso, além de proveitoso para o sentimento nacional, tal como Rio Branco previra, seria elevado de nível.

Nos anos seguintes, os esportes, mas principalmente o futebol, ficou marcado por representar um dos símbolos da modernidade europeia e, notadamente, por inserir-se, pouco a pouco, no âmbito da diplomacia brasileira. Com o Barão do Rio Branco à frente do Itamaraty, de 1902 a 1912, o esporte foi incorporado como mais um instrumento das relações exteriores.

CAPÍTULO 2 – A INSERÇÃO DO ESPORTE NA DIPLOMACIA BRASILEIRA

A chegada e o rápido desenvolvimento dos esportes no Brasil, especialmente do futebol, abriu espaço para que os formuladores da política externa deles se utilizassem como instrumento, ampliando o leque de suas ferramentas. Para que isso ocorresse no Itamaraty foi fundamental a chegada do Barão do Rio Branco, um homem visionário, moderno, que acompanhava o pensamento europeu e tinha a exata noção de que o poder está presente nos meios imateriais. Rio Branco soube trabalhar a amizade, sem subserviência, com o Estados Unidos; acreditou na força prestígio, sem descuidar da atenção que mereciam os meios materiais de poder; e acompanhou de perto a relação entre esporte e política, inaugurando a utilização do esporte a serviço da diplomacia.

2.1.A exibição do esporte como avanço civilizatório e meio de prestígio

Três anos antes da chegada do futebol no Brasil (1891), o Barão do Rio Branco foi nomeado para atuar nas questões fronteiriças de Palmas ou Missões, em que contendia com a Argentina, e figurava como árbitro o presidente dos Estados Unidos Stephen Grover Cleveland (DORATIOTO, 2012; BUENO, 2003; CERVO & BUENO, 2012; CALÓGERAS; 2009).

Cumpriria ao Barão do Rio Branco resolver as questões limítrofes do Brasil, pendentes desde o período imperial. Superadas essas questões e as revoltas internas da primeira década da república, estaria o país apto a ingressar, definitivamente, na modernidade simbolizada pela b*elle époque*[14].

Os desafios para o Barão eram muitos. A conturbada situação interna por que passava o Brasil nos primeiros anos da República prejudicava o Ministério das Relações Exteriores, na época uma organização pouco relevante para o país, gozando de pouco prestígio no meio político nacional. Seu orçamento em 1892 era inferior a 1% da receita. Parte do Poder Legislativo Federal pedia o fechamento ou unificação de legações

[14] *Belle* époque, ou bela época, é o nome dado ao período que se estende desde o fim do século XIX e a Grande Guerra, marcado por transformações culturais e sociais que determinaram novos modos de vida. Estas mudanças nos hábitos sociais, tais como a forma de comer, de vestir, as relações familiares, a educação formal e as práticas corporais, se tornaram um padrão que incutiria em cada um o hábito de respeitar regras e aprender a conviver com o conflito. Este era o conceito de modernidade (ELIAS, 1994).

brasileiras, o que denota o desinteresse do corpo legislativo federal nos assuntos externos do país (CERVO & BUENO, 2012). Pela pasta das Relações Exteriores passaram onze ocupantes entre os anos de 1889 e 1902, sem contar com os interinos.

A chegada de Rio Branco ao Ministério das Relações Exteriores em 03 de dezembro de 1902 iria modificar sensivelmente este quadro, seja pela reorganização material e funcional do Itamaraty (LESSA, 2012), ou mesmo pelas novas diretrizes políticas, não filiadas a qualquer partido ou presidente. Esta distinção entre a política nacional e a política externa conferiu a Rio Branco estabilidade suficiente para ocupar a pasta até sua morte, passando por quatro mandatos presidenciais, inovando e influenciando decisivamente na formulação da política externa brasileira muito tempo após sua morte.

No momento em que Rio Branco foi convidado por Rodrigues Alves (1902 a 1906) a assumir a pasta das Relações Exteriores, em 1902, a República ainda se consolidava. O próprio Rio Branco atestou, na qualidade de cônsul-geral em Liverpool, que a confiança dos negociantes de Londres no Brasil se manteve firme mesmo diante da mudança de regime: "É, porém, do meu dever assegurar a V. Exa., que os negociantes e armadores desta cidade e do meu distrito relacionados com o Brasil continuam a manifestar a mesma confiança que antes tinham nos negócios da nossa pátria" (RIO BRANCO *apud* BUENO, 2003, p. 131).

O novo chanceler chegava ao ministério com elevado prestígio nacional, pois ainda que estivesse afastado do país há mais de vinte anos, seu conceito junto à sociedade brasileira foi aumentado diante da atuação do Barão do Rio Branco na resolução das questões fronteiriças na última década do século XIX. Esse distanciamento do cenário nacional, inclusive, é destacado por alguns autores como um dos pontos pelos quais Rio Branco titubeou na aceitação do convite para assumir a pasta (BUENO, 2003).

Doratioto (2012) ainda acrescenta a este fator de resistência a condição que Rio Branco obteve no exterior, pois estando na Europa seu salário era maior que o de chanceler. Ademais, seus filhos moravam na França, suas pesquisas históricas podiam ser melhor desenvolvidas no Velho Continente, assim como as condições sanitárias do Brasil eram bastante inferiores às da França.

Aceitando a difícil missão de assumir o ministério das Relações Exteriores de um país econômico e militarmente fraco, em comparação até mesmo com seu vizinho, a Argentina, Rio Branco desembarcou no Rio de Janeiro em 02 de dezembro de 1902 e neste mesmo dia discursou:

> Desde 1876 desprendi-me da nossa política interna com o propósito de não mais voltar a ela e de me consagrar exclusivamente a assuntos nacionais, porque assim o patriotismo daria forças à minha fraqueza pessoal. Aceitando depois de longas hesitações e reiterados pedidos de dispensa o honroso posto em que entendeu dever colocar-me o ilustre senhor presidente da República, em nada modifiquei aquele meu propósito. A pasta das Relações Exteriores, disse-me sua excelência, não é e não deve ser uma pasta de política interna, e, declarando que considerava muito valiosas as razões que eu alegava para procurar eximir-me do serviço que me pedia, acrescentou, entretanto, que mantinha o seu convite. Obedeci ao seu apelo como o soldado a quem o chefe mostra o caminho do dever. Não venho servir ao Brasil, que todos desejamos ver unido, íntegro, forte e respeitado. (Obras do Barão do Rio Branco, IX, Discursos, 2012, p. 58)

Rio Branco estava ciente de que sozinho ou aliado às nações sul-americanas, o Brasil não teria força para enfrentar uma nação europeia desejosa de novamente colonizar nossas terras. A saída, para ele, estaria na busca da estabilização política da região, evitando-se guerras separatistas e questões de fronteira (BUENO, 2003).

O estreitamento das relações com os Estados Unidos garantia ao Brasil mais prestígio e relevo no meio internacional, garantindo-lhe, por exemplo, maior participação nos fóruns internacionais. Rio Branco, devido a toda sua trajetória e aos seus estudos, era consciente de que a maneira como cada ator estatal é visto no sistema internacional depende do prestígio de que desfruta neste meio e nos subsistemas em que está inserido.

Para que vislumbremos a posição do internacional do Brasil nesta época, cumpre destacar que ele manteve, sem submissão, estreita aliança com os Estados Unidos, a maior potência mundial; inaugurou a primeira Embaixada de um país sul-americano em Washington; foi o primeiro país do subcontinente a receber a visita de um Secretário de Estado americano; sediou a Terceira Conferência Internacional Americana (1906) e a Segunda Conferência de Paz (1907).

É dentro deste contexto que Lacerda (2013, p. 152) assinala que:

> A busca por prestígio internacional teve início como padrão na política externa brasileira desde o desejo brasileiro em sediar a 3ª Conferência Internacional Americana, em 1906 no Brasil, quando Rio Branco aspirava elevar o prestígio do Brasil com uma concepção derivada do fato que o país ocupava uma posição diferenciada no contexto latino-americano e que ao país cabia exercer um papel de liderança, procurando imitar os Estados Unidos no segmento sul do continente.

Pereira (2012), no mesmo sentido de Lacerda, afirma que a decisão de sediar a III Conferência Internacional Americana constituiu um movimento articulado da política de aproximação com os Estados Unidos e de prestígio entre os vizinhos.

Para Morgenthau (2003, p. 135), prestígio "é a reputação de poder" de uma nação, uma espécie de *status quo* derivado da posição dos Estados na ordem internacional que pode ser representada pelas práticas diplomáticas ou demonstrações militares.

Esse autor considera que a política de prestígio raramente constitui um fim em si mesmo e, apesar de não considerá-la importante, reconhece que esta representa um elemento inerente às relações internacionais, pois assim como os indivíduos os Estados buscam a confirmação nos demais pares, das virtudes que eles possuem ou julgam ter, e a partir da reputação almejam conquistar a parcela de poder que consideram devidos a si mesmos.

O prestígio representaria, portanto, a importância da imagem projetada no imaginário dos demais, não importando quanto real ou irreal seja esta imagem: "Seu propósito é convencer outras nações do poder que seu país realmente possui - ou que ele acredita (ou deseja) que as demais nações suponham que ele detém" (MORGENTHAU, 2003, p. 148/149).

Dentro desse contexto, Rio Branco (*apud* AMORIM, 2013), em artigo anônimo publicado no *Jornal do Commercio*, afirmou que: "[...] o seu interesse político [do Brasil] está em outra parte. É para um ciclo maior que ele é atraído [...] entretendo com esses Estados [vizinhos] uma cordial simpatia, o Brasil entrou resolutamente na esfera das grandes amizades internacionais, a que tem direito pela aspiração de sua cultura, pelo prestígio de sua grandeza territorial e pela força de sua população".

Esta assertiva de Rio Branco é elucidativa, esclarece que sua visão atrelava o prestígio à grandeza territorial, à força da população, e destacava a "aspiração" da cultura brasileira. Em discurso pronunciado em 10 de novembro de 1906, no Palácio Itamaraty, por ocasião da homenagem que lhe foi prestada pelo Exército Nacional, publicado no Jornal do Commercio de 11 de novembro de 1906, Rio Branco corrobora o entendimento esposado:

> O movimento de simpatia que mais intensamente se acentuou nos Estados Unidos da América para com o Brasil [...] deve-se, sobretudo, à influência crescente que o Brasil tem ganhado no conceito universal em alguns anos de paz interna, podendo assim lançar-se resolutamente no caminho de todos os melhoramentos morais e materiais. Sem isso, que é obra de toda a nação e dos seus principais conselheiros e diretores políticos, não se teria dado o voto espontâneo e quase unânime das Repúblicas do nosso continente elegendo esta cidade do Rio de Janeiro para sede da III Conferência Internacional Americana, nem teríamos recebido a visita do eminente estadista senhor Elihu Root, eloquente pregoeiro da política de confraternidade que o grande presidente Roosevelt representa e que os Estados Unidos da América desejam ardentemente ver aceita, generalizada e consolidada nesta parte do mundo (PARANHOS JUNIOR, 2012, p. 153-154)

Por outro lado, pode-se inferir que Rio Branco não destoava dos conceitos realistas e defendia veementemente a necessidade de defesa do país:

> [...] o nosso amor à paz não é motivo para que permaneçamos no estado de fraqueza militar a que nos levaram as nossas discórdias civis e um período de agitações políticas que, devemos crer, está felizmente encerrado para sempre.
>
> Não depende da vontade de uma nação evitar conflitos internacionais. Mesmo os Estados neutralizados, com a Suíça e a Bélgica, cuidam séria e patrioticamente da sua defesa militar, na previsão de possíveis complicações e ataques. A grande extensão do nosso litoral e do nosso território interior, o exemplo de vizinhos que se armaram enquanto só cuidávamos da nossa política interior, impõe-nos o dever de reunir os elementos de defesa nacional de que precisamos. Temos de prover pela nossa segurança, de velar pela nossa dignidade e pela garantia dos nossos direitos que, às vezes, só a força pode dar. Carecemos de exército eficaz e de reservas numerosas, precisamos reconquistar, para a nossa marinha, a posição que antigamente ocupava. (PARANHOS JUNIOR, 2012, p. 155)

A visão exposta por Rio Branco se adequa à análise de O'Neill (1999), para quem o prestígio, além de estar atrelado à opinião da coletividade, depende do preenchimento de três condições: da acreditação do grupo quanto a determinada qualidade do ator; que dita qualidade seja desejável; e, por fim, que a parte possua, de fato, poder perante os demais.

Na visão de O'Neill (1999), o prestígio depende do preenchimento de três requisitos: da acreditação do grupo quanto à determinada qualidade do ator; que dita qualidade seja desejável; e, por fim, que a parte possua, de fato, poder perante os demais. Pode-se observar que todos os citados internacionalistas reconhecem que o prestígio nem sempre representa a realidade a respeito de determinado Estado, podendo tratar-se de uma impressão criada pelo imaginário internacional.

A grande diferença entre os autores decorre justamente da discordância quanto à sustentação do prestígio. Morgenthau (2003) e O'Neill (1999) sustentam que o prestígio está intrinsecamente atrelado ao poder real, bélico ou econômico, de forma que para um Estado deter prestígio, deverá possuir, de fato, um ou mais desses poderes. Wight (2002, p.88) adota uma posição intermediária e assinala que caso o Estado não possua essas forças, "é provável que haja pouco prestígio". Ele, portanto, não descarta o prestígio dos países que não tem força militar ou econômica, mas o coloca em nível de probabilidade. Wylie (2006), por fim, acredita que ainda que um Estado não detenha a força do ponto de vista Realista, pode adquirir e manter prestígio internacional com base numa chamada reputação moral.

Nesse contexto, temos que o Brasil enquanto república não enfrentou nenhum conflito internacional, devendo ser ressaltado que resolveu as questões fronteiriças por meio de tratados e decisões arbitrais, quando esta não era a regra; que o pacifismo era uma qualidade desejável para o país quando visto pelos demais, mas, em contrapartida, lhe faltava o poder bélico e econômico perante o meio internacional. Reconhecendo, pois, a carência de um exército eficaz, Rio Branco viu a necessidade de garantir os direitos e a segurança nacional, elemento que, por vezes, somente a força pode dar.

Contudo, Rio Branco estava ciente de que por mais esforços que o Brasil envidasse no poder bélico, estaria muito distante das grandes potências mundiais. Nossas Forças Armadas não eram sequer suficientes para combater eventual guerra na América do Sul. Mesmo após o rearmamento naval proposto por ele próprio em1904[15], um relatório do Estado-Maior do Exército a respeito da situação militar no sul do continente demonstrou que "enquanto o Brasil podia mobilizar em caso de guerra apenas duas divisões de artilharia, a Argentina poderia contar com cinco delas. A Argentina teria orçamento de guerra superior ao do Brasil, pessoal combatente em maior número e melhor instruído, além de mais rápida capacidade de mobilização" (GARCIA, 2003, p. 175).

Nesse ponto, concordamos com Lacerda (2013), para quem o jurisdicismo, o pacifismo e o realismo pragmático se tornaram padrões da Política Externa brasileira. Os dois primeiros implementados por Rio Branco no período em que esteve à frente do MRE, e o terceiro já desenvolvido desde o tempo do Brasil-Império. Lafer não destoa desta assertiva ao afirmar que Rio Branco é "o inspirador do estilo de comportamento diplomático que caracteriza o Brasil" identificado pela

> moderação construtiva [...] permeada por uma leitura grociana da realidade internacional, nela podendo identificar-se um ingrediente positivo de sociabilidade que permite lidar, mediante a Diplomacia e o Direito, com o conflito e a cooperação e, desta maneira, reduzir o ímpeto da política de poder (LAFER, 2009, p. 47).

[15] Desde a Revolta da Armada, quando o Brasil teve que pedir ajuda ao Estados Unidos e a alguns países europeus, Rio Branco, que ainda não era Ministro das Relações Exteriores, já via com grande preocupação a fraqueza militar do Brasil (CARVALHO, 1998; CALÓGERAS, 2009). Este fato se agravou com o Caso Panther (1905), canhoneira alemã que ficou atracada por mais de duas semanas na costa de Santa Catarina aguardando por um grupo de marinheiros que haviam desembarcado para prender um suposto desertor (VIANNA, 1958; DORATIOTO, 2012).Uma vez à frente do Itamaraty, Rio Branco logo tratou de negociar o rearmamento naval brasileiro (BUENO, 2003), pois sabia da importância geopolítica desta força, e desejava atingir ou suplantar o nível da armada argentina. Ainda que não tivesse pretensões agressivas, desejava resguardar o país de alguma ameaça, pois já havia sido provado que o Brasil não dispunha do mínimo necessário (BUENO, 2003).

Rio Branco, portanto, reconhecia que o Brasil se encontrava numa posição inferior em relação às grandes potências, e ao tempo em que analisava o meio internacional dessa forma, se situava "a meio-caminho entre Rui Barbosa e os expoentes do radical jurisdicismo latino-americano, num extremo, e os cultores do poder puro, propugnadores do imperialismo, no outro" (RICUPERO, 2000, p. 53):

> Rio Branco nunca perdeu de vista que o poder, isto é, a capacidade de impor sua vontade aos outros, é a realidade primordial, onipresente, na vida internacional. Sabia, por outro lado, que o poder pode ser a mais importante mas não é a dimensão única e exclusiva dessa realidade; que a vida internacional, como a vida social em geral, não é feita apenas de conflito mas de uma tensão dialética entre conflito e colaboração. Os que empobrecem a política internacional, reduzindo-a ao poder e ao conflito, negando para os Estados a existência ou o sentido de valores como dignidade, honra, auto-respeito, praticam um falso e grosseiro realismo.
> Ele reconhecia, além disso, que assim como nenhum país dispõe de poder total, nenhum é totalmente desprovido de algum poder. A questão se resume toda em saber utilizar o limitado poder ao alcance de cada um, buscando aumenta-lo ou complementá-lo por meio de alianças, quer dizer, com o poder dos outros ou por modos diferentes[...] (RICUPERO, 2000, p. 54)

Era esse, portanto, o realismo praticado por Rio Branco na tônica do prestígio, situado entre o *status quo* referenciado por Morgenthau (2003), derivado da posição dos Estados na ordem internacional e que pode ser representado pelas práticas diplomáticas, e os conceitos de Wylie (2006), ou seja, no fato de que ainda que um Estado não detenha a força do ponto de vista Realista, pode adquirir e manter prestígio internacional com base numa chamada reputação moral.

Para Santos:

> [as] relações Brasil-Estados Unidos durante o período da Primeira República constituirão as linhas de base de um novo subsistema de poder que tem nos Estados Unidos seu centro hegemônico [...] recebendo [o Brasil] o apoio político eventual do 'grande irmão' norte-americano e aceitando, em consequência, a função de aliado natural da grande potência (SANTOS, 1991, p. 259)

Neste sentido, de muito lhe valeram os dois anos em que esteve nos Estados Unidos para tratar da questão de Missões – 1893 – pois o fez estabelecer maior contato com a civilização estadunidense, posto que sua formação e sua influência era extremamente voltada para a Europa (CARVALHO, 1998). Ademais, sempre que tinha oportunidade, Rio Branco procurava diferenciar o Brasil no contexto latino-americano, identificando-o como superior às demais republicas, tal como os Estados Unidos na América do Norte. Para Rio Branco essa imitação dos Estados Unidos pelo Brasil deveria

se concretizar de maneira a alcançar ao lado deste país larga influência internacional (BUENO, 2003).

A concepção de que o Brasil exercia um papel de líder estabilizador e protetor das demais repúblicas regionais foi bem expressada por Rio Branco no artigo intitulado *Brasil e Argentina,* publicado no *Jornal do Commercio* em 26 de setembro de 1908, no contexto das disputas com a Argentina em razão da aproximação daquele com os Estados Unidos:

> [...] interveio no Prata; entrou naquelas terras para dirimir, pelas armas e pela diplomacia, desavenças sanguinárias no período difícil da gestação dos Estados; foi agente de paz e de liberdade, e à sombra da aliança com o Brasil realizou Mitre o seu grande feito político, que é a unidade nacional da República argentina. Quando se acabou a sua missão histórica no Prata, o Brasil deixou ali nações organizadas, e o nosso território não foi aumentado pela fácil incorporação de províncias desgovernadas. Estávamos expurgados para sempre do tenebroso espírito de conquista.
> Há muito a nossa intervenção no Prata está terminada. O Brasil nada mais tem que fazer na vida interna das nações vizinhas. Está certo de que a liberdade e a independência internacional não sofrerão ali um desequilíbrio violento. O seu interesse político está em outra parte. É para um ciclo maior que ele é atraído. Desinteressando-se das rivalidades estéreis dos países sul-americanos, entretendo com esses Estados uma cordial simpatia, o Brasil entrou resolutamente na esfera das grandes amizades internacionais, a que tem direito pela aspiração de sua cultura, pelo prestígio de sua grandeza territorial e pela força de sua população (Obras do Barão do Rio Branco X: artigos de imprensa, 2012, p. 518).

Em meio às críticas argentinas, Rio Branco responde, num artigo de jornal anônimo (BUENO, 2003), possivelmente para evitar desgastes político-diplomáticos, ou mesmo o agravamento das hostilidades, e há um só tempo serve-se do texto para respaldar o papel de liderança do Brasil no contexto regional, destacando seu papel pacificador, seu desinteresse em agredir ou rivalizar com vizinhos e, ao final, alude à destacada posição que o Brasil tem direito a ocupar no sistema internacional.

Embora nutrisse essa ideia de superioridade perante o subsistema regional, o realismo de que Rio Branco se servia para pontuar a relação com os Estados Unidos lhe permitia compreender todos os seus limites, deixando-o ciente de que ambos, em maior ou menor grau, tinham interesses nesta parceria. A esse respeito pode-se citar o despacho para Washington por ocasião da recusa de Rio Branco à sugestão de Joaquim Nabuco de preparar visita aos Estados Unidos em "pagamento" do que fizera Elihu Root na III Conferência Americana, em 1906, no Rio de Janeiro:

> Achaques [da] velhice [não me] permitiriam viagem de aparato, além de que despesa seria grande e não houve visita especial a este governo (...) Não penso que tenhamos de retribuir visita feita a tantos países no interesse do desenvolvimento da influência americana e não por atenção especial ao Brasil. (BUENO, 2003, p. 89, *apud* LINS, 1945, v. 2, p, 567)

Noutro documento, ofício a Olinto de Magalhães, datado de 12 de dezembro de 1902, Rio Branco ressalta que a manutenção da soberania sobre o Amazonas dependia em grande parte da amizade com os Estados Unidos, pois bastaria um convite deste aos europeus para que se iniciasse a exploração daquele estado. Rio Branco não via os Estados Unidos como os defensores e guardiões da América do Sul, tinha ainda a recordação dos incômodos gerados pela cobiça estadunidense nos tempos do Império (CERVO & BUENO, 2012).

Aliás, o Brasil nunca se submeteu aos interesses estadunidenses, sempre manteve uma postura condizente com o lugar que achava que deveria ocupar no mundo, nunca abaixo de uma potência media e, por vezes, buscando um lugar mais alto, ao lado dos grandes líderes mundiais. Para tanto, sabia Rio Branco que a amizade com os Estados Unidos serviria aos propósitos brasileiro, tanto no contexto nacional como sub-regional (CERVO & BUENO, 2012).

A relação Brasil-Estados Unidos, ainda que não se traduzisse em apoio explícito ao país, serviria para neutralizar eventuais pressões, e foi neste contexto que Rio Branco articulou a elevação da legação brasileira em Washington à condição de Embaixada, concomitantemente a também elevação da legação americana no Rio de Janeiro à condição de Embaixada (BUENO, 2003; OLIVEIRA, 1997).

E diferentemente do que ocorre hoje, estabelecer uma Embaixada em outro país não representava um ato de rotina administrativa, mas um esforço necessário para demonstrar afinidades políticas entre os países. Doratioto (2012, p. 148) assinala que nesta época as embaixadas eram raras e "instalá-las significava mudança qualitativa nas relações bilaterais".

Para Bueno (2003), a criação simultânea das embaixadas representou prestígio. Além disso, frente às demais nações sul-americanas, a do Brasil passava a ser a representação diplomática de nível superior, já que os únicos países que com ele rivalizavam na América do Sul, Argentina e Chile, mantinham apenas legações. Rio Branco chegou ao ponto de afirmar que seria

> [...] melhor que na América do Sul só haja uma Embaixada Americana, a do Brasil, e que dos países desta parte do mundo só o Brasil e o México tenham embaixada em Washington. De certo, ser-nos-ia agradável que o Chile e a argentina encontrassem nos Estados unidos, o mesmo tratamento que o Brasil, mas não há motivo para que trabalhemos por esses nossos amigos e sem a esperança de (êxito) (AHI, Despacho de Rio Branco para Washington, 25/04/1907, *apud*, BUENO, 2003, p. 159)

Pode-se inferir pelas próprias reportagens da época que a elevação da representação mútua havia sido noticiada como uma espécie de nova formação política na parte sul do continente americano. O Brasil passava a ser visto como o legítimo aliado dos Estados Unidos na América do Sul, não do ponto de vista da subordinação, mas sob a ótica de uma aliança, uma entente, assim como noticiado pelos jornais *Paiz* e *New York Herald* (BUENO, 2003).

Para o posto de Embaixador brasileiro nos Estados Unidos foi nomeado Joaquim Nabuco, ardoroso defensor da República do Norte, declarado monroísta, defensor da cultura e dos valores estadunidenses. Dessa forma, a "25 de maio de 1905, apresentava Nabuco as duas credenciais a *Roosevelt*. Depois de ter lido seus respectivos discursos de pragmática, os dois homens tiveram conversa de grande cordialidade, o que o Presidente não costumava fazer em semelhantes ocasiões" (CARVALHO, 1998, p. 366).

No ano seguinte à elevação da representação brasileira em Washington à condição de Embaixada (1905), o Brasil sediou a 3ª Conferência Pan-Americana, ocasião em que o Barão do Rio Branco elevava o prestígio do Brasil no cenário regional, procurando mostrar-se à semelhança dos Estados Unidos no sul do continente, e projetava sua imagem regionalmente a fim de diferenciar a nova República neste contexto. Nas palavras do Barão do Rio Branco:

> É para um ciclo maior que ele [o Brasil] é atraído. Desinteressando-se das rivalidades estéreis dos países sul-americanos, entretendo com esses Estados uma cordial simpatia, o Brasil entrou resolutamente na esfera das grandes amizades internacionais, a que tem direito pela aspiração de sua cultura, pelo prestígio de sua grandeza territorial e pela força de sua população" (apud RICUPERO, 2010, p. 27)

Bueno (2003, p. 58) é enfático ao assinalar que o Barão do Rio Branco "movido sobretudo por razões de prestígio, ofereceu a cidade do Rio de Janeiro para sediar a Terceira Conferência Internacional Americana".

Sem destoar desta análise, Carvalho (1998) aponta que esta reunião foi de singular importância para o prestígio internacional do Brasil. Segundo o autor, Rio Branco havia empreendido grande esforço para receber e alojar com dignidade as vinte delegações dos países americanos que viriam para a Conferência, onde se fez presente o Secretário de Estado do Estados Unidos, Elihu Root, que neste momento, inaugurava a visita de um Secretário de Estado ao exterior. Nesta ocasião, coube ao embaixador Joaquim Nabuco a presidência da Assembléia. Ao Pavilhão da Feira Mundial de São Luís Palácio, em sessão solene, Rio Branco deu o nome de Palácio Monroe.

O programa desta Terceira Conferência foi organizado em consonância com as propostas apresentadas pelos governos que dela participariam. Os que apresentaram o maior número de sugestões foram Argentina, Chile, México e Peru, e ainda que tenha contado com a participação efetiva de outros governos, a posição de Rio Branco a respeito dos temas sugeridos era bastante clara a respeito de incluir apenas o que fosse conveniente ao Brasil, sem, contudo, mostrar-se intransigente (BUENO, 2003).

Neste ponto, mais uma vez, a posição do Brasil se alinhava com a dos Estados Unidos e, de comum acordo, os temas mais complicados foram evitados, tais como: a livre navegação dos rios, pois o Brasil ainda tinha pendências desta natureza, como a contestada divisa com a Guiana Holandesa (BUENO, 2003; VIANNA, 1958); e as questões relativas a reinterpretação da Doutrina Monroe pelo presidente Theodore Roosevelt, mais conhecida como Corolário Roosevelt, pois a Bolívia, derrotada na Guerra do Pacífico, pretendia conferir-lhe uma interpretação mais ampla para que fosse aplicada contra o Chile, ou seja, um país americano (BUENO, 2003). Os Estados Unidos puderam contar com a cumplicidade brasileira para omitir pontos sobre os quais não desejava levar à discussão na Conferência, fato que demonstra a importância que Rio Branco conferia à amizade com a potência norte-americana e "vice-versa" (SANTOS, 1991, p. 262)

A Doutrina Drago, ou Drago-Porter[16], elaborada pelo ministro das Relações Exteriores da Argentina, Luis María Drago, que considerava inaceitável a cobrança de dívidas de um Estado por outro mediante o uso da força, constou apenas formalmente, comprometendo-se os conferencistas a conduzi-la à análise da II Conferência da Paz que se realizaria no ano seguinte, em Haia. O mesmo tratamento se deu com relação à questão do arbitramento (BUENO, 2003).

A criteriosa avaliação do temário desta Conferência se dava em razão da delicadeza de cada um destes objetos, pois não era intenção do Brasil colocar a si mesmo e a outros países em posição contrária ao interesse geral dos Estados americanos. A aprovação da Doutrina Drago, por exemplo, poderia ser vista pela Europa como uma atitude que visava conferir imunidade aos devedores e, além disso, demonstraria as posições contrárias entre a Argentina e o Brasil, já que este não concordava com os termos desta Doutrina (BUENO, 2003).

[16] Inicialmente esta Doutrina foi pensada pelo Ministro das Relações Exteriores argentino, Luis María Drago, motivado pelo bombardeio da Venezuela por navios da Itália, Alemanha e Inglaterra, em razão do não pagamento de dívidas para com estes Estados. Submetida à II Conferência de Haia, foi parcialmente alterada pelo general americano Horace Porter, e aprovada.

Para Doratioto (2012, p.156), "Sediar o encontro e receber Root era prova do prestígio internacional do Brasil e da harmonia brasileiro-norte-americana", mas Rio Branco não se enganava com relação aos interesses estadunidenses, e por ocasião do discurso proferido na abertura desta III Conferência, na presença do Secretário de Estado Elihu Root, reafirmou as proveitosas ligações do Brasil com a Europa, esclarecendo que as relações do Brasil com os Estados Unidos não se davam no nível de subserviência.

Para se ter uma ideia da importância conferida ao ilustre visitante, o Brasil determinou a realização de um relatório em que fosse especificado todos os Estados e lugares por que passou o Secretário. E foi também por ocasião desse encontro que o Brasil rendeu diversas homenagens ao Estados Unidos. O então chamado Palácio Brasil, construído em 1904 para ser o Pavilhão do Brasil na Exposição de Saint Louis[17], onde recebeu o Prêmio Medalha de Ouro pela sua arquitetura, foi remontado em 1906 no Rio de Janeiro, na Avenida Beira Mar, e teve seu nome alterado para Palácio Monroe, em homenagem ao ex-presidente americano que formulou a doutrina[18] homônima.

O jornal *Correio da Manhã* de 01/08/1906[19] noticiava com grande euforia a apresentação da "Grande Companhia Lyrica Italiana" no teatro São Pedro de Alcântara, que após executar o hino nacional brasileiro e o estadunidense, representaria a ópera *O Guarany*, do festejado Maestro brasileiro Carlos Gomes. A festividade contaria com a presença do Presidente da República, do "Ministro" Elihu Root, e de outras autoridades.

Dentro da série de homenagens prestadas, teve destaque o moderno instrumento da política exterior, o esporte, nesse momento introduzido embrionariamente por Rio Branco.

---

[17] "Desde o final do século XVIII, a palavra exposição tem sido empregada para designar as mostras ou exibições de produtos e trabalhos de artesanato, manufatura, indústria, ciência, arte e até mesmo agricultura. O objetivo de tais eventos é divulgar amplamente essa produção, a fim de despertar no público visitante o interesse pelo consumo das mercadorias visualizadas [...] Além dos propósitos comerciais e propagandísticos de marcas industriais, as exposições tiveram – como tem até hoje – claros objetivos de promoção político-cultural, tanto por parte dos países organizadores como dos participantes. É o caso das exposições mundiais e dos eventos nacionais, onde se verifica também a presença de exibidores estrangeiros" (TORTIMA, 1990, p. 293). Nessa Exposição foi realizada, concomitantemente, a III Edição dos Jogos Olímpicos da era moderna.

[18] James Monroe, presidente eleito dos EUA em 1816 e, reeleito em 1820, traçou as principais diretrizes da doutrina que posteriormente tomou emprestado seu nome na mensagem proferida ao Congresso norte-americano em 02 de dezembro de 1823 (ACCIOLY, 2000), especialmente pelo conteúdo dos parágrafos sétimo, quarenta e oito, e quarenta e nove.
Tais dispositivos formavam a tríplice de ideias norteadoras da Doutrina Monroe, defendendo a não colonização do continente americano, devido à independência dos Estados que o compõe, assim como afirmando o isolacionismo dos Estados Unidos nas questões europeias e o princípio da não intervenção das potências europeias nas Américas.

[19] Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1906_01846.pdf

O *Correio Paulistano* de 04/08/1906[20] anunciava na capa do jornal:

> "As três e meia da tarde realiza-se hoje, no Velódromo, o grande *match* interestadual, sendo contendores um *team de footballers* fluminenses e outro de *footballers* paulistas, em homenagem ao ministro americano Elihu Root que a ele assistirá acompanhado do sr. Presidente do Estado, sua exma. família e mais altos funcionários públicos. No centro do Velódromo foi erguida suntuosa tribuna em estilo gótico, sendo improvisado desde a entrada um lindo bosque de *clyptomericas japônicas*.
> O baleão da tribuna está artisticamente enfeitado com flores raras e dele pendem seis artísticos fustões presos e quatro mastros em que tremulam as bandeiras americana e brasileira.
> [...]
> A tribuna está mobiliada com cadeiras e poltronas americanas de carvalho.
> A diretoria do C. A. Paulistano oferecerá ramalhetes de flores naturais às senhoras e senhoritas que acompanharem os ilustres assistentes.
> Ao *team* vencedor será oferecido pelo sr. Elihu Root, artístico bronze com a seguinte inscrição: Premio oferecido pelo dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado de S. Paulo, ao *team* vencedor do *match* em homenagem ao exmo. Sr. Elihu Root – IV – VIII – MCMVI.
> [...]
> Assim sendo, a *Light* fornecerá um trem especial para conduzir a S. Paulo os marinheiros [americanos], em número superior a cem, e providenciará para a hospedagem dos mesmos em vários hotéis.
> No transporte do povo serão ocupados 80 bondes eletricos, que trajetarão pelo perimetro central da cidade, tendo como pontos de partida o Viaduto do largo de S. Bendo e a praça Antonio Prado" (Correio Paulistano de 04/08/1906)

Na continuação, a reportagem esclarece que o evento esportivo envolverá diversos tipos de corridas, arremesso de peso, saltos em altura e à distância, sendo estas competições realizadas entre brasileiros e americanos. Destaca ainda que: "antes da execução do programa, marinheiros do Charleston, jogarão entre si um emocionante *match* de *baseball*".

A recém formada equipe do Botafogo Football Club, que enfrentou a Seleção Paulista na disputa da Taça Elihu Root, sagrou-se vencedora por um placar de 2 a 1.

Essa recepção demonstra claramente a preocupação em mostrar a imagem de um país culto e desenvolvido, na linha do modelo europeu.

Tal como demonstra Fagundes (2013, p. 275) esses rituais de cerimônia são importantes na construção da imagem e do prestígio, tanto externo quanto interno:

> Recheadas de uma peculiaridade própria, as visitas constituem um tipo de acontecimento, em que certos valores são suscitados, geralmente ligados à fraternidade, união e reciprocidade entre as Nações envolvidas, com o objetivo de concretizar alianças, não apenas econômicas, mas, sobretudo, de cunho moral.
> Há todo um empenho na construção de uma imagem a ser mostrada ao visitante, voltada para expressar esses valores, em que o acolhimento e a hospitalidade são suscitados como características inerentes ao povo anfitrião. Assim, poderíamos dizer que toda a série de momentos ritualísticos que a

[20] Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/jornais/BR_APESP_CPNO_19060804.pdf

> compõem, como as grandes recepções as inaugurações de monumentos, os eventos militares e esportivos, além dos grandes bailes e jantares de gala, são, na verdade, todo um grande ritual de hospitalidade (DURKHEIM, 2000), pensado com o intuito de construir essa aliança entre anfitrião e hóspede.
> Nesse sentido, o objetivo da visita é, de fato, a comemoração de alianças (entre Nações, grupos, sociedades), daí sua grande importância diplomática, em que está em jogo o prestígio, tanto a nível interno quanto externo, de ambas as sociedades envolvidas, concorrendo, para isso, a construção de determinadas imagens ou identidades políticas.

Outra não era a intenção do país em oferecer espetáculos de música erudita e competições esportivas, pois ainda que estes se distanciem conceitualmente, do ponto de vista prático demonstram o grau de desenvolvimento da sociedade, exprimem a imagem que o país deseja revelar. Esse era o início do uso do esporte como elemento de projeção de uma imagem internacional de país desenvolvido.

O labor na busca pelo prestígio com base na reputação moral, tal como Wylie (2006) assinala, viria com mais força no ano seguinte, pela oratória de Rui Barbosa.

Encerrada a Terceira Conferência Internacional Americana o Brasil viria a participar, no ano seguinte, 1907, da Segunda Conferência de Paz, realizada em Haia (OLIVEIRA, 1997). Vale salientar a este respeito, que, inicialmente, ela estava prevista para iniciar-se em 15 de julho de 1906, contudo, em razão da já agendada Terceira Conferência Internacional Americana, Brasil e Estados Unidos formularam pedido de adiamento para que alguns de seus delegados pudessem comparecer a ambas estas reuniões, o que foi prontamente aceito por todas as potências (CARVALHO, 1997). Mais um ato de comunhão com os Estados Unidos, que colocava o Brasil entre as grandes potências, elevando o seu conceito no âmbito internacional.

Nas palavras de Delgado de Carvalho (1998, p. 250), esta reunião “deu ao Brasil oportunidade de singular projeção”. Rio Branco que a princípio pretendia indicar Joaquim Nabuco como chefe da missão brasileira, a quem chegou a realizar o convite, acabou cedendo este cargo a Rui Barbosa em razão do movimento coordenado pela imprensa carioca em favor do jurista baiano.

A atuação de Rui Barbosa foi, em sua maioria, controlada e orientada por Rio Branco, que raramente deixava margem a manobras, mas que permitiu ao jurista baiano a livre defesa dos princípios de igualdade e soberania das nações na discussão sobre a composição do Tribunal Arbitral, momento em que enfrentou a tese dos Estados Unidos. Este país defendia a criação do Tribunal Permanente de arbitragem que seria representado da seguinte forma: as grandes potências, Estados Unidos, Alemanha, Áustria-Hungria, França, Holanda, Inglaterra, Japão e Rússia seriam representados cada um por um

membro nacional, enquanto que todos os demais seriam representados em grupo, ou seja, um único representante para cada grupo de países. E nesta proposta o Brasil estava incluído no grupo 17, juntamente com mais oito países hispano-americanos. O Brasil não aceitou a possibilidade de ser representado por um membro que não fosse brasileiro, e neste embate obteve apoio dos países latino-americanos (BUENO, 2003; OLIVEIRA, 1997).

Neste palco internacional que foi a Segunda Conferência de Paz, o Brasil, efetivamente, procurou aumentar seu prestígio. O interesse de Rio Branco nesta reunião era tamanho que a correspondência telegráfica entre ambos foi mantida quase que todas as horas do dia (CARVALHO, 1998).

Antes de iniciados os trabalhos da Conferência, Rio Branco reivindicou que ao primeiro delegado brasileiro deveria ser cedido um posto de vice-presidente, que normalmente caberia a uma das grandes potências. Foram engendrados esforços para que Joaquim Nabuco conseguisse o apoio do Estados Unidos para Rui Barbosa, já que sob a ótica de Rio Branco a presidência seria europeia, naturalmente por sediar o evento, e as três vice-presidências caberia aos Estados Unidos, Japão, e outra potência europeia (BUENO, 2003).

O Brasil então rivalizava com a Argentina, que também buscava alcançar uma das vice-presidências. E procurando suplantá-la no prestígio, alcançou o objetivo, pois Rui Barbosa foi nomeado presidente honorário da 1ª Comissão e membro do "Comitê dos Sete". A este respeito Oliveira (1997, p. 359-360) cita que:

> Esteve o Brasil representado em Haya por uma Delegação de que foi chefe o então Vice-Presidente do Senado Federal, Conselheiro Ruy Barbosa, no caracter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, a quem, logo no princípio dos trabalhos, coube a honra de ser escolhido para Presidente Honorário da Primeira Comissão.
> De acordo com o pensamento as instrucções do Governo, o preclaro Representante do Brasil deu cabal desempenho à melindrosa missão, pondo-se em evidência pela sua assiduidade, inexcedível brilho e alta competência, não só no trabalho das sessões plenárias, e nos das quatro grandes Comissões em que se repartiram os membros das Conferência, mas também, e principalmente, na defesa de que o Brasil foi levado a tomar, com o maior desinteresse, do princípil incontestável da da igualdade dos Estados soberanos.
> Além dessa nobre atitude, que grangeou para o Brasil o apoio de quase todas as Repúblicas da América e de vários Estados da Europa e da Ásia, combateu o projecto de creação de um segundo Tribunal Permanente de Arbitragem.

Ao final da Conferência, Rui Barbosa analisou a posição do Brasil no concerto internacional para concluir:

> Era essa posição de meio termo que nos cumpria manter, com discrição, com delicadeza e com dignidade.
> Abaixo das oito grandes potências que entre si repartem o domínio da força, nenhum Estado se adianta ao Brasil no conjunto dos elementos, cuja reunião assinala a superioridade entre as nações. Considerando eles no seu todo, nenhuma dentre as potências de segunda ordem, se nos avantaja. Creio mesmo que nenhuma nos iguala (BARBOSA, 1962, p. 12/13 *apud* BUENO, 2003, p. 357)

E se o principal objetivo desta Conferência era elevar o prestígio internacional do Brasil, o sucesso foi garantido. Em primeiro lugar porque conseguiu suplantar em muito o desejo da Argentina de ver um dos seus delegados ocupando uma das vice-presidências, já que Rui Barbosa ocupou o cargo de Presidente Honorário da Primeira Comissão e membro do Comitê dos Sete. Segundo porque obteve largo apoio internacional na defesa da igualdade dos Estados soberanos. Terceiro, porque a imprensa internacional comentava a respeito da destacada atuação de Rui Barbosa, referendando sua tese de que o Brasil saia da Conferência como nona potência do mundo (BUENO, 2003). Depois desta Reunião, Rui Barbosa foi apelidado de *Águia de Haia*.

2.2. As relações Brasil – Argentina e o uso do esporte como instrumento das relações diplomáticas

Vários foram os fatores que influenciaram no prestígio do Brasil e nos desentendimentos com a Argentina neste período, desde as questões de fronteira, passando pelo rearmamento naval brasileiro e pela aproximação com a República do Norte.

Neste ponto, a aliança com os Estados Unidos era estratégica, pois servia aos objetivos do momento, seja a definição das fronteiras ou mesmo a diminuição da pressão exercida pela "potência líder do sistema internacional, a Inglaterra" (ALTEMANI, 2005, p. 40), cabendo dizer que a Argentina mantinha fortes laços com este país. Neste mesmo sentido, Doratioto (2012) assinala que a relação com os Estados Unidos fazia com que o Brasil estabelecesse um equilíbrio com a Argentina.

A rivalidade com a Argentina fez com que o Brasil buscasse apoio de outros países da América do Sul, a fim de que contra ele não se formasse uma coalização da América espanhola (BUENO, 2003). Com o Chile a relação foi facilitada ante à rivalidade que o país mantinha com a Argentina, e sendo mais fraco militarmente, preferia unir-se

ao Brasil. Valeu-lhe a Rio Branco a frase que dizia que o Brasil tinha apenas dois amigos na América: no Sul, o Chile, e ao Norte, o Estados Unidos (ALTEMANI, 2005).

Com relação ao Uruguai, Cervo e Bueno (2012, p. 212) citam "que o Brasil cedeu em 1909, espontaneamente e sem compensações, o condomínio da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão, em nome da concórdia sul-americana", que aliado à atuação de Rio Branco para manter a relação com os demais vizinhos em bons níveis, contribuiu para a recuperação do seu prestígio nessa parte do continente.

Diante destas comunhões do Brasil com os Estados Unidos e outros países sul-americanos, acrescida do rearmamento naval brasileiro, cujo plano foi iniciado em 1904 e modificado em 1906, criou-se na Argentina a ideia de que o Brasil pretendia enfrentar-lhe em guerra, fato que era alimentado pela imprensa argentina através do diário *La Prensa*, que transmitia as opiniões fustigado pelo Ministro Estanislao Zeballos (BUENO, 2003; CERVO & BUENO, 2012).

Em meio a essas tensões, Rio Branco emitiu carta ao Ministro brasileiro em Buenos Aires, Domício da Gama, recomendando-lhe o estreitamento das relações com o ministro dos Estados Unidos nesta capital, a fim de que ele não se deixasse influenciar pelo sentimento antibrasileiro manifestado por ocasião do projeto de reorganização da Marinha, uma das prioridades de Rio Branco (BUENO, 2003).

Desde a Revolta da Armada, quando o Brasil teve que pedir ajuda ao Estados Unidos e a alguns países europeus, Rio Branco, que ainda não era Ministro das Relações Exteriores, já via com grande preocupação a fraqueza militar do Brasil (CARVALHO, 1998; CALÓGERAS, 2009). Este fato se agravou com o Caso Panther (1905), canhoneira alemã que ficou atracada por mais de duas semanas na costa de Santa Catarina aguardando por um grupo de marinheiros que haviam desembarcado para prender um suposto desertor (VIANNA, 1958; DORATIOTO, 2012).

Uma vez à frente do Itamaraty, Rio Branco logo tratou de negociar o rearmamento naval brasileiro (BUENO, 2003), pois sabia da importância geopolítica desta força, embora não tenha sido ouvido a respeito do segundo plano de 1906. Rio Branco desejava atingir ou suplantar o nível da armada argentina. Ainda que não tivesse pretensões agressivas, desejava resguardar o país de alguma ameaça, pois já havia sido provado que o Brasil não dispunha do mínimo necessário (BUENO, 2003).

O incidente com a Argentina se agravou ao ponto deste país denunciar o Tratado de Equivalência Naval[21] com o Chile, de 1902, para permitir o aumento da força naval e, em seguida, apresentou um plano em que se exigia do Brasil que cedesse um dos encouraçados encomendados, sob pena de ser declarada guerra. Este plano se tornou conhecido da imprensa, causando enorme perplexidade entre os próprios argentinos e acintosos debates entre senadores e deputados que compartilhavam da política de composição com o Brasil (DORATIOTO, 2012).

O desgaste desta situação levou Zeballos a pedir demissão, que longe do cargo de Ministro das Relações Exteriores escreveu vários artigos criticando a política que acreditava ser a brasileira, chegando ao ponto de falsificar um telegrama enviado à legação brasileira no Chile, o qual supostamente apontava para intenções hostis do Brasil com relação à Argentina e referendava suas digressões (DORATIOTO, 2012).

Em resposta, Rio Branco mandou decifrar o telegrama e o fez publicar no Diário Oficial, provando a falsificação orquestrada por Estanislao Zeballos (CARVALHO, 1998). Fez constar Oliveira (1997, p. 365, *apud* Publicação oficial avulsa).

> Novembro – 15 – Declaração, no "Diário Official", desta data, sobre um telegrama do Governo Brasileiro, n. 9, de 17 de junho, dirigido à Legação do Brasil no Chile e que foi falsificado em Buenos Aires, sendo assim comunicado ao Governo Argentino.

Em seguida, Rio Branco dotou o Itamaraty de novo código telegráfico, a fim de garantir a segurança dos comunicados diplomáticos (CARVALHO, 1998).

Outro episódio que estampa o duelo entre Brasil e Argentina pode ser verificado quando da disputa ocorrida para sediar a Terceira Conferência Internacional Americana, sediada no Rio de Janeiro, em 1906. "Rio Branco não deixaria passar a oportunidade de praticar sua política de prestígio. Foi significativo o fato de ter-se antecipado aos argentinos para evitar o risco de a cidade do Rio de Janeiro ser preterida por Buenos Aires para sediar o encontro" (BUENO, 2003, p. 87).

Rio Branco instruiu Joaquim Nabuco, então embaixador do Brasil nos Estados Unidos, para que este manifestasse o desejo do Brasil em sediar a Conferência que se avizinhava e, para tanto, pediu além de descrição, rapidez, porque os argentinos também

[21] Após a Guerra do Pacífico (1879 - 1883), vencida pelo Chile, contra a aliança entre Peru e Bolívia, estabeleceu-se uma corrida armamentista entre o Chile e a Argentina, que acreditava nas pretensões chilenas de também lhe impingir uma guerra por território. Para conter as tensões, foi assinado em em 28/05/1902 o Tratado de Equivalência Naval, Paz e Amizade, também conhecido como *Pactos de Mayo*, impondo limites ao armamento de ambos os países.

ansiavam por esta realização continental (AHI – Despacho para Washington, 23/04/1906 *apud* BUENO, 2003).

Os anos de 1908 e 1909 foram o ápice das tensões entre Brasil e Argentina. O Brasil não aceitava qualquer tratado de equivalência das marinhas, pois entendia que isto feriria o prestígio brasileiro, e recusou-se, terminantemente, a ceder às pressões argentinas.

Foi justamente no ano de 1908, marcado por essas tensões, que Rio Branco mais uma vez colocou o esporte a serviço da diplomacia brasileira. Nesse ano compareceu ao Brasil a seleção argentina de futebol para disputar jogos amistosos com selecionados nacionais.



Figura 6 – Anúncio do jogo Brasil *vs*. Argentina (*Jornal do Brasil*, 23/07/1908. Disponível em: http://www.jb.com.br/argentina+1908. Acesso em 15/01/2014)

Após o segundo jogo na Capital fluminense, mesmo com a derrota do selecionado brasileiro, o Ministro das Relações Exteriores, Rio Branco ofereceu um almoço no Palácio do Itamaraty aos jogadores e ao ministro argentino no Brasil, Julio Fernandez, e assim discursou:

> É com o maior contentamento que vejo reunidos nesta mesa alguns dos mais distintos membros da sociedade portenha, cavalheiros estimáveis e damas e senhoritas que nos vieram trazer o encanto da sua graça e beleza, ao lado do digno ministro da República Argentina e dos jovens representantes da brilhante turma de jogadores de futebol que, a convite dos nossos, veio mostrar à mocidade brasileira quanto no país vizinho se tem desenvolvido e aperfeiçoado, ao mesmo tempo que outros, esse utilíssimo esporte.
> São esses moços vigorosos, calmos, ágeis e bem-adestrados os heróis do dia, os que festejamos todos, argentinos e brasileiros, desejando que os do Brasil, pelo exercício metódico e persistente, os possam igualar um dia.
> Se algum pedido me é lícito nesta ocasião formular aos nossos caros hóspedes, peço-lhes que de regresso à sua pátria digam francamente o que, penso, terão podido observar e sentir desde os primeiros dias da sua permanência entre nós, isto é, que contrariamente ao que supõem e por vezes têm apregoado alguns dos seus jornalistas mal informados, este país é habitado por um povo pacífico, sinceramente amigo dos povos vizinhos; e que todos aqui desejamos ardentemente que a República Argentina inteira tenha confiança na nossa leal amizade e a ela corresponda com a mesma cordialidade com que lhe desejamos sempre todas as prosperidades e todas as glórias da paz.
> Convido os meus compatriotas aqui presentes a me acompanharem no brinde que levanto aos nossos hóspedes e à República Argentina (Obras do Barão do Rio Branco, IX, Discursos, 2012, p. 223).

O diplomata Manoel Gomes Pereira analisou o citado discurso, ponderando que:

> O que mais interessava, no entanto, ao chanceler, em momento de tensão nas relações bilaterais, era sublinhar a importância da "paz pelo esporte". Referiu-se, então, à boa acolhida que os homenageados tiveram dos brasileiros e à nossa preocupação, como povo pacífico, de estar sempre em paz com os vizinhos. Pediu-lhes, enfim, que fossem nossos "embaixadores", levando ao Prata a certeza de que "todos aqui desejamos ardentemente que a República Argentina inteira tenha confiança na nossa leal amizade a ela e a ela corresponda com a mesma cordialidade com que lhe desejamos todas as prosperidades e todas as glórias da paz.
> Nesse curto brinde nota-se a preocupação do barão de usar todos os públicos disponíveis para, em plena crise das relações bilaterais, enviar sinais amistosos ao Prata. Buscava, com isso, ir além da posição oficial daquele governo, pouco simpática ao Brasil, para influir na opinião pública da Argentina em nosso favor. Rio Branco foi um mestre na utilização de novos meios para atingir os fins que buscava na política externa. A imprensa foi um deles. E, sinal de sua modernidade, o esporte foi outro (*apud* Obras do Barão do Rio Branco, IX, Discursos, 2012, p. 37).

Tal como havia considerado Raul do Rio Branco (1942), nessa época eram poucos os que compreendiam a importância do esporte para a sociedade, e o Barão do Rio Branco, sem dúvidas, era um deles. Conhecedor do espírito aristocrático que envolvia o esporte, e ciente de que tratava naquele momento com a alta sociedade argentina, preocupou-se em oferecer um almoço no Palácio do Itamaraty e, pessoalmente, discursar para os jovens praticantes do esporte bretão.

Não o fez por acaso. Sabia que a mensagem do seu discurso chegaria aos ouvidos dos dirigentes argentinos. E ao praticar este novo tipo de diplomacia, inovava na forma de fazer diplomacia no Brasil e quiçá no mundo. Estava à frente de seu tempo no continente sul-americano porque trazia na sua bagagem todo o conhecimento social da Europa, e por isso utilizava de elementos ainda não tangíveis aos espíritos menos sagazes.

O conflito não foi resolvido com o discurso e continuou até 1910, quando da chegada de Sáenz Peña à presidência da Argentina, inaugurando uma nova fase na relação entre os dois países. Neste ano o arrefecimento das tensões contou com a contribuição das curtas missões diplomáticas dos ex-presidentes Campos Sales e Júlio Roca, enviados para Argentina e Brasil, respectivamente, na qualidade de Ministros Plenipotenciários para pôr fim à questão relativa à corrida armamentista (BUENO, 2003).

O Brasil saiu de todas estas disputas fortalecido, seja porque não cedeu às pressões argentinas na questão do rearmamento da marinha, pela vitória alcançada na disputa pela sede da Terceira Conferência Internacional Americana, e mesmo pela capacidade com que conseguiu aliar a política de aliança com os Estados Unidos e com os demais países

da América do Sul, contendo a Argentina, talvez o único país que lhe pudesse fazer frente neste lado do continente.

Quanto à relação entre esporte e diplomacia, esta perdurou pelos anos seguintes, influenciando as ações de Raul do Rio Branco, e a realização de campeonatos de futebol entre Argentina e Brasil. No futebol, os países exorcizavam suas tensões, inclusive políticas, simulando o combate que proporciona a resolução pacífica de interesses.

1.1. Institucionalização e desenvolvimento esportivo no Brasil: a participação nas primeiras competições internacionais

Rio Branco faleceu no dia 10 de fevereiro de 1912, e sua morte foi fortemente sentida no Rio de Janeiro. O fato repercutiu de tal forma que a *Gazeta de Notícias* do dia 11/02/1912 noticiou que pouco após saber de seu falecimento "Toda a cidade estava assim, triste: triste de se fazer chorar".

Após a saída de Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores, em 1912, assumiu Lauro Severiano Muller, à frente da qual permaneceu até 1917. O catarinense Lauro Muller chegou ao Itamaraty numa posição confortável, já que as questões fronteiriças haviam sido resolvidas por Rio Branco, e a relação com a Argentina estava pacificada (DORATIOTO, 2012; BUENO, 2003).

Contudo, ainda que tenha havido esta sucessão, os analistas da política externa brasileira são categóricos ao afirmar que houve uma continuidade da política desenhada pelo Barão do Rio Branco até o fim da República Velha (ALTEMANI, 2005). Para Doratioto (2012, p. 160), "Rio Branco deixou como herança princípios que, durante décadas, serviriam à condução da política externa brasileira. Diferentes governos, de ditadores a democratas, de populistas a sóbrios presidentes, invocaram esses princípios e fizeram releituras de Rio Branco para legitimar suas decisões", e no campo político desportivo não foi diferente.

Apenas dois anos antes da Grande Guerra o Brasil institucionalizou-se internacionalmente. Esta internacionalização se fazia necessária ante a expansão dos Jogos Olímpicos, retomados em 1896 por Pierre de Coubertin. O responsável pela inserção do Brasil no Comitê Olímpico Internacional (COI), foi ninguém menos que o filho do Barão do Rio Branco. Segundo Coubertin (1997, p. 466): "*Mr. de Rio Branco, a former foot-ball caption*".

Em 1913, um ano após a morte do Barão do Rio Branco, seu filho, Raul do Rio Branco, representante diplomático do Brasil em Berna, candidatou-se à convite do Barão de Coubertin e foi eleito Membro do Comitê Olímpico Internacional (COI), passando a representar seu país junto a esta organização (DA COSTA, 2006).

Neste tocante, não pode ser afastada dos interesses nacionais a decisão do diplomata brasileiro de participar como delegado do Brasil junto ao COI, uma organização internacional relativamente nova, fundada em 1894, mas que contava com representantes de trinta nações, dentre as quais grandes potências como Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, e França.

Neste momento, o diplomata Raul do Rio Branco soube aproveitar a oportunidade para inserir o país em mais uma organização que lhe conferia visibilidade junto às grandes potências. Com Raul do Rio Branco representando o Brasil junto ao COI o Brasil logo se apressou em fundar o Comitê Oympico Nacional em 1914, já visando o intercâmbio e a cooperação internacional no esporte, segundo consta da sua ata de fundação (FRANCESCHI NETO, 1999).

Tendo em vista o âmbito de participação do COI, Milza (*apud* VAREJÃO, 2006) estabelece três dimensões do esporte: a primeira delas tendo o esporte como revelador do sentimento público; a segunda fundada na compreensão do esporte como reflexo e componente da vida internacional de um Estado; e a terceira centrada como instrumento de política externa. Esta última se firma nas competições esportivas internacionais, nas vitórias dos atletas que representam os Estados, na medida em que o esporte é utilizado pelas nações e interfere em diversos níveis da política externa.

Raul do Rio Branco, tendo residido na Europa durante o maior período de sua vida, certamente não ignorava o elemento político contido nos Jogos Olímpicos na época em que iniciou sua participação no COI como delegado do Brasil.

Após o ingresso do diplomata Raul do Rio Branco no COI, da fundação do Comitê Olympico Nacional em 1914, e da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) em 1916, o Brasil passou a participar ativamente de competições internacionais, ao tempo em que vivia o florescimento dos esportes nas duas principais cidades, São Paulo e Rio de Janeiro (SANTOS, 2011).

É de se destacar que 21 de julho de 1914 a seleção brasileira, na época um combinado das seleções do Rio de Janeiro e São Paulo, realizou seu primeiro jogo oficial. Foi no *estadium* do Fluminense Football Club, contra a equipe inglesa do Exeter City

Football Club que realizava uma excursão promocional no Rio de Janeiro. Os cartazes publicitários da partida ressaltavam que se tratava de um *team de profissionais*.

Após o amistoso contra a equipe inglesa, mais uma vez o esporte seria utilizado como meio de aproximação com os vizinhos portenhos, quando no ano de 1914 os selecionados do Brasil e Argentina disputaram a Copa Roca, criada pelo próprio presidente Júlio Roca (DRUMOND, 2012). Trompowsky Junior (1922, p. 413) faz referência à vitória brasileira: "Em 27 de Setembro de 1914, a esquadra de jogadores nacionais de foot-ball, derrotava, em Buenos Ayres, a esquadra representativa argentina, em disputa do trophéo denominado Copa Rocca".

Contemporânea à fundação da CBD foi a Confederação Sul-Americana de Futebol (CSF), posteriormente denominada Conmebol. Em 1916 foi realizado o primeiro campeonato Sul-Americano de Futebol, este em comemoração ao Centenário da Independência da Argentina. No ano seguinte o palco seria o Uruguai. Em ambos os torneios, sagrou-se vencedora a seleção uruguaia.

Era o tempo da Grande Guerra, a qual marcou o início do século XX, representando "um ponto de inflexão na história das relações internacionais", de maneira que passaram a ser preferíveis o Direito ao invés da força, a paz no lugar da guerra (GARCIA, 2006, p. 33).

Rompido o conflito em 1914, o Brasil declarou seu direito de se manter estritamente neutro, até mesmo porque as relações com a Alemanha e a Europa, como um todo, especialmente a França por sua cultura, e a Inglaterra por todos os anos de relação econômica, eram satisfatórias (BUENO, 2003; VIANNA, 1958).

Em 1916, quando da celebração do Congresso de Tucumán, Rui Barbosa proferiu larga e profunda conferência, intitulada "O dever dos neutros", na Faculdade de Direito de Buenos Aires.

> Entre os que destroem a lei e os que a observam não há neutralidade admissível. Neutralidade não quer dizer impassibilidade: quer dizer imparcialidade; e não há imparcialidade entre o direito e a injustiça. Quando entre ela e êle existem normas escritas que os discriminam, pugnar pela observância dessas normas não é quebrar a neutralidade: é praticá-la. Desde que a violência pisa aos pés arrogantemente o código escrito, cruzar os braços é servi-la. Os tribunais, a opinião pública, a consciência não são neutros entre a lei e o crime. Em presença da insurreição, a neutralidade não pode ser a abstenção, não pode ser indiferença, não pode ser a insensibilidade, não pode ser o silêncio (BARBOSA, 2006, p. 52)

A neutralidade perdurou até que fossem torpedeadas embarcações brasileiras pelos alemães. Declarada a guerra, o Brasil era o único país da América do Sul a envolver-

se diretamente na Primeira Guerra Mundial, o único da América Latina, com exceção de Cuba, que estava sob o domínio dos Estados Unidos (CERVO & BUENO, 2012; BUENO, 2003; SANTOS, 1991). O Brasil participou de forma prática, ainda que não tenha sido nem um pouco decisiva para o resultado da Grande Guerra:

> A participação se restringiu ao envio de 13 aviadores à Grã-Bretanha, que fizeram parte da Royal Air Force; uma missão médica à França, que instalou um hospital em Paris; de observadores do Exército e uma frota de seis navios para patrulhar o Mediterrâneo, a Divisão Naval em Operações de Guerra. Esta não chegou a tomar parte nas hostilidades, pois navegando do Brasil para o Mediterrâneo, imobilizou-se em Dacar ao ser atingida pela gripe espanhola, que matou mais de cem marinheiros. (DORATIOTO, 2012, p. 163)

Em razão deste envolvimento, ainda que de pequena monta, o Brasil pode auferir importantes ganhos no cenário internacional (DORATIOTO, 2012; SANTOS, 1991). Vianna (1958, p.194), entretanto, discorda e afirma que "como sempre, não se aproveitando o Brasil das circunstâncias, para obter quaisquer vantagens".

Neste cenário, o Brasil participou da III Conferência Inter-Aliada, ocorrida em Paris, de 30 de novembro de 1917 a 03 de dezembro de 1917, ao lado das grandes potências mundiais (BUENO, 2003). Prova da situação de prestígio de que gozava o Brasil, podendo ter contribuído para tanto esta participação na Grande Guerra, foi a elevação do status da representação britânica à categoria de embaixada em 16 de setembro de 1918 (CERVO & BUENO, 2012).

Além disso, uma vez assinada a rendição pela Alemanha em 11 de novembro de 1918, abria-se aos países americanos uma grande oportunidade como jamais havia ocorrido, pois até então não era dado aos Estados latino-americanos participar da chamada *grande politique.* O Brasil a explorou marcadamente através de Epitácio Pessoa que, no exterior, seria eleito Presidente da República.

Chefiando a delegação brasileira na Conferência de Paz, Epitácio Pessoa, autor do Projeto do Código de Direito Internacional Público[22] era, na época, senador pela Paraíba, e teria ao seu lado, João Pandiá Calógeras, deputado por Minas Gerais e ex-Ministro da Agricultura no governo de Venceslau Braz; Olinto de Magalhães, Ministro do Brasil em Paris; e Raul Fernandes, advogado e três vezes deputado pelo Rio de Janeiro (GARCIA, 2006).

Diante da numerosa delegação brasileira, o então Ministro das Relações Exteriores, Domício da Gama (1918 - 1919), que assumiu após a saída de Nilo Peçanha

[22] O Projeto do Código de Direito Internacional Público foi idealizado nas deliberações da III Conferência Internacional Americana, realizada no Rio de Janeiro em 1906.

(1917-1918), utilizou de seus contatos com os representantes dos Estados Unidos para que fosse mantida a delegação no mesmo número. Sua influência e estima nos Estados Unidos, decorrentes dos oito anos em que foi Embaixador do Brasil em Washington (1911-1918) lhe valeram intensas negociações para que três dos representantes marcassem seus assentos na Conferência de Paz. Os europeus resistiam em fornecer mais que dois assentos ao Brasil, que diante da ajuda diplomática dos Estados Unidos, conseguiu alterar as regras e assegurar a participação em número de três, ao lado da Bélgica e Sérvia, países que se envolveram e sofreram perdas muito superiores ao Brasil. Acima destes, somente Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Itália e Japão, cada um com direito a cinco assentos (GARCIA, 2006; CERVO & BUENO, 2012).

Na Conferência, o Brasil conseguiu, com sucesso, resolver as suas duas questões: o café retido nos portos alemães, e os navios ex-alemães confiscados nos portos brasileiros, contando sempre com o apoio dos Estados Unidos. Além disso, colaborou para a redação final do tratado, através de Epitácio Pessoa, que exerceu toda a sua capacidade de prática da política externa brasileira, centrada no realismo jurídico-pacifista (LACERDA, 2013).

Nessa também foi concretizada Liga das Nações projeto de Woodrow Wilson (1912-1921) que visava manter a paz internacional através da comunhão das grandes potências numa organização internacional incumbida de zelar pela solução pacífica dos litígios através do comum acordo entre estas nações. Neste encontro o Brasil alcançou um assento como membro temporário no Conselho Executivo da Liga das Nações, seu órgão mais importante (CERVO & BUENO, 2012).

O lugar que o Brasil ocupava na Liga das Nações pode ser sintetizado nas palavras de Martin Wight: “O Brasil, com uma população de tamanho semelhante à da Polônia, era a mais importante potência americana em Genebra, uma vez que os Estados Unidos haviam decidido não fazer parte da Liga” (WIGHT, 2002, p. 26).

Apesar de ocupar uma cadeira na instituição que teoricamente visava diminuir a influência da política de poder em contraposição aos conceitos liberais de participação dos países pouco representativos no tabuleiro internacional, a acurada percepção de Epitácio Pessoa na Conferência é reveladora da permanência da antiga forma de governança mundial, pois para ele tudo seria decidido, exclusivamente, pelas cinco grandes potências, nas medidas de seus interesses individuais. A participação das pequenas potências se deu apenas para conferir a aparência liberal ao Concerto (PESSOA, 1961).

Ao final da Conferência, o Brasil saía vencedor em todas as questões. Para Cervo e Bueno (2012, p. 240), "a atuação conjunta das delegações brasileira e norte-americana nas negociações de paz e na formação da SDN trouxe dividendos materiais ao país (como na questão dos navios ex-alemães), mas houve, também, ganhos em termos de prestígio".

No que diz respeito à Liga das Nações, a visão corrente era a mais utópica possível, acreditava-se no Brasil que o multilateralismo simbolizaria a diminuição, ou mesmo o fim da política de poder, enquanto que a Europa tinha nela sua continuidade por outros meios (BARACUHY, 2006), visão destacada pela aguçada percepção de Epitácio Pessoa.

É nesse contexto do pós-guerra que Boris Fausto (1999) assinala o fim da *Belle Époque* das oligarquias. Para o autor, nota-se o maior envolvimento da sociedade na política nacional. Surge no Brasil o primeiro partido comunista influenciado pela Revolução Russa de 1917 e o governo passa a enfrentar sucessivas crises e revoltas políticas[23].

Porém, como se pode imaginar, o mundo que surgia do Tratado de Versalhes, cuja influência Epitácio Pessoa trouxe consigo, entraria em convulsão com as novas demandas modernas, materializadas no Brasil pela Semana de 1922[24]. Longe de ser um erro, aplicar o pensamento internacional da época era o caminho natural da ópera do mundo, cujo ato final seria a Segunda Guerra Mundial.

Foi nesse cenário histórico, em que os nacionalismos se exacerbavam, que o Brasil participou dos Jogos Olímpicos da Antuérpia em 1920 e, ciente da visibilidade que as competições esportivas internacionais conferiam ao país-sede grande visibilidade, sediou campeonatos regionais e incluiu nas comemorações do Centenário da Independência um extenso programa desportivo, unindo este à diplomacia.

---

[23] Em 18/11/1918 ocorreu o Levante dos Anarquistas, em que várias categorias de trabalhadores tentaram ocupar o palácio presidencial, a Câmara, o Senado, arsenais e quarteis, sem sucesso. Em 1922 eclodiu o movimento tenentista, no episódio conhecido como os 18 do Forte que culminariam na Revolução de 1930. Neste episódio conta-se que o Forte de Vigia disparou um tiro de canhão em direção ao Forte de Copacabana, intimando-o a se render. Os oficiais revoltosos acompanhados de mais dois civis partiram por Copacabana para enfrentar as tropas do governo. Os que não morreram ficaram gravemente feridos (DONATO, 2001, p. 253)

[24] Tratou-se do evento que marcou o início do movimento modernista no Brasil. Ela representou uma verdadeira renovação da arte nacional, rompendo com o padrão da época. Participaram da Semana alguns dos ícones do modernismo brasileiro, como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Plínio Salgado, Anita Malfatti, Heitor Villa-Lobos e Di Cavalcanti.

CAPÍTULO 3 – O BRASIL: PAÍS-SEDE DE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS

O último capítulo destina-se a construir o panorama diplomático-esportivo no Brasil, focando o período em que o país sediou a primeira grande competição internacional até os Jogos Olímpios Latino-Americanos em 1922, insertos nas comemorações do Centenário da Independência. Constrói uma linha histórica e argumentativa que conduz à conclusão da continuidade das práticas político-esportivas até a Exposição Internacional do Rio de Janeiro.

3.1. Sede do primeiro Campeonato Sul-Americano de Futebol e participação nos primeiros Jogos Olímpicos

Após atuar na Conferência de Paz em Paris, o presidente Epitácio Pessoa realizou visitas oficiais, retornando ao Rio de Janeiro em agosto de 1919, não chegou a tempo de presenciar a final do Sul-Americano de 1919 no Fluminense, clube do qual era sócio honorário. O Brasil venceu facilmente o torneio de polo-aquático, e a Argentina o de basquete e natação. No futebol, a campanha brasileira na primeira fase foi confortável, venceu o Chile na estréia por 6x0, a Argentina (3x1), e empatou com o Uruguai (2x2). Na final, contudo, a vitória viria após uma verdadeira batalha campal. Findo o tempo regulamentar, o placar continuava 0x0. Foram necessárias três prorrogações para que a melhor seleção da América do Sul conseguisse pôr fim à disputa: “Friedenreich marcou o gol da vitória na terceira prorrogação, foi carregado nos ombros da torcida pelas ruas da cidade, teve as chuteiras expostas numa joalheria e consagrou-se como ídolo maior, cognominado El Tigre pelos adversários” (MÁXIMO, 1999, p. 184).



FIGURA 7 – Lance do jogo Brasil *vs*. Argentina - Campeonato Sul-Americano de 1919 (Arquivo do Museu do Fluminense)

Atento ao momento, Malaia (2011, p. 54) afirma que "a imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo deu grande destaque ao campeonato e podemos considerar que foi então que este esporte passou definitivamente para a esfera dos interesses tanto da política interna, quanto externa do país". Destaca, em seguida, que um evento que contou com a presença do Presidente da República, membros do ministério, diplomatas, milhares de estrangeiros não poderia ser afastado da análise das relações internacionais.

A revista *Fon-Fon*[25] de 17 de maio de 1919 traz imagens desse campeonato. Logo após a sessão *notas diplomáticas*, em que é destacada a elevação da representação brasileira no Vaticano ao status de embaixada, veem-se os times de futebol e polo-aquático e, em seguida, arquibancadas lotadas e uma homenagem da missão esportiva uruguaia ao Barão do Rio Branco. Nessa ocasião, foi depositada uma coroa de bronze no seu túmulo.

[25] Revista Fon-Fon, Ano XIII, n. 20, 17 de maio de 1919. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/fonfon/fonfon_1919/fonfon_1919_020.pdf.

A partida de estreia foi noticiada nos Estados Unidos. Reportagem do New York Times[26] destacava, na seção destinada as notícias do esporte, que o estádio contou com mais de trinta mil torcedores, incluindo cerca de dois mil provenientes de outros países da América do Sul, e dentre as autoridades, ressalta a presença do presidente Delfim Moreira, dos Ministros e de vários diplomatas.

No ano seguinte, 1920, o Brasil participaria pela primeira vez dos Jogos Olímpicos Modernos, na Antuérpia, Bélgica, já marcados pela política internacional, antes mesmo da sua realização. A Bélgica, país sede, recusou-se a convidar a Alemanha e seus aliados, Áustria, Hungria, Bulgária e Turquia, fato que pode ser avaliado como mais uma reprimenda internacional aos vencidos na Primeira Guerra Mundial, principalmente quando se tem em conta que a Alemanha confirmou presença em todos os Jogos Olímpicos desde a primeira edição em Atenas, 1896 (VAREJÃO, 2006).

Esporte e política mantinham uma relação simbiótica. Nesta sétima Olimpíada Moderna (1920) estreou a bandeira que até hoje simboliza os Jogos e a confraternização de todos os povos através do olimpismo, contrastando com a Grande Guerra. O Barão de Coubertin a criou e explica o seu significado:

> These five rings represented the five parts of the world now won over the olympism, ready to accept its fruitful rivalries. In addition, the six colors combined in this way reproduce the colors of every country without exception. The blue and yellow of Sweden, the blue and white of Greece, the tricolor flags of France, England, the United States, Germany, Belgium, Italy and Hungarian, and the yellow and red of Spain are included, as are the innovative flags of Brazil and Australia, and those of ancient Japan and Modern China (COUBERTIN, 1997, p. 594)

Nas Olimpíadas da Antuérpia, o Brasil competiu na natação, polo aquático, saltos ornamentais, remo e tiro. O Secretário da CBD, Roberto Tropowski Jr., foi nomeado líder da missão olímpica.

Antes do envio da delegação brasileira, a preocupação com a imagem que seria passada pela delegação brasileira transparece pelo olhar analítico do embaixador Gilberto Amado, que na época escreveu uma crônica em que assinalava: "*Aproxima-se o dia da partida da nossa representação esportiva para Antuérpia, onde se efetuam os grandes jogos olímpicos, acontecimento que interessa o mundo inteiro*" (AMADO *apud*

[26] BIG crowd sees soccer. *The New York Times*, Nova Iorque, 13 mai. 1919. Disponível em: <http://query.nytimes.com/mem/archive-free/pdf?res=990CE4DC163AE03ABC4B52DFB3668382609EDE>. Acesso: 13 mar. 2011.

CARPARO, 2011, p. 06). Finalizou-a demonstrando apreensão com receio de que a nação fosse exposta ao ridículo, num momento em que crescia o reconhecimento internacional.

Os 21 atletas selecionados seguiram viagem no navio Curvello. Ao chegar em Lisboa, tendo em vista a proximidade das provas de tiro, os cinco competidores desta modalidade, Fernando Soledade, Guilherme Paraense, Afrânio Costa, Sebastião Wolf e Dario Barbosa, fizeram o restante do percurso até a Antuérpia via trem (NETO-WACKER & WACKER, 2012).

É desconhecido o motivo pelo qual a seleção brasileira de futebol não foi enviada para os Jogos, mas se sabe, por outro lado, que o Comitê Olímpico Nacional apenas conseguiu financiamento de 50% dos custos solicitados (NETO-WACKER & WACKER, 2012). Considerando que foram enviados 21 atletas, tem-se que o envio da seleção de futebol, nesse contexto, impediria o envio dos demais, ainda quando todos os atletas eram amadores, não existindo como acontece nos dias atuais o patrocínio privado.

Ademais disso, o Brasil passava por uma grave crise econômica e social no período pós-guerra. O café, principal produto de exportação nacional, havia se desvalorizado, obrigando o país a recorrer a empréstimos (CERVO & BUENO, 2012).

Era, portanto, compreensível que no momento o Congresso não autorizasse o total dos recursos solicitados pelo CON e, também, que este órgão escolhesse enviar ao invés de uma única equipe, outras cinco, pois assim a chance de medalhas seria alargada.

Naquele ano o temor expressado por Gilberto Amado não se confirmou. Como afirmou Trompowsky Junior (1922, p. 414) “em todas as diversas pugnas em que tomaram parte, os elementos nacionais se destacaram, revelando ao mundo, como que numa aurora esplendente, o surto milagroso de uma nova raça, forte, audaz, grande e viril”.

O Brasil estreou nos Jogos Olímpicos em grande estilo, logrando três medalhas, todas no tiro: uma de ouro com Guilherme Paraense, uma de prata com Afrânio da Costa, e uma de bronze por equipe com Afrânio da Costa, Guilherme Paraense, Sebastião Wolf, Dario Barbosa, e Fernando Soledade. Arrematou ainda um expressivo sexto lugar no polo-aquático (COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL).

A vitória dos brasileiros foi imediatamente comunicada ao presidente Epitácio Pessoa, via telegrama, por Roberto Trompowsky Junior (FRANCESCHI NETO, 1999), fato que demonstra o grande interesse do presidente nos Jogos. O que estava em jogo, como bem assinalou o diplomata Gilberto Amado, era a imagem do Brasil, e Epitácio Pessoa tinha plena consciência deste fato.

Merece destaque, neste sentido, o fato de que até os Jogos Olímpicos de 1932 – Los Angeles – as cerimônias de abertura e encerramento do evento não coincidiam com o início e término das competições, de maneira que os atletas olímpicos brasileiros já exibiam as medalhas quando em 14 de agosto de 1920 o Rei Alberto I comandou a cerimônia abertura dos Jogos e junto com o COI prestou homenagens as vítimas da Primeira Guerra Mundial (FRANCESCHI NETO, 1999).

Quando de retorno dos atletas, o prestígio que a nação conseguira no exterior foi trazido ao país. Os medalhistas olímpicos foram homenageados no Salão Nobre do Fluminense Football Club, recebendo das mãos do presidente Epitácio Pessoa uma placa alusiva à importante conquista esportiva internacional (FLUMINENSE FOOTBALL CLUB).



FIGURA 8 – Cerimônia de homenagem aos atletas medalhistas olímpicos na Antuérpia, 1920 (Arquivo do Museu do Fluminense)

Este gesto, realizado pela primeira vez por um Presidente da República, foi definitivamente instituído pelo Decreto 36.328/54, que prevê a homenagem a "brasileiros e estrangeiros que, por motivo relevante, no setor desportivo a juízo do Governo se tenham tornado merecedores de alta distinção" (PLANALTO, 2014). É certo que Epitácio Pessoa envolvia-se com o esporte, política e socialmente, mas não pessoalmente, pois na qualidade de sócio honorário do Fluminense não se tem notícia de que praticasse qualquer

modalidade esportiva, de forma que fazia parte da instituição para participar da vida social do clube.

É também nesse contexto que merece ser analisado o Campeonato Sul-Americano de Futebol de 1921. Jornalistas, historiadores e literatos, nacionais e estrangeiros, admitem como pura verdade a suposta interferência de Epitácio Pessoa na escalação da seleção brasileira daquele ano para vetar mulatos e negros da escalação. Como exemplo, cita-se Galeano (2012, p. 49):

> Em 1921, a copa América ia ser disputada em Buenos Aires. O presidente do Brasil, Epitácio Pessoa, baixou um decreto de brancura: ordenou que não se enviasse nenhum jogador de pele morena, por razões de prestígio pátrio.

Contrapondo-se a esta tese, Franca Filho (2007) investigou e concluiu que no original do livro de Galeano, em castelhano, faz-se referência apenas a uma ordem não formal e que, além disso, a única fonte dessa hipotética ordem é um artigo publicado no Correio da Manhã em 01/10/1921, de autoria de Lima Barreto. E para o autor, neste jornal reside a chave da questão, pois era de sua característica a oposição e os ataques pessoais à Epitácio Pessoa, tanto que destes eventos resultou a condenação do jornalista Mário Rodrigues "a um ano de prisão pela prática de injúria e calúnia além de multa (FRANCA FILHO, 2007, p. 4-5)

Filia-se este trabalho ao entendimento de Franca Filho (2007), uma vez que não se é crível a afirmativa repetida sem qualquer investigação por parte dos que repetem as palavras de Lima Barreto sem ao menos se questionar ou pesquisar a respeito da sua veracidade.

Acrescenta-se que Lima Barreto era ferrenho combatente do futebol antes mesmo do suposto incidente racista de Epitácio Pessoa. Considerava que este esporte não passava de um passatempo da classe alta, de uma importação odiosa que não deveria ser levada a sério, e em razão de tais convicções fundou a "Liga Contra o Futebol" (*O Paiz*, 13 de março de 1919).

Ademais, eventual preocupação com a imagem do Brasil poderia decorrer, legitimamente, do último amistoso da seleção brasileira em Buenos Aires, quando o jornal *Crítica* publicou charge em que os jogadores e toda a comitiva de brasileiros era representada por "macaquitos".



FIGURA 9 – Charge publicada no jornal *Crítica* em 03/10/1920 (Disponível em: http://globoesporte.globo.com/platb/memoriaec/2009/09/04/as-grandes-polemicas-de-brasil-x-argentina/. Acesso em 21/01/2014)

Tamanho foi o mal-estar causado entre os jogadores no dia seguinte à publicação dessa charge que muitos deles pensaram em desistir de jogar, criando um impasse horas antes da partida que acabou por se realizar com o elenco completo (MÁXIMO, 1999). Desse modo, ainda que não seja evidente ou ao menos crível a interferência por parte de Epitácio Pessoa, há de se registrar que não consta na história qualquer outro fato que impute ao então presidente o racismo.

Superada esta questão, o Brasil se preparava para as Comemorações do Centenário da Independência. O Rio de Janeiro seria o palco da Exposição Internacional, na qual o esporte teve um papel preponderante, incluindo os Jogos Olímpicos Latino-Americanos, Jogos Mundiais Militares e do Campeonato Sul-Americano de futebol.

3.2. A Exposição Internacional de 1922: a celebração do Brasil moderno

Para que se entenda as Comemorações do Centenário da Independência, faz-se necessário tecer breves considerações a respeito do que estes eventos representaram, considerando que todas as festividades faziam parte de um evento maior: A Exposição Internacional do Rio de Janeiro.

As exposições universais, desde o final do século XVIII, foram empregadas para exibir os avanços sócio-econômico-culturais do país que a realizava, com mostras das manufaturas, da indústria, da ciência, da arte, da agricultura. Ao lado de toda essa promoção comercial, "tiveram – como tem até hoje – claros objetivos de promoção político-cultural, tanto por parte dos países organizadores como dos participantes" (TORTIMA, 1990, p. 293).

Considerando o período que precede à primeira Exposição Universal em Londres - 1851, e as duas importantes revoluções ocorridas em curto espaço de tempo, a Revolução Francesa (política), e a Revolução Industrial (econômica), Santos afirma que:

> as Exposições Universais [...] apresentavam ao mundo o que consideravam o progresso: a exposição de bens materiais aliada à ideia de modernidade. Não por acaso começaram nos centros urbanos mais importantes da Europa: Londres e Paris. Logo se espalharam pelo resto da Europa e mais tarde pelo continente americano (SANTOS, 2010, p. 32)

O Brasil participou ativamente das Exposições Universais desde o século XIX, ainda que não tenha marcado presença em todas elas. Sempre antes de participar de uma exposição no exterior, era realizada uma exposição nacional[27] a fim de selecionar os melhores representantes do Império, e depois, da República (ADONIAS, 1990).

A ideia da Exposição Universal do Rio de Janeiro foi se construindo desde 1916, ano em que foi apresentado um projeto de autoria dos deputados José Bonifácio e Bueno de Andrada. Como este não obteve êxito, somente em 1920, por iniciativa do deputado Costa Rego foi aprovado o decreto nº. 4.175/1920, que autorizava o Executivo a realizar as comemorações (LEVY, 2010).

Inicialmente, a Exposição de 1922 voltava-se para o cenário nacional, convertendo-se em internacional/universal, quando dos convites realizados a países da América, Europa e Ásia (TORTIMA, 1990). A revista *A Exposição de 1922* esclarece os convites e o cenário internacional pós-guerra:

> Foi endereçado oportunamente o convite do nosso Governo a nações estrangeiras para que elas viessem a tomar parte na Exposição Comemorativa do Centenário da Independência. A aceitação não se fez esperar por parte de alguns países, enquanto outros sofrendo o desequilíbrio econômico e a exaustão financeira decorrentes da guerra, hesitavam em resolver ou decidiam escusar-se, alegando motivos ponderáveis. O exame de conveniências e possibilidades, aliado à consulta dos corpos legislativos, para a aquisição dos recursos necessários, determinou a demora na iniciativa de vários países, obrigando o governo brasileiro a prorrogar o prazo estipulado para a resposta daqueles que pretendessem honrar o certâmen com a sua colaboração (A EXPOSIÇÃO DE 1922, n I, jul. 1922, p. 25).

Muito mais por sorte do que azar, a Exposição do Rio de Janeiro seria a primeira a ser realizada no período seguinte à Grande Guerra, de modo que o país teria a

[27] Exposições Universais de que o Brasil participou no século XIX: Londres (1862), Paris (1867), Viena (1873), Filadélia (1876), Santiago do Chile (1875), Buenos Aires (1882), Antuérpia (1885), Paris (1889), Filadélfia (1893), Saint Louis (1904), Bruxelas (1910), Turim (1911). As Exposições Nacionais preparatórias foram realizadas em 1861, 1866, 1873, 1875, 1881, 1888, 1908 (ADONIAS, 1990).

oportunidade de expor todas as suas potencialidades e avanços aos vencedores, mostrando-se como um país moderno, capaz de auxiliar a economia mundial.

> O Brasil vai comemorar o centenário de sua independência no momento em que as nações da Europa, tentam refazer as energias gastas na grande guerra. Se em umas, entretanto, fortificaram-se as instituições, dentro dos antigos moldes, em outra poude menos a força das tradições, abrindo-lhes um novo capítulo, onde se refletem as lições do liberalismo americano, ou onde elas ensaiam doutrina sedutora dos extremistas (...)
> Mostrar, portanto, por forma sumaria, os resultados que alcançamos, nas várias esferas da nossa atividade política, social e econômica, no decorrer destes últimos cem anos, deve constituir presunção legítima dos dirigentes da atual Exibição brasileira, não só para revelar o labor nacional, mas, precisamente, para documentar a nossa perfeita integração ao progresso geral das nações.
> Apresentamos ao mundo os frutos do nosso trabalho, no ciclo de cem anos (A EXPOSIÇÃO DE 1922, n. 1, Jul. 1922).

As oportunidades de comércio se expandiam, e o Brasil teria muito a lucrar com a formação de uma imagem científica e culturalmente renovada. Nesse contexto, seguindo a linha das mudanças na cidade do Rio de Janeiro, o Brasil almejava mostrar toda a sua modernidade. Tal como afirma Marly Motta

> A exibição tinha um objetivo central: demonstrar que o Brasil era um país moderno. Se tratava de um momento chave da história republicana, que levava a intelectualidade brasileira a uma autorreflexão sobre o caminho percorrido nos cem anos de independência brasileira e em que ponto se encontrava o país naquele momento. Se datas comemorativas, como o 7 de setembro, funcionam como 'lugares de sacralização da nação e de identificação nacional" (MOTTA, 1994, p. 3), dentro do que Pierre Nora definiu como *lugares de memória*, o Centenário seria certamente um momento ímpar para se pensar o país (MOTTA, 1992, p. 3).

E para alcançar esse objetivo, a cidade do Rio de Janeiro passou pela segunda grande reforma do século XX. Enquanto a primeira se deu com o prefeito Pereira Passos, a segunda teria como executor Carlos Sampaio.

A cidade moderna e civilizada que se desejava, passaria por grandes obras, dentre as quais se destaca o completo desmonte do Morro do Castelo para dar lugar ao cenário da Exposição Internacional, concluir as obras da Avenida Beira Mar e ampliar o Aterro do Flamengo (MEMORIA DA DESTRUIÇÃO, RIO DE JANEIRO, 2002). Além desta monumental obra, Santos & Mello destacam que:

> Para obter a aprovação de cidade moderna e civilizada, capaz de bem acolher os mais exigentes hóspedes, às vésperas do inicio dos festejos foram inaugurados hotéis e restaurantes com sofisticados serviços, como o Hotel Glória, o Hotel 7 de Setembro e o Restaurante Alvear. O Hotel Copacabana Palace, cujas obras não foram concluídas a tempo, somente seria inaugurado no ano seguinte. A Confeitaria Colombo, inaugurada em 1894, foi ampliada para os festejos de 1922 e passou a contar com um salão de chá, no pavimento

> superior, com acesso de elevador (o que era raro no Brasil) (SANTOS & MELO, 2012, p. 52).

A realização das reformas e a construção do local da Exposição procuravam demonstrar os avanços do Brasil, de uma só vez, na indústria, ciências e na arte:

> A insuficiência de tempo não prejudicou absolutamente a execução do programa relativo à exposição comemorativa do centenário de nossa independência política.
> Em um trabalho intenso, a engenharia nacional está demonstrando a sua capacidade de realização construindo pavilhões e edifícios que servem como um admirável atestado de proficiência técnica.
> O emprego exclusivo de material brasileiro, por si só constitui uma prova cabal da importância que tem adquirido ultimamente as nossas industrias, e do progresso que temos feito em matéria de arte (GUIA ALBUM" DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1922, p. 11).

Nada menor que isso poderia se esperar para que o Brasil recepcionasse as nações que exporiam no Rio de Janeiro: México, Argentina, Estados Unidos, Bélgica, Noruega, Tchecoslováquia, Dinamarca, França, Suécia, Japão, Inglaterra, Itália e Portugal, que permaneceriam por um ano, tempo de duração da mostra (TORTIMA, 1990; ADONIAS, 1990).



FIGURA 10 – Uma das páginas da revista *A Exposição de 1922*. (Arquivo da Biblioteca Nacional)

Entre desfiles cívicos e manifestações populares, o início das comemorações foi realizado à noite, para que pudesse ser ressaltada modernidade simbolizada pela energia elétrica. Houve um cortejo luminoso composto por 100 carros, divididos em 12 grupos, e iluminados por 15.000 lâmpadas elétricas. Dentre esses grupos, os primeiros traziam "arcos do triunfo" com as inscrições "Independência ou morte", "Fico", "Libertas quae seras tamen", "Viva a Confederação dos Povos", "Viva o Brasil", "Viva a Liberdade";

outros seis carros "feericamente iluminados" carregavam bandeiras brasileiras. Exagerado ou não, relatava-se que esta "absoluta novidade" seria "mais grandiosa que a organizada na Festa da Luz, em Paris" (A EXPOSIÇÃO DE 1922, n. 3 e 4, vol. único, Set. 1922).

Além dessa ode à luz, o Guia Álbum da Cidade do Rio de Janeiro (1922, p. 11) destaca que "a 'Ilha Fiscal', que fica na Baia de Guanabara, exatamente fronteira à exposição, será iluminada em aurora boreal, produzindo um efeito deslumbrante".

O Hino nacional foi tocado pelos músicos do encouraçado estadunidense Maryland. No Teatro Municipal o presidente Epitácio Pessoa, as autoridades diplomáticas e todos os ministros compareceram para o espetáculo *O Guarany*, o qual foi transmitido via "telefone auto-falante ao público que se achava na Exposição" (A EXPOSIÇÃO DE 1922, n. 5, Set. 1922).

Além dessa transmissão, entraria definitivamente para a história a transmissão do rádio no Brasil a difusão do discurso de abertura do presidente Epitácio Pessoa para, além do público presente da Exposição, o Distrito Federal, São Paulo e Petrópolis.

A radiofonia, no entanto, não se limitou ao território nacional. No dia 7 de setembro de 1922, por intermédio das torres do Corcovado, o Presidente Herding do Estados Unidos conversou com o presidente Epitácio Pessoa: "Entre o Brasil e os Estados Unidos desaparecem as distâncias geográficas" (A EXPOSIÇÃO DE 1922, n. 2, Ago. 1922).

O discurso do Embaixador inglês, quando da inauguração do pavilhão britânico, ressalta a participação brasileira na Grande Guerra, trazendo à evidência a marca profunda que o conflito imprimiu no mundo, e a importância dos simbólicos esforços de guerra brasileiros:

> É motivo de orgulho para ambos os países o fato de ter sido coroada a ininterrupta amizade recíproca durante em anos, pela declaração do Brasil em favor do aliados contra os Impérios Centraes em 2 de Junho de 1917 e pela colaboração ativa que lhes prestou. Não se pode exagerar o efeito moral produzido por esta prova de simpatia a causa dos aliados, e sua significação para os ingleses, especialmente quanto ao auxilio prestados aos navios britânicos, que foram abastecidos e reparados em portos brasileiros.
> Quando o governo brasileiro decidiu dar a sua intervenção na grande guerra uma forma mais ativa, foi a Grã-Bretanha que destinou ele seu primeiro contingente militar. A primeira missão que partiu do Rio de Janeiro para o theatro da guerra, foi a missão de aviadores navaes, a qual serviu incorporada à marinha do Império Britannico (LIVRO DE OURO Commemorativo do Centenário da Independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro, 1923, p. 319).

Seguindo ainda com as demonstrações dos avanços nacionais, também no seio da Exposição Internacional foram realizados muitos congressos científicos[28], dos quais participaram, além dos expositores, os seguintes Estados: Santa Sé; Chile, Espanha, China, Colômbia, Uruguai, Alemanha, Paraguai, Bolívia, Peru, Equador, Cuba, Noruega, Suíça, Países-Baixos (Holanda), Bulgária, Nicarágua, Guatemala, Honduras (LIVRO DE OURO Commemorativo do Centenário da Independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro, 1923, p. 325).

Assim, a exemplo do que ocorrera na Exposição Internacional de Paris, em que foram realizados mais de 60 congressos científicos, a Exposição do Rio de Janeiro figurou como elemento de difusão e promoção da ciência nacional, quando as atenções do meio internacional se voltavam para o Brasil (SANTOS, 2010).

A tônica do discurso de Epitácio Pessoa em resposta à saudação dos embaixadores estrangeiros sintetiza o que representavam os congressos na Exposição do Rio de Janeiro:

> Os congressos científicos, históricos, artísticos e econômicos, a que ides assistir do mesmo modo que a Exposição em que procuramos resumir alguns aspetos da nossa cultura intelectual e da produção de nossas terras e fábricas, naturalmente não poderão dar aos representantes das civilizações mais antigas e adiantadas, uma impressão de surpresa: mas estou certo, bastarão para convencer-vos de que alguma coisa temos feito e muito poderemos ainda realizar, fazer para o futuro, depois deste passo tão difícil do primeiro Centenário de vida emancipada (LIVRO DE OURO COMMEMORATIVO DO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E DA EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DO RIO DE JANEIRO, 1923, p. 363).

Sob essa ótica é de se destacar a presença do presidente Epitácio Pessoa na abertura do Congresso Internacional de História da América, convocado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) (PROGRAMA OFFICIAL DOS FESTEJOS, 1922).

A estrutura da Exposição é um capítulo à parte. As duas entradas principais da Exposição, denominadas Portões Monumentais, eram cada uma um arco com 30 metros de altura e 60 metros de largura, em estilo eclético. Entrando por eles o visitante teria acesso ao Parque de Diversões, formado por mais de 30 edifícios e pavilhões, “cada um

[28] XX Congresso Internacional de Americanistas; Congresso Jurídico; Congresso Nacional de Estradas de Rodagem; Congresso Internacional de Engrenharia; 2º Congresso Americano de Expansão Econômica e Ensino Comercial; Congresso de Química; Congresso de Farmácia; Congresso Internacional de História da América; 1º Congresso Brasileiro de Carvão e outros Combustíveis Nacionais; 2º Congresso Brasileiro de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal; Congresso Nacional de Operários em Fabricas do Brasil; Conferência pelo Progresso Feminino; Congresso Internacional de Febre Aftosa; dentre outros (LIVRO DE OURO Commemorativo do Centenário da Independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro, 1923, p. 325)

deles com um estilo arquitetônico característico", oferecendo aos visitantes cinematógrafos, teatros, tiro ao alvo, montanhas russas, salas de baile, restaurantes, cafés, tabacarias (GUIA ALBUM DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1922, p. 12-13).

A "sereia", localizada "num dos torreões do pórtico do parque" (GUIA ALBUM DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1922, p. 11) dava o sinal de abertura e fechamento da Exposição, sempre às 14h e as 24h (DIÁRIO DA EXPOSIÇÃO, 18 de outubro de 1922).

Para a Exposição Internacional foram construídos o Palácio das Festas e das Indústrias, este, o maior edifício da Exposição, com 9.400 metros de área, os Pavilhões dos Estados, de Caça e Pesca, Viação e Agricultura, Estatística, Administração, Pequenas Indústrias e Exposições Particulares (GUIA ALBUM DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1922; ADONIAS, 1990). Os países estrangeiros que construíram pavilhões foram os seguintes: México, Argentina, Estados Unidos, Bélgica, Noruega, Tchecoslováquia, Dinamarca, França, Suécia, Japão, Inglaterra, Itália e Portugal. Destaque-se que França e Inglaterra construíram edifícios permanentes, que depois da Exposição foram oferecidos ao Brasil.

A revista *Brazilian American*, em outubro de 1922, relatou a respeito da Exposição Internacional:

> The exposition is to be not only an evidence of the countrys achievements in the manifold lives of human activity, but a world's fair in which most of the nation will participate. Half a dozen world congresses have fixed upon Rio as the scene for this year's meetings, and the South American Olympic Games ae in the program (BRAZILIAN AMERICAN, October 14, 1922, Vol. 6, n. 155, 4th year).

A repercussão que as Comemorações do Centenário da Independência tiveram no exterior foi enorme. Foi publicada edição especial do jornal argentino *La Nación*, com 335 páginas em homenagem ao Brasil (LIVRO DE OURO Commemorativo do Centenário da Independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro, 1923, p. 355-356). Outra publicação internacional dedicada ao Centenário da Independência do Brasil foi a revista alemã *Leipzig Illustrirte Zeitung*, de 07 de setembro de 1922, que contou com 420 páginas (LIVRO DE OURO Commemorativo do Centenário da Independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro, 1923, p. 360).

A Liga das Nações dedicou sua sessão do dia 7 de setembro ao Brasil. Na Argentina e no Uruguai, além das edições especiais dos jornais, homenagens

governamentais e manifestações populares ocorreram de forma entusiástica. Em Santiago, no Chile, foi decretado feriado pelo governo: "Durante o dia e, à noite, imponente cortejo cívico percorreu as ruas da cidade, aclamando o Brasil, e tocando ao auge as manifestações populares, quando o cortejo alcançou o edifício da nossa embaixada em que se realizava solene recepção às autoridades e ao corpo diplomático" (A EXPOSIÇÃO DE 1922, n. 6 e 7, Vol único, out. 1922). No México, o governo decretou feriado no dia 7 de setembro, realizando ainda homenagens nas ruas e teatros (A EXPOSIÇÃO DE 1922, n. 5, Set. 1922).

Em Portugal, a Câmara dos Deputados realizou uma sessão solene em homenagem ao Brasil. Na Alemanha, o Ministro Guerra recepcionou o representante diplomático brasileiro, que teve a honra de presidir uma sessão solene na Sociedade do Atheneu (A EXPOSIÇÃO DE 1922, n. 5, Set. 1922). Em Bruxelas, Roma, Paris e na Tchecoslováquia, os jornais, "em longos editoriais disseram da alta significação daquela data, tendo palavras de amizade sincera e sincera admiração, pelas nossas coisas e pela nossa gente" (A EXPOSIÇÃO DE 1922, n. 6 e 7, Vol único, out. 1922).

Varsóvia enviou "expressiva mensagem de felicitações ao nosso ministro Sr. Lima e Silva, sendo hasteada nos edifícios públicos a nossa bandeira, realizando-se à noite, na Grande Ópera brilhante espetáculo de gala, em honra ao Brasil, cujo hino foi executado, debaixo de unanimes aclamações ao nosso país" (A EXPOSIÇÃO DE 1922, n. 6 e 7, Vol único, out. 1922).

Nos Estados Unidos, as homenagens rendidas foram ainda maiores:

> De todos os pontos da grande Nação Norte-Americana vieram chegar ao Presidente Epitácio Pessoa, os votos de felicidade ao nosso país. A cidade de Boston, pelo seu governador, enviou uma significativa mensagem de felicitações ao Brasil, lembrando o fato de ser a cidade 'berço da independência americana'.
> O entusiasmo popular, nos cinemas e teatros, assumiu aspectos de grande imponência, quando se ouvia o Hino Nacional e a protofonia 'Guarany', executados a miúde em homenagem ao Brasil (A EXPOSIÇÃO DE 1922, n. 5, Set. 1922).

Para que não se cogite qualquer exagero nas palavras das publicações brasileiras, abaixo, destaca-se publicação estadunidense que confirma as honrosas homenagens prestadas ao Brasil:

> […] the date os Brazilian's centenary was celebrated in Washington with all honors. The day was a partial holiday. The public buildings al, displayed Brazilian flags. Official hurried beck from seaside resorts to personaly congratulate Ambassador Alencar. Bands played in Brazil's honor, and a special performance was given as keiths in the evening attended by the

> Brazilian Embassy, the other Latin-American diplomatic corps, and many American officials.
> Keiths teacher was beautiful decorated for the occasion. A tremendous Brazilian flag, loaded by the Navy Department, hung in front of the building and attracted a great deal of attention. Eight others were dreped around the boxes. There was guest applause of the Brazilian Ambassador enteryd, while the orchestra played the Brazilian anthem. Mr. Alencar was escorted by Acting Secretary of State Philips in the absence of Mr. Hughes. The special features of the program were playing of Carlos Gomes "Il Guarany", and the showing of twenty beautiful slides of Brazil.
> […]
> The Washington press as well as newspapers and magazines all over the country were liberal with space devoted of Brazil's great day while every city offered some form of complementary celebration, Guarany was played in every one of thousands of moving pictures, and in every local Rotary Club called upon the consul and comveyed their felicitations to the Brazilian Government and People (BRAZILIAN AMERICAN, "Celebration of September Seventh in Washington", October 14, 1922, Vol. 6, n. 155, 4th year).

Com a Exposição Internacional do Rio de Janeiro o Brasil conseguiu fazer com que, ao menos pelo tempo de sua duração, os olhos do mundo estivessem voltados para ver seu progresso em todas as perspectivas. A cidade moderna se exibia para os visitantes assemelhando-se às cidades europeias, demonstrando os avanços na arte, nas ciências, indústria e tecnologia.

Tal como fizera o Estados Unidos em 1904, que realizaram simultaneamente a Exposição de Saint Louis e os III Jogos Olímpicos da Era Moderna, o Brasil demonstraria outro aspecto moderno da sua sociedade a partir da realização também concomitante da Exposição Universal do Rio de Janeiro e dos Jogos Latino-Americanos, do Campeonato Sul-Americano de Futebol, e Jogos Mundiais Militares, "gerando meios de realização e de repercussão com vantagens mútuas para ambos os eventos" (DA COSTA, 1996, p. 415).

3.3. O esporte nas Comemorações do Centenário da Independência: modernidade e nacionalismo

Antes de ingressar na análise das comemorações esportivas do Centenário, faz-se necessário esclarecer que ao contrário das informações aqui apresentadas sobre o Campeonato Sul-Americano de futebol, obtidas a partir das pesquisas bibliográfica e documental, realizadas *in loco* no COB, na Biblioteca Nacional, no IHGB e no Fluminense Football Club, todos no Rio de Janeiro-RJ, não foi possível estabelecer uma

divisão clara entre as competições dos Jogos Mundiais Militares e dos Jogos Olímpicos Latino-Americanos.

Apesar das referências do Programa Oficial dos Festejos (1922) às competições de atletismo militar e *cross country* militar nos dias 13 e 14 de setembro, faltam detalhes e as informações sobre os jogos realizados na mesma época, e muitas vezes, nos mesmos lugares, se confundem. Esta incerteza com relação à distinção dessas duas competições é respaldada por Cancella (2013) e pelo historiador César Torres (1996), que assinala:

> Não é fácil determinar quais foram os eventos esportivos incluídos nos Jogos Latino-americanos, denominados pela imprensa como Jogos Olímpicos Latino-americanos. O relatório do Comitê Organizador apresenta, sob o título "Jogos Atléticos Latino-americanos", os resultados das competições dos seguintes esportes: atletismo, basquetebol, boxe, esgrima, futebol, hipismo, natação, pólo aquático, remo, saltos ornamentais, tênis e tiro. Talvez o Comitê Organizador tenha utilizado esta denominação devido ao fato de ter sob a sua responsabilidade a realização de três eventos esportivos distintos, todos incluídos na programação dos festejos do Centenário da Independência: os Jogos Latino-americanos, os Jogos Militares Internacionais e os Campeonatos Esportivos Internacionais [...] Nem os jornais da época auxiliam no esclarecimento sobre a distinção das competições. Independente da estrutura organizacional, após incontáveis desencontros, os seguintes países enviaram delegações ao Rio de Janeiro: Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. (TORRES, 2006, p. 37)

Tal situação, contudo, não impede a análise dos Jogos sob o ponto de vista das Relações Internacionais, pois as questões fundamentais não residem na descrição de cada uma das corridas, lutas de boxe, ou mesmo jogos de futebol. O relato esmiuçado destas poderia, possivelmente, fornecer mais elementos para a análise da influência dos jogos na política, mas com os elementos disponíveis é absolutamente possível estabelecer uma clara conexão entre as duas questões simbólicas que se apresentam nas celebrações esportivas do Centenário: a modernidade e o nacionalismo. Diante disso, serão trabalhados dentro da perspectiva dos eventos esportivos, a modernidade e o nacionalismo, conceitos que se mostraram complementares em 1922:

> Falar de nação significa mexer com camadas profundas da mentalidade dos povos, que têm nessa criação moderna um símbolo fundamental de identificação coletiva. Concebida pelo nacionalismo e relacionada ao Estado territorial moderno, não vemos a nação como uma entidade abstrata, independente da ação humana. A naturalização das nações inscreve-se na montagem de uma comunidade modernamente inventada, que, na verdade, se concretiza em símbolos, práticas, comportamentos e valores firmemente ancorados na vida social. Estamo-nos referindo aqui à construção de um universo nacional capaz de organizar o espaço público em um processo de constituição de identidade que implica tanto no acentuar dos traços de semelhança e homogeneidade, quanto numa diferenciação em relação ao outro. Condição indispensável da cultura humana, fundamental no reforço da coesão

> social ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, a memória coletiva reforça as fronteiras sócio-culturais e se torna, pois, um ingrediente básico da identidade nacional (MOTTA, 1992, p. 2).

Nesse contexto, a comunhão do esporte com a Exposição do Rio de Janeiro era uma ferramenta já utilizada pela Europa e Estados Unidos. Na crônica *Sport*, inserida na revista *A Exposição de 1922*, após destacar que "na última exposição a Inglaterra organizou uma maratona" cita-se a "influência recíproca das exposições e dos desportos, porque estes encontram nos grandes certamens internacionais condições especiais de vida e propaganda ao mesmo tempo em que concorrem sobremaneira para atrair visitantes" (A EXPOSIÇÃO DE 1922, Crônica "O Sport", n. 2, Ago. 1922)

As possibilidades de uso do esporte pela política nos níveis nacional e internacional já era sentida desde 1919:

> O evento de 1919 mostrou para as autoridades brasileiras que as competições esportivas haviam alcançado um relevante status, tanto nas questões internas, quanto nas externas. A união dos países em uma competição de futebol regional, a vitória dos brasileiros, as possibilidades de homenagens e ações relacionadas a figuras importantes da diplomacia apresentavam-se como excelentes oportunidades para acrescentar ingredientes às ações do governo (MALAIA, 2011, p. 60).

Para Sevcenko (1998, p. 570), o Brasil identificou o esporte com a modernidade desde o "bota abaixo" de Pereira Passos, com a construção do Pavilhão de Regatas na Praia de Botafogo.

E para a consecução da Exposição Internacional, da mesma forma que as reformas urbanas do Rio de Janeiro-RJ planejavam trazer o que havia de mais moderno (MOTTA, 1992), "ostentar palcos esportivos novos, modernos, com grande capacidade de público, seria uma demonstração do grau de desenvolvimento esportivo brasileiro, o que se refletia ao criar uma imagem de hábitos modernos de sua população" (DRUMOND, 2012).

A grandeza das festividades esportivas na Comemoração do Centenário é esclarecida por Da Costa:

> Dos cinquenta eventos no Programa de Exposição – 1922, dez foram esportivos, [índice só igualado por recepções e bailes, o que sugere destacada importância dos Jogos e demais atividades esportivas nas festividades do Centenário da Independência. Acrescente-se nesta interpretação que a Comissão Executiva da Exposição continha nela mesma uma 'Comissão de Jogos Atléticos', ao contrário das demais atividades, que foram agrupadas por seguimentos hierarquizados às ordens do grupo executivo central (DA COSTA, 1996, p. 413).

O esporte figurava como verdadeiro portador dos símbolos da modernidade, um parâmetro de estagio civilizatório, tal como Elias (1994) demonstrou através da

transformação dos jogos em esporte, do processo civilizatório incutido nas regras fincadas para controlar a violência, os instintos humanos, como visto anteriormente.

A capacidade de organização de grandes competições esportivas se mostrava, assim como hoje, como uma demonstração da modernidade do país. Era já um dos símbolos da modernidade.

Foi assim que poucos dias após a cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos da Antuérpia, em 1920, o Sr. Trompowsky Junior, chefe da delegação olímpica brasileira, ofereceu um banquete ao presidente do COI, e ao Sr. Elwood S. Brown, delegado do Estados Unidos no COI (TORRES, 2012).

Nessa ocasião, que provavelmente contou com a intermediação de Raul do Rio Branco[29], o Sr. Trompowsky solicitou e obteve a chancela informal do Comitê Internacional para os Jogos Regionais planejados para acontecer dali a dois anos, o primeiro desta natureza, como parte da comemoração do Centenário da Independência (FRANCESCHI NETO, 1999). A aprovação oficial por parte do COI seria firmada durante o 18º encontro anual do Comitê, realizado na Bélgica neste mesmo ano (MALAIA, 2011, p. 61).

Os interesses do Brasil e do COI se encontravam, pois enquanto o primeiro almejava o apoio da suprema entidade esportiva, o que certamente conferiria um caráter mais imponente aos Jogos Latino-Americanos, o projeto de expansão dos ideais olímpicos e de regionalização dos Jogos Olímpicos já se fazia presente no Barão de Coubertin:

> Of the host of projects produced right after the war and cimed at the creation of 'regional' Games there remained practically nothing (…) the only other plans I was interested in were those for the African Games, about which Brazil had introduced by inaugurating the previous year (1922) on the occasion of the centenary celebration of its independence (COUBERTIN, 1997, p. 496).

Nestes Jogos, os únicos desta espécie realizados com a chancela do COI, foram disputadas quase todas as provas dos Jogos Olímpicos da Antuérpia (SANTOS, 2011), e estiveram representados a Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, apesar de o convite ter sido estendido ao México e Cuba (FRANCESCHI NETO, 2011).

O *Jornal do Commercio*, noticiando o início dos Jogos Olímpicos, destacava a importância do esporte na formação da imagem do Brasil no exterior que se daria através da demonstração do "progresso sportivo":

---

[29] Raul do Rio Branco, representante diplomático do Brasil em Berna, e também delegado do Brasil no COI, era antigo conhecido do Barão Pierre de Coubertin, presidente do COI.

> O Brasil iniciou assim, a comemoração solemne do anniversario de sua emancipação política, consagrando primeiramente o sport, que se propoz abrilhantar grandes festejos, cumprindo assim o dever de levar aos olhos dos estrangeiros amigos que nos visitam, a primeira demonstração de nosso progresso desses cem anos de independência – o progresso sportivo (*apud* FRANCESCHI NETO, 2011, p. 89).

Para Jesus & Guimarães (2012, p. 47):

> As comemorações representariam um momento-síntese para mostrar aos brasileiros e fundamentalmente aos estrangeiros que o Brasil deveria ser conhecido por uma série de novos atributos que o identificariam como um país moderno e civilizado, com um futuro promissor e um novo e decisivo ator da politica internacional. A capital urbanizada, os valores higienistas postos em prática, os modernos equipamentos e indústrias na vitrine ajudariam a conformar uma imagem da capital cosmopolita e de uma nação moderna que apontava para o futuro. Evidenciariam também a nossa capacidade de receber os forasteiros com sofisticados equipamentos hoteleiros e de restauração que nada deviam aos países civilizados, de organizar eventos de porte internacional e do nosso próprio sucesso nas competições realizadas durante os festejos, fosse nos campeonatos esportivos, que fizeram parte das comemorações, fosse nas competições de produtos em exibição na Exposição Internacional.

Desde os preparativos, o envolvimento direto do presidente Epitácio Pessoa está registrado. O Jornal *A Noite*, de 15 de junho de 1922 (*apud* TORRES, 2012, p. 24), anunciava que diante das reformas no estádio do Fluminense, "o presidente Epitácio Pessoa, acompanhado pelo prefeito Sampaio e pelo deputado federal Arnaldo Bulamarqui, membro do Comitê Organizador, visitariam os trabalhos em andamento".

Os noticiados atrasos nas obras dos Jogos que causavam o temor de não realização destes, ou mesmo da sua transferência para São Paulo (CANCELLA, 2013), foram suplantados pela disposição do governo federal e do Fluminense Football Club.

Coelho Netto (2002, p. 75) assinala que:

> [por meio da resolução de 5 de maio de 1922] o Conselho Deliberativo do Fluminense autorizou a diretoria a assinar o termo de responsabilidade com a Comissão Executiva do Centenário para executar a ampliação do estádio e demais compromissos, ficando o governo com a incumbência de realiza-los, o que realmente fez por arquiteto de sua confiança e sob a fiscalização de um preposto ad-hoc nomeado (COELHO NETTO, 2002, p. 75)

A reportagem da revista argentina *Él Gráfico*, de 22 de julho de 1922, demonstra o espanto do jornalista portenho Aníbal Vigil com o luxo do clube e o tamanho do estádio, reformado para receber 40.000 espectadores. Os trabalhos de engenharia, segundo Vigil eram feitos "dia e noite, sem parar um momento sequer":

> Vigil informa aos leitores que o Brasil estava pagando a conta dos Jogos e que mostrava'especial interesse em que eles fossem realizados com a pompa e circunstancia tradicionais de grandes celebrações' como aquelas. E ressaltava

> que, se tudo corresse conforme o esperado, os Jogos Latino-Americanos de 1922 seriam um dos programas mais eficazes até a data em prol da irmandade sul-americana (Él Gráfico, Buenos Aires, 22 de julho de 1922, p. 8, apud, TORRES, 2012, p. 23-24).

A reforma do estádio foi conduzida por Hypolito Pujol Jr., professor da Escola Politécnica de São Paulo e um dos mais renomados arquitetos brasileiros que trabalhavam com a tecnologia do concreto armado. Pujlo Jr., que nesta mesma época projetava as obras do Pavilhão de São Paulo na Exposição do Centenário (MALAIA, 2012; COELHO NETTO, 2002), trazia a modernidade a ser vista nos pavilhões da Exposição ao estádio do Fluminense, que seria o principal palco dos Jogos (DRUMOND, 2012, p. 21).



FIGURA 11 – Visão Panorâmica do Estádio das Laranjeiras em 1922 (Arquivo do Museu do Fluminense)

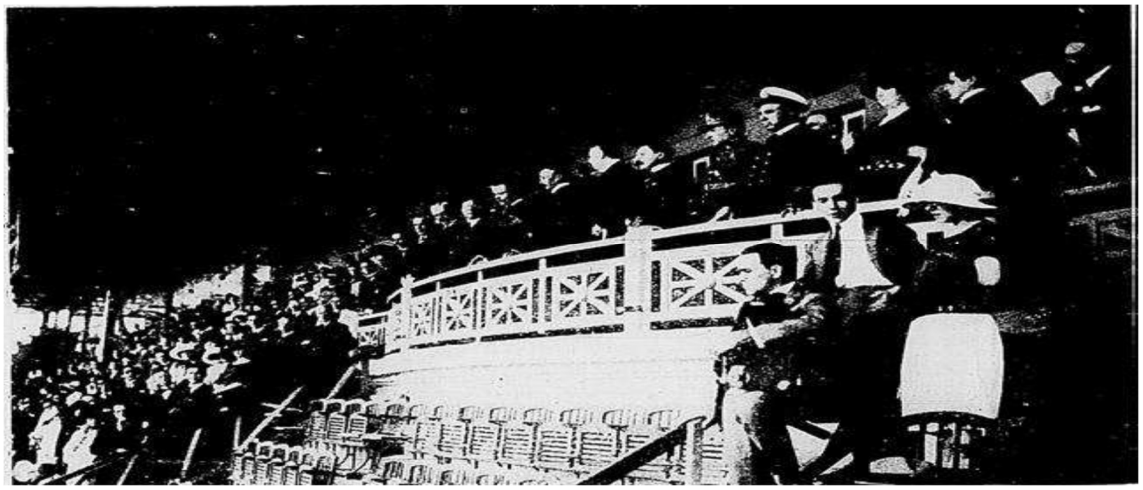


FIGURA 12 – Cerimônia de abertura dos Jogos Latino-Americanos de 1922 - Estádio das Laranjeiras – no centro, vê-se o Presidente Epitácio Pessoa e o Conde Baillet-Latour, representante do COI (Arquivo da Biblioteca Nacional)

A modernidade incutida no esporte repercutiu nas edições comemorativas do centenário da independência do Brasil. No jornal *La Nación*, dois artigos foram dedicados aos esportes: "Los sports en el Brasil" de autoria do Dr. Deodato Vilela dos Santos, e "La difusión de los desportes athleticos", do Dr. Oswaldo Gomes (LIVRO DE OURO Commemorativo do Centenário da Independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro, 1923, p. 355-356), os quais fazem referência as duas correntes esportivas que chegaram ao Brasil, a Britânica e a Alemã, referenciadas no primeiro capítulo.

Na revista alemã *Leipzig Illustrirte Zeitung*, de 07 de setembro de 1922, o elemento esportivo marca presença, agora em forma de estudo antropológico: "O sport, os jogos e a dança entre os índios do Norte do Brasil", pelo Dr. Theodoro Koch-Gruenberg, diretor do Museu de Etnologia de Sttutgart (LIVRO DE OURO Commemorativo do Centenário da Independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro, 1923, p. 360).

Nesse contexto, até a prova da maratona foi utilizada pelo governo para mostrar a modernização do Rio de Janeiro:

> Com estádios modernos como o do Fluminense, então o maior do país e um dos mais modernos da América Latina, o Rio de Janeiro se mostrava assim uma cidade moderna. E os jogos procuraram celebrar essa modernidade carioca. A maratona de certo se demonstrou a modalidade que mais valorizou as reformas na cidade e seu aspecto moderno, passando por pontos recém-urbanizados, como a Avenida Beira-mar e o aterro do Flamengo, finalizadas após o arrasamento do morro do Castelo, as praias do Leme, de Copacabana e de Ipanema e a Lagoa Rodrigo de Freitas. A proximidade com o mar já se apresentava como uma característica da cidade. O início e o ponto final da prova eram marcados no estádio do Fluminense, ponto central de todas as competições esportivas do Centenário (DRUMOND, 2012, p. 22-23).

Por outro lado, não adiantaria mostrar a modernidade dos hábitos da população sem que se exibisse a competitividade. A preocupação com os resultados dos jogos se fez presente desde 1921, quando Exército e Marinha, através das suas Ligas de Sports, organizaram campeonatos militares a fim de selecionar os melhores atletas amadores para as competições. Preocuparam-se, inclusive, em contratar treinadores estrangeiros, como foi o caso dos estadunidense Hebdem Corsan, técnico de natação e salto, Robert Flower, professor de atletismo, e do italiano Giovanni Abita, professor de esgrima (CANCELLA, 2013).

Importava a vitória no momento, pois o governo também se utilizava do esporte para estabelecer um vínculo com o nacionalismo, exacerbado após a Grande Guerra:

> Várias ações foram planejadas para dar conta dos festejos de maneira a projetar uma nova ideia de modernidade para o país, tanto no quadro internacional, quanto no nacional. Neste ponto, o número de ações dos gestores do Estado que visavam estabelecer mecanismos que trouxessem a ideia de pertencimento à nação, à "comunidade imaginada" de Benedict Anderson, foram ainda mais numerosas e relevantes, principalmente no uso dos esportes e das competições esportivas internacionais como instrumentos de produção desse discurso (MALAIA, 2011, p. 60).

Há de se levar em consideração que a prática de exercícios físicos era imbuída de todo um contexto filosófico. Segundo Hugo Suppo (2012) o desenvolvimento dos esportes modernos foram instrumento vetorial da identidade nacional.

No mesmo sentido, Hobsbawm (2008, p. 170-171) fornece uma vigorosa análise do nacionalismo no período pós-1918, argumentando que a partir desta época o conceito de nação extrapola as perspectivas tradicionais e assume expressão também nos esportes, em que os atletas e as equipes eram os próprios símbolo do Estado:

> Entre as duas guerras, o esporte como um espetáculo de massa foi transformado numa sucessão infindável de contendas, onde se digladiavam pessoas e times simbolizando Estados-nações, o que hoje faz parte da vida global. Até então, ocasiões como os Jogos Olímpicos e partidas internacionais de futebol interessavam principalmente ao público da classe média (apesar de os Jogos Olímpicos já começarem a assumir ares de competições nacionais mesmo antes de 1914) [...] Eles simbolizavam a unidade desses Estados, assim como a rivalidade amistosa entre suas nações reforçava o sentimento de que todos pertenciam a uma unidade, pela institucionalização de disputas regulares que proviam uma válvula de escape para as tensões grupais, as quais eram dissipadas de modo seguro nas simbólicas pseudolutas.

Complementa Hobsbawm (2008, p. 171): "A imaginária comunidade de milhões parece mais real na forma de um time de onze pessoas com nome. O indivíduo, mesmo aquele que apenas torce, torna-se o próprio símbolo de sua nação".

E nesse sentir, os esforços do governo federal, personificado na figura do presidente Epitácio Pessoa foram registrados por meio do "auxílio inestimável às corporações sportivas do país, contribuindo para o brilhantismo da nossa representação e ainda fornecendo todos os meios disponíveis para o seu êxito" (A EXPOSIÇÃO DE 1922, n. 2, Ago. 1922).

Parte dos intelectuais da época, tais como Olavo Bilac e Coelho Netto, eram fervorosos nacionalistas, defensores do alistamento militar obrigatório, contemporâneos das ideias trazidas pelos oficiais militares enviados para estagiar no exército alemão por iniciativa do Marechal Hermes da Fonseca (DOMINGOS, 2004).

Os ex-estagiários do exército alemão, chamados de *jovens turcos* se organizaram e lançaram uma revista em 1913 – A Defesa Nacional – para defender mudanças no

ensino militar, nas regras de promoção, bem como, vigorosa campanha pelo alistamento militar obrigatório (DOMINGOS, 2004).

Foi esta Liga que, após a vitória do campeonato Sul-Americano de futebol realizado em 1919, enviou um telegrama ao presidente do Fluminense, local da competição, parabenizando-o:

> A vitória que o Brasil acaba de obter não representa só um acontecimento esportivo porque interessa à vida nacional e à própria vida do continente americano. A mocidade brasileira deu o mais elevado testemunho do valor físico da nossa raça, do nosso espírito de disciplina e cavalheirismo, vencendo com a maior lealdade a adversários não menos leiais e dignos até da própria vitória. É na prática dos exercícios físicos que se formam as raças fortes, capazes de vencer na concorrência formidável que existe entre os povos, e em todos os ramos pacíficos da atividade. Vencendo o campeonato sul-americano em todos os ramos de desportos em que se disputou sem sofrer uma só derrota, a nossa mocidade levantou bem alto no campo da atividade desportiva a afirmação incontestável do valor da nacionalidade brasileira (Telegrama enviado pela comissão executiva da Liga de Defesa Nacional endereçado a Arnaldo Guinle presidente da CBD, 31de maio de 1919 – Arquivo do FFC, *apud* FERNANDEZ, 2010, p. 114)

À sua semelhança, nos Jogos do Centenário "era o esporte, principalmente através do popular futebol, que levava os ideais de modernidade e patriotismo, tão caros aos organizadores dos festejos, ao grande público" (CANCELLA, 2013, p. 35). No mesmo sentido, para Vasconcelos (2011, p. 11):

> [...] as razões que fizeram do esporte um meio único, em eficácia, para inculcar sentimentos nacionalistas teriam sido a faculdade e a facilidade de provocar, mesmo nos menores atores políticos individuais ou públicos, a identificação com a nação. A imaginária comunidade de milhões de concidadãos parece mais real, mais protagonista, na forma de um time de jogadores nomeados. O indivíduo, mesmo o simples torcedor, torna-se o próprio símbolo de sua nação.

Esse mesmo nacionalismo pode explicar, por exemplo, os constantes desentendimentos dos uruguaios e chilenos com a arbitragem[30]. O nacionalismo à flor da pele foi reconhecido pelo próprio representante do COI, Conde Baillet-Latour:

> Em relação aos atletas e espectadores, foi verificada uma completa falta de educação esportiva e também de respeito à autoridade dos juízes, além de um patriotismo tão exacerbado que, em certos casos, uma derrota poderia ser considerada como um ato de desonra nacional (LATOUR *apud* TORRES, p. 70).

Essa afirmação do representante do COI no Brasil em tudo se identifica com a comparação feita pelo presidente do Estados Unidos, Gerald Ford: "levando em conta o

[30] Durante o Campeonato Sul-Americano de Futebol, uruguaios e chilenos acusaram a arbitragem de favorecer a seleção brasileira. As reiteradas divergências acarretaram no abandono da competição pela Celeste.

que representa o esporte, um êxito esportivo pode servir a uma nação tanto como uma vitória militar" (FORD *apud* VASCONCELOS, 2011, p. 258)

Até a representação da seleção brasileira no Campeonato Sul-Americano de 1922 envolveu questões nacionais. Segundo Vasconcelos (2011) em virtude de disputas entre a Associação Paulista de Esportes Atléticos (APEA) e a CBD, os jogadores paulistas corriam o risco de ser excluídos do selecionado nacional. Foi necessária a intervenção de Altino Arantes, Governador de São Paulo e do Ministro das Relações Exteriores, Domício da Gama, para que São Paulo aderisse ao campeonato, sob os argumentos "político interno, de compromisso e reforço participativo a uma "expressão de identidade nacional" e diplomático externo, da repercussão positiva na "imagem exterior" do Brasil, afinal conseguida com a plenamente exitosa presença no prestigioso evento esportivo sul americano" (VASCONCELOS, 2011, p. 186-187).

Ainda que o Brasil tenha perdido os Jogos Olímpicos Latino-Americanos, ficando em terceiro lugar, atrás do Chile e da Argentina em primeiro, tal como noticiado pelo *The New York Times* na edição de 18 de setembro de 1922, venceu o Campeonato Sul-Americano de Futebol, que atraiu o maior público e centrou, verdadeiramente, as atenções do público nacional.

O mais importante: mostrou-se para o meio internacional, notadamente para as grandes potências, como um país modernizado após 100 anos de independência, cujo povo mantinha hábitos compatíveis com os europeus, e procurou firmar sua superioridade no contexto sul-americano ao mostrar-se um país capaz de organizar grandes eventos. Tal como afirma Garcia: "A Exposição do Centenário deveria mostrar ao mundo que o Brasil estava em condições de se igualar às grandes nações do Ocidente em termos de cultura e desenvolvimento civilizatório" (2006, p. 114). Almejava ser reconhecido como uma nação tipicamente "europeia" na América.

Essa proposta de inserção do Brasil no mundo pós-guerra se deu, como diria Celso Lafer (1987, p. 73-74), no "campo dos valores, que revela a importância de um país enquanto modelo mais ou menos a fim de vida em sociedade". Este autor ainda assinala que "toda política exterior resulta de um esforço de compatibilizar necessidades internas com possibilidades externas".

Nessa ótica, cumpre esclarecer quais seriam as necessidades internas e as possibilidades externas do Brasil em 1922. No plano interno, um ano antes, em 1921,

durante a campanha para presidente ocorreu o episódio das *cartas falsas*[31], acirrando as disputas e colocando em risco as relações entre os militares e a candidatura de Artur Bernardes[32], no que pode ser considerada primeira manifestação do movimento tenentista.

Em 1922 eclodiu o movimento dos *Dezoito do Forte*[33], levando o presidente Epitácio Pessoa a decretar estado de sítio no Estado do Rio de Janeiro e no Distrito Federal (DRUMOND, 2012; DEL PRIORI, 2001).

Economicamente o Brasil também não caminhava bem. Nesse período, para manter a economia cafeeira, enfrentou a superprodução:

> O financiamento desses estoques havia sido obtido em grande parte de bancos estrangeiros. Pretendia-se, dessa forma, evitar o desequilíbrio externo. Vejamos o que em realidade se passara. Os empréstimos externos serviam de base para a expansão de meios de pagamento destinados à compra de café que era retirado do mercado. O aumento brusco e amplo da renda monetária dos grupos que derivam suas receitas da exportação não podia, evidentemente, deixar de provocar pressão inflacionária. Essa pressão é particularmente grande numa economia subdesenvolvida, e se manifesta de imediato em rápido crescimento das importações, em razão da baixa elasticidade da oferta interna (FURTADO, 2007, p. 261).

Furtado (2007, p. 261) complementa que entre 1920 e 1922 "enquanto o *quantum* das exportações aumentava apenas dez por cento, o das importações crescia cerca de cem por cento".

Contrastando com as dificuldades internas, no plano externo o Brasil vivia o ápice de seu prestígio internacional (BUENO, 2003). Havia saído vencedor de suas questões na Conferência de Paz de Versalhes e ingressado na Liga das Nações como o único membro das Américas, já que o congresso do Estados Unidos não havia ratificado seu tratado.

O sopro fugaz do idealismo pós-guerra deu a impressão de que o Brasil poderia, utilizando-se do realismo jurídico-pacifista que marcava a sua política externa, participar da *grande politique* (LACERDA, 2013).

Seguindo a linha de pensamento de Celso Lafer (1987), tem-se que a necessidade interna no ano de 1922 era a coesão nacional, e o esporte, essencialmente o futebol, foi

---

[31] Em 1921, o Jornal *Correio da Manhã* publicou cartas supostamente escritas por Artur Bernardes a Raul Soares, contendo insultos às Forças Armadas e ao marechal Hermes da Fonseca. Artur Bernardes conseguiu provar que as cartas eram falsas.

[32] Político brasileiro que ocupou os cargos de presidente de Minas Gerais (1918 a 1922) e presidente do Brasil (1922 a 1926).

[33] O movimento dos Dezoito do Forte também é conhecido como A Revolta do Forte de Copacabana. É tratada como a primeira revolta do Movimento Tenentista, e assim ficou conhecida porque foi iniciada por dezoito pessoais, sendo dezessete militares e um civil. A revolta não teve a adesão almejada e, ao final de um dia de combate na Capital Federal, os revoltosos que não se renderam foram mortos.

utilizado para supri-la, unindo a nação em torno da seleção vencedora do Campeonato Sul-Americano.

Quanto às possibilidades externas, estas podem ser pontuadas pela necessidade de economicamente mostrar-se como uma sociedade evoluída desde a sua independência, pronta para receber os investimentos das grandes potências, capaz de organizar um evento internacional de grande porte. Nesse ponto as competições esportivas no Centenário cumpriram a sua função ao demonstrar os hábitos modernos da sociedade, que há trinta anos mantinha um regime escravocrata e agora queria figurar como uma nação europeizada no sul do continente americano.

Além disso, o prestígio, marca característica da diplomacia brasileira neste período, poderia ser acrescido da reputação normativa, da autoridade moral que o Brasil representava. Wylie (2006) ainda cita que o prestígio é muitas vezes mais importante para os Estados que não possuem poder estabelecido, e cita como exemplo de ação de política internacional de prestígio os investimentos realizados por um Estado para que atletas nacionais participem dos Jogos Olímpicos.

Esta comunhão de fatores foi marcadamente utilizada como instrumento da política externa brasileira, que buscou por meio das competições esportivas realizadas no Centenário da Independência, no plano interno, unir o povo em torno da nação, arrefecendo os conflitos políticos; e no plano externo, criar uma imagem de modernidade do país e da população, exibindo o Brasil como um país capaz de receber os investimentos externos, uma boa opção para as potências econômicas.

É nesse contexto do pós-guerra, que Boris Fausto (1999) assinala o fim da *Belle Époque* e o início da derrocada das oligarquias no Brasil. Para o autor, a partir desse momento nota-se o maior envolvimento da sociedade na política nacional, surge o primeiro partido comunista influenciado pela Revolução Russa de 1917, e o Brasil passa a enfrentar sucessivas crises e revoltas políticas.

Porém, o mundo que surgia do Tratado de Versalhes, cuja influência Epitácio Pessoa trouxe consigo, entraria em convulsão com as novas demandas *modernas*, materializadas no Brasil pela Semana de 1922. Longe de ser um erro, o pensamento do governo brasileiro era o caminho natural da ópera do mundo, cujo ato final seria a Segunda Guerra Mundial.

O esporte, sob qualquer ponto de vista, era um elemento da modernidade, tanto na *Belle Époque* quando no novo modernismo que surgia do pós-guerra. Era um instrumento moderno de que dispunham os Estados para demonstrar o avanço civilizatório de suas

populações, e para o Brasil, foi utilizado tanto para representar o caráter aristocrático, quanto o nacionalismo exacerbado pela Grande Guerra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil do ano de 1922 foi marcado pelo enfrentamento de dois conceitos de modernidade, o simbolizado pela Semana de Arte Moderna de 1922, e o que ainda vagava pela percepção dos dirigentes da época. Este, essencialmente aristocrático, fundado nos ideais do findo século XIX.

Especificamente no caso de Epitácio Pessoa, presidente que conduziu o Brasil entre 1919 e 1922, Lacerda (2013, p. 243-244) analisa que a sua diplomacia-presidencial manteve um "padrão aristocrático", o qual conduziu o Brasil a "uma posição de maior prestígio nas relações internacionais e nas relações comerciais após a Primeira Guerra Mundial, de maneira coerente com a percepção de mundo daquela época".

O conflito entre as percepções de mundo da fase imediatamente posterior ao término da Grande Guerra foi explicitado na revista *A Exposição de 1922*, quando ao analisar as Comemorações do Centenário da Independência, destaca que: "Se em umas [nações], entretanto, fortificaram-se as instituições, dentro dos antigos moldes, em outra poude menos a força das tradições, abrindo-lhes um novo capítulo, onde se refletem as lições do liberalismo americano, ou onde elas ensaiam doutrina sedutora dos extremistas (A EXPOSIÇÃO DE 1922, n. 1, Jul. 1922).

Foi nesse contexto que organizou-se a própria estrutura da Exposição Universal do Rio de Janeiro, pensada e realizada nos moldes das Exposições do século XIX, e que por sinal, foi a última deste tipo, tendo em vista que após 1922 todas as exposições realizadas foram diferentes, notadamente por constituírem-se sobre um tema (TORTIMA, 1990).

Como afirma Santos (2006, p. 114) "as exposições universais tinham sido um dos símbolos do capitalismo triunfante da *Belle Époque*, em sua crença nos poderes ilimitados da razão e da ciência e no progresso infalível da civilização liberal-burguesa de fins do século XIX", e conclui, enfaticamente:

> O Brasil empenhou-se em organizar a primeira exposição universal no pós-guerra, tomando como modelo o padrão de civilização que havia entrado em crise. Ao tentar emular esse formato, duramente posto em xeque pelos acontecimentos de 1914-1918, o Brasil parecia caminhar em sentido inverso à tendência internacional, no afã de alcançar a integração do país ao mundo "civilizado", cosmopolita, abastado e culto. A Exposição do Centenário deveria mostrar ao mundo que o Brasil estava em condições de se igualar às grandes nações do Ocidente em termos de cultura e desenvolvimento civilizatório.

O fim da *Belle Époque* das oligarquias, nesse contexto, foi marcado pela idealizada concepção de mundo que surgiu do Tratado de Versalhes, cuja influência Epitácio Pessoa trouxe consigo. Este mundo entraria em convulsão com as novas demandas *modernas*, materializadas no Brasil pela Semana de 1922 no campo artístico, e marcado pelas revoltas internas desse período, cujo principal movimento foi o *tenentismo*.

Não se pode afirmar, inequivocamente, que foi um erro tentar reavivar ideais do no século XIX. Internacionalmente, esta postura mostrou-se equivocada anos após, apenas com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, capítulo final da Grande Guerra. Internamente, o Brasil viveu o mesmo que tantos outros cuja ideologia "extremista" tem referência em *A Semana de 1922*, pois o movimento tenentista desencadeou a Revolução de 1930 e conduziu ao poder Getúlio Vargas, presidente que governou sob um modelo ditatorial, alinhado com os regimes fascistas, até 1945.

O papel da Exposição Internacional do Rio de Janeiro e os seus eventos esportivos foi o de construir para o meio externo o Brasil moderno, de acordo com os valores do século XIX, mas nas competições esportivas já se verificavam elementos conflitantes.

Ainda que o esporte tenha sido praticado nas competições de 1922 com os ideais britânicos, ressaltando-o como passatempo da aristocracia e destacando o valor do esporte amador, já se podia notar a influência do século XX. O nacionalismo, elemento crescente após a Grande Guerra, gerou disputas acirradas nos campos do Campeonato Sul-Americano de 1922, fazendo com que o Uruguai abandonasse a disputa, e merecendo a análise do representante do COI nos Jogos, o Conde Baillet-Latour, que foi enfático ao destacar um "patriotismo tão exacerbado que, em certos casos, uma derrota poderia ser considerada como um ato de desonra nacional" (BAILLET-LATOUR *apud* TORRES, p. 70).

As demandas pela profissionalização do futebol já se sentiam em 1922, ano em que foi criado o campeonato nacional de clubes. Durante a década seguinte este estágio foi alcançado.

A questão racial também foi confrontada. Enquanto a aristocracia branca tomava para si a prática dos esportes, o principal jogador da seleção brasileira, Arthur Friedenreich, era mulato, filho de uma negra com um alemão. Este fato traz à mente a visão que Rio Branco teve em 1896 ao comentar a respeito dos benefícios raciais e sociais que os esportes coletivos poderiam ter se praticados no Brasil.

No campo exterior, os grandes eventos esportivos, desde a sua origem, sempre se mostraram como um palco para muitas atividades além do esporte. Os boicotes olímpicos são registrados desde 1908, nos Jogos Olímpicos de Londres, quando a Irlanda se recusou a enviar seus atletas para que competissem sob a bandeira da Grã-Bretanha. Em 1920, nos Jogos Olímpicos da Antuérpia, a Bélgica se recusou a convidar a Alemanha e seus aliados, Áustria, Hungria, Bulgária e Turquia, afigurando-se como mais uma reprimenda internacional aos perdedores da guerra.

O realce que o Brasil pretendia conferir aos Jogos de 1922 já era explicitado desde 1919. Em matéria publicada no jornal *Estado de São Paulo* em 31/01/1919, intitulada "Jogos Olympicos Brasileiros de 1922", registrou-se que "a nossa olimpíada, a primeira a se realizar depois da guerra nos colocava numa situação única, a melhor possível para que a grande competição internacional a ser efetuada em território brasileiro o fosse com extraordinário realce e valor" (ESTADO DE SÃO PAULO, edição de 31/01/1919, p. 5).

Realizar os Jogos Olímpicos constituía agregava prestígio internacional ao país-sede, de modo que a França, nesse mesmo ano de 1919, tentou boicotar a organização levada à cabo pelo Brasil, fato que também foi relatado na mídia impressa carioca e paulista. Artigo publicado no *Estado de São Paulo* em 07/02/1919, intitulado "Os Jogos Olympicos de 1922: Será o Brasil prejudicado pela França?" (ESTADO DE SÃO PAULO, edição de 07/02/1919, p. 6.) assinalava que:

> Ao contrário do que desejávamos, e esperávamos não se registrou ainda em todo o país um movimento qualquer, mínimo que fosse, de protesto, senão de combate à pretensão que tem a França de chamar a si para realizar em 1920, em Lyon, os jogos olímpicos que nos estavam prometidos para 1922, no Rio ou em São Paulo, afim de comemorarmos o centenário da nossa independência. Já um período de quinze dias se encerrou desde que o "Correio da Manhã", no Rio, e esta folha aqui, deram a notícia de que a França faz todos os esforços para que se efetue em seu território a primeira olimpíada depois da guerra, olimpíada a que de há muitos anos temos incontestável direito. Alegam os franceses que não estamos preparados nem para concorrer a jogos olímpicos, quanto mais para organizar e os levar a efeito em território nosso, onde ainda não possuímos um "stadium" nacional.

Sabendo da importância do esporte para o meio internacional, a França já em 1920, organizou-se diplomaticamente no que diz respeito ao esporte, quando criou uma *Section du tourisme et de esport*, dependente do *Ministère des Affaires Étrangers* (SUPPO, 2012).

A política exterior brasileira, apesar de não encontrar-se diplomaticamente organizada como a França em relação à utilização do esporte como instrumento de

política externa, contou com o Barão do Rio Branco, que inseriu o esporte como instrumento da política externa já em 1906, na recepção do Secretário de Estado do Estados Unidos, Elihu Root, e em 1908, quando do discurso aos jogadores argentinos que excursionavam no Brasil.

A importância desse instrumento foi percebida pelo filho do Barão, Raul do Rio Branco, diplomata e representante do Brasil no COI, e pelo presidente Epitácio Pessoal, que se esforçou pessoalmente para a realização dos Jogos, ordenando a realização de obras essenciais, tal como a reforma e ampliação do estádio do Fluminense Football Club.

Considerando, nesse sentido, que "política exterior resulta de um esforço de compatibilizar necessidades internas com possibilidades externas" (LAFER, 1987, p. 74), avalia-se que a necessidade de coesão interna era latente para o Brasil em razão dos movimentos sociais da época, os quais fizeram com que o governo de Epitácio Pessoa fosse marcado por movimentos operários e levantes militares, os quais forçaram o presidente a decretar estado de sítio no último semestre do mandato. No plano externo, almejava o Brasil por prestígio, elemento que acreditava, poderia ser essencial para almejar um assento permanente na Liga das Nações. O esporte, naquele momento, tinha a capacidade de contribuir, tanto para a coesão interna, quanto para o prestígio internacional, configurando um importante elemento da diplomacia brasileira já nos anos 1920.

Esse capítulo esportivo-diplomático das relações internacionais brasileiras, contudo, foi pouco estudado até o momento. Os estudos que se desenvolveram a respeito do tema foram produzidos, quase que em sua totalidade, nos núcleos de História e Relações Internacionais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV).

A relevância do tema ora trabalhado para o campo das Relações Internacionais no Brasil é grande, pois o estudo da evolução da relação simbiótica entre esporte e política externa revela, em princípio, que a utilização do esporte como instrumento dessa política se tornou uma prática reiterada, um padrão da política externa brasileira no curso do século XX.

O presente estudo explica a origem da compreensão do interesse do Brasil nos megaeventos esportivos, no esporte de nível internacional. Não foi sem razão que o Itamaraty, junto ao presidente Luis Inácio, envidou esforços para que o Brasil sediasse a Copa do Mundo de Futebol neste ano de 2014, e as Olimpíadas em 2016.

É notório o interesse do MRE na utilização do esporte como mais uma de suas ferramentas, razão pela qual criou, em 2008, a Coordenação-Geral de Intercâmbio e Cooperação Esportiva (CGCE), com atuação em megaeventos esportivos, organismos internacionais e cooperação esportiva.

É nesse tom que Vera Cíntia Alvarez (s.d., p. 89-90), Ministra da carreira diplomática brasileira, afirma que "o futebol encontra mais uma utilidade no mundo das relações internacionais: ser instrumento de política externa, constituir-se em meio de interação social e cultural entre povos e culturas, transformando-se em um dos vetores da ação e do pensamento diplomático contemporâneo".

Os anos 1920, no Brasil, representaram para além da política das oligarquias, o desenvolvimento de duas marcas do país no exterior, carnaval e futebol (SANTOS, 2012), incorporando elementos do estrangeiro e mesclando-os com o toque nacional. Era justamente o que propunha Oswald de Andrade nos manifestos Antropofágico e da Poesia Pau-Brasil, que pregavam a deglutição, a antropofagia da cultura importada, com a inclusão de elementos nacionais, e a exportação da poesia "Pau-Brasil".

O carnaval, que antes era tipicamente brasileiro-africano, mesclou-se com as figuras francesas do *pierrot* e da columbina. O futebol, tipicamente inglês, ganhou o gingado brasileiro-africano, "os nossos despistamentos, os nossos floreios com a bola, o alguma coisa da dança e capoeiragem que marcam o estilo brasileiro de jogar" (FREYRE, 1945, p. 432).

O período estudado neste trabalho revelou-se importante para a caracterização da nacionalidade brasileira. Nele foram marcados os principais elementos caracterizadores da cultura brasileira, em oposição aos antigos laços com Portugal, e definido o modo de fazer política externa durante todo o século XX, neste incluído o esporte como seu instrumento.

REFERÊNCIAS

A EXPOSIÇÃO DE 1922. Rio de Janeiro, n. 1, jul. 1922, p. 25.

A EXPOSIÇÃO DE 1922. Rio de Janeiro, n. 3-4, volume único, set. 1922.

A EXPOSIÇÃO DE 1922. Rio de Janeiro, n. 5, set. 1922.

ACCIOLY, Hildebrando. **Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 2000.

ADONIAS, Isa. Exposição do Centenário da Independência do Brasil. *IN:* ALBUQUERQUE, Cylenne Chaves de. **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 150 anos**. Rio de Janeiro: Studio HMF, 1990.

ALTEMANI, Henrique. **Política externa brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

AMORIM, Celso. Segurança Internacional: novos desafios para o Brasil. Contexto int., Rio de Janeiro , v. 35, n. 1, June 2013 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292013000100010&lng=en&nrm=iso>. access on 19 Jan. 2014. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292013000100010.

ANJOS, José Luiz dos. **Corporeidade, Higienismo e Linguagem.** Vitória: UFES, 1995.

ARNAUD, Pierre. El deporte francés frente a los regímenes autoritários (1919-1939). In: AJA, Teresa (org.). **Sport y autoritarismos**: la utilización del deporte por el comunismo y el fascismo. Madrid: Alianza Editorial, 2002.

ARON, Raymond. Paz e guerra entre as nações. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

ASSIS, Machado de. **Esaú e Jacó**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

AUGUSTO, Sérgio. **Botafogo**: entre o céu e o inferno. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Geopolítica e Política Exterior – Estados Unidos, Brasil e América do Sul. Brasília: FUNAG, 2009.

BARACUHY, Braz. A crise da Liga das Nações de 1926: realismo neoclássico, multilateralismo e a natureza da política externa brasileira. **Contexto int**., Rio de Janeiro , v. 28, n. 2, Dec. 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292006000200002&lng=en&nrm=iso>. access on 26 Jan. 2014. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292006000200002.

BARBOSA, Ruy. (1916) Ruy Barbosa: O dever dos neutros (13-64). *IN*: CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Grandes Discursos Brasileiros de Política Internacional**. Brasília: 2006.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos**: um Haussman Tropical. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1990.

BILAC, Olavo. **Khronica**. Kósmos, ano 2, n. 11, nov. 1905. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=146420&pasta=ano%20190&pesq=novembro%201905.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003

BRAZILIAN AMERICAN. Brazilian Centenial Publication in English – Official Organ of the American Commission. October 14, 1922, Vol. 6, n. 155, 4th year.

BUENO, Clodoaldo. **Política externa da Primeira República**: os anos do apogeu (1912 a 1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CAILLOIS, Roger. **Os jogos e os homens**. Lisboa: Portugal, 1990.

CALÓGERAS, João Pandiá. **Formação histórica do Brasil**. Brasília: Senado federal, 2009.

CANCELLA, Karina. A Fundação da primeira sede da Associação Cristã de Moços na América Latina e sua atuação como fomentadora da prática esportiva no Rio De Janeiro pós-republicano. Recorde: **Revista de História do Esporte**, v. 3, p. 17, 2010.

_____. **O ESPORTE E AS FORÇAS ARMADAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA**: das atividades gymnasticas às participações em eventos esportivos internacionais (1890-1922). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

CANCELLA, K; MATARUNA, L. Para o "desenvolvimento physico do pessoal da Armada", institucionaliza-se o esporte: análises sobre as primeiras aproximações da Marinha do Brasil com as práticas esportivas e o processo de fundação da Liga de Sports da Marinha. **Revista Navigator**, v. 8, n. 15, p. 101 - 113, 2012. Disponível em <http://www.revistanavigator.com.br/navig15/art/N15_art2.html>. Visitado em 05.02.13.

CARPARO, André Mendes. **Um Diplomata na Defensoria do Esporte**: o futebol na literatura de Gilberto Amado. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. XXVI Simpósio Nacional de História: ANPUH: 50 anos. São Paulo: USP, 2011.

CARVALHO, Elizabeth Santos de. **O barão do Rio Branco e a política de aproximação com os Estados Unidos**. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de janeiro. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 26, p. 70 – 138, 2006. Disponível em <objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_126_2006.pdf > Visitado em 10.01.13.

CARVALHO, Carlos Delgado de. História das Américas. Rio de Janeiro: Record, [s.d.] 1976?

_____. **História diplomática do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1998.

CASTRO, Celso. In corpore sano - os militares e a introdução da educação física no Brasil. **Antropolítica**, Niterói, RJ, nº 2, p.61-78, 1º sem. 1997.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

COELHO NETTO, Paulo. História do Fluminense: 1902-2002.Rio de Janeiro: Pluri Edições, 2002.

COMISSÃO EXECUTIVA DO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA. **Programa official dos Festejos**. Rio de Janeiro: O Norte, 1922.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL. http://www.olympic.org/

CORREA, L. F. S. A visão do Brasil. *IN*: CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João. Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil. Rio de Janeiro: EMC, 2002.

CORREIO PAULISTANO. n. 15.431, 04 de agosto de 1906.

COUBERTIN, Pierre de. **Olympism** - Olympic memors. Lousanne: IOC, 1997.

DA COSTA, Lamartine Pereira. Exposição Internacional do Rio de Janeiro - 1822: um marco histórico do Movimento Olímpico e do esporte na América do Sul. **Coletânea do IV Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física**. Belo Horizonte, 1996.

_____. **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: CONEF, 2006.

Decreto 36.328/54 (PLANALTO, 2014)

DEL PRIORE, M; VENÂNCIO, R.**O livro de ouro da História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

DIÁRIO DA EXPOSIÇÃO. quinta-feira,18 de outubro de 1922.

DOMINGOS NETO, Manuel. Acerca da modernização do Exército. **Comunicação & política**, v. 22, n. 3, p. 23-46, 2004. Disponível em <http://www.cebela.org.br/imagens/Materia/2004-3%20023-047%20manuel%20domingos.pdf>. Visitado em 05.02.13.

DONATO, Hernâni. **Dicionário das batalhas brasileiras**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

DOPCKE, Wolfgang. Apogeu e colapso do sistema internacional europeu (1871-1918). *IN*: SARAIVA, José Flavio Sombra (org.) **História das Relações Internacionais Contemporâneas**: da sociedade internacional do séc. XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008.

DORATIOTO, Francisco. *IN*: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A abertura para o mundo**: 1889-1930 (História do Brasil nação: 1808-2010; 3). Rio de janeiro: Objetiva, 2012.

DRUMOND, Maurício. Os jogos esportivos do centenário: o ponto de vista político. *IN*: SANTOS, João Manuel C. Malaia; MELO, Victor Andrade de. **1922:** celebrações esportivas do centenário. Rio de Janeiro: 7Letras: Faperj, 2012.

DULCI, Tereza Maria Spyer. **O pan-americanismo em Joaquim Nabuco e Olivera Lima**. Campinas: Anais Eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC, 2006. Disponível em < anphlac.org/upload/anais/encontro7/tereza_dulci.pdf>. Visitado em 05.12.12.

DURKHEIM, Emile. Os ritos representativos ou comemorativos. In: *As formas elementares da vida religiosa.* São Paulo. Martins Fontes, 2000.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1995.

FAGUNDES, Luciana Pessanha. Rituais de Hospitalidade e Encenações da História: Visitas de Chefes de Estado no Governo de Epitácio Pessoa (1919-1922); IN: FRANCA FILHO, Marcílio Toscano; MIALHE, Jorge Luís; JOB, Ulisses da Silveira (Organizadores). Epitácio Pessoa e a Codificação do Direito Internacional. Porto Alegra: Sergio Antonio Fabris Ed., 2013.

FAUSTO, Boris. Society and politics. *IN:* BETHELL, Leslie. Brazil: empire and republic, 1822-1930. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FEIO, Noronha. **Desporto e política**: ensaios para sua compreensão. Lisboa: Compendium, [s.d.].

FERNANDEZ, Renato Lanna. **FLUMINENSE FOOT-BALL CLUB** - A construção de uma identidade clubística no futebol carioca (1902-1933) (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2010.

FLUMINENSE FOOTBALL CLUB. http://www.fluminense.com.br/

FONSECA JR., Gelson. Política externa brasileira: padrões e descontinuidades no período republicano. **Relações Internacionais**. n.29, p. 15-32, 2011. Disponível em < http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/ri/n29/n29a02.pdf > Visitado em 10.01.13.

FRANCA FILHO, Marcílio Toscano. **Epitácio, Futebol e Pureza Racial**. Um Breve Nota para a História dos Direitos Humanos no Brasil. Consultor Jurídico, 2007. Disponível em < http://www.conjur.com.br/2007-ago-10/ordem_pessoal_nao_confunde_decreto_estado> Visitado em 05.02.13.

FRANCA FILHO, Marcílio Toscano; MIALHE, Jorge Luís; JOB, Ulisses da Silveira (Organizadores). **Epitácio Pessoa e a Codificação do Direito Internacional**. Porto Alegra: Sergio Antonio Fabris Ed., 2013.

FRANCESCHI NETO, Márcia de. **A Participação Brasileira no Movimento Olímpico Internacional entre 1896 e 1925**. Rio de Janeiro: PPGEF/UGF, 1999. (Tese de Doutorado)

GALEANO, Eduardo. **Futebol ao sol e à sombra**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

GOMES, Laurentino. **1808**: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Entre América e Europa**: a política externa brasileira na década de 1920. Brasília: Editora Universidade de Brasília: FUNAG (Fundação Alexandre de Gusmão), 2006.

___A diplomacia dos armamentos em Santiago: o Brasil e a Conferência Pan-Americana de 1923. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo , v. 23, n. 46, 2003 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000200008&lng=en&nrm=iso>. access on 26 Jan. 2014. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882003000200008.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Ano 32, n. 110, 20 de abril de 1906.

GREGORIO, Vitor Marcos. O progresso a vapor: navegação e desenvolvimento na Amazônia do século XIX. **Nova econ**., Belo Horizonte , v. 19, n. 1, Apr. 2009 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512009000100008&lng=en&nrm=iso>. access on 26 Jan. 2014. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-63512009000100008.

GUIA ÁLBUM DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: [s.n.], 1922.

HOBSBAWM, Eric J.**Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens:** o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 2012.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. Construindo a Cidade Moderna: a Introdução dos Esportes na Vida Urbana do Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**, n. 23, p. 17-39, 1999.

_____.Imigrantes desportistas: os alemães no sul do Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.** Universidad de Barcelona. n.º 94 (108), 1 de agosto de 2001.

JESUS, Diego Santos Vieira de; GUIMARÃES, Valéria Lima. **Muito além da festa**: o VI sul-americano e as relações internacionais no centenário da independência do Brasil. *IN:* SANTOS, João Manuel C. Malaia; MELO, Victor Andrade de. 1922**:** celebrações esportivas do centenário. Rio de Janeiro: 7Letras: Faperj, 2012.

KUJAWSKI, Gilberto de Mello. **A crise do século XX**. São Paulo: Ática, 1988.

LACERDA, Matheus de Medeiros. **Diplomacia presidencial de Epitácio Pessoa**: da Conferência da Paz à volta ao Brasil: análise da política externa do presidente eleito. Curitiba: Appris, 2013.

LAFER, Celso. **Novas dimensões da política externa brasileira**. ANPOCS, 1987. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_05.htm.

_____. **A Identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira**: passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LESSA, Antônio Carlos. O Barão do Rio Branco e a inserção internacional do Brasil. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília , v. 55, n. 1, 2012 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292012000100001&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Jan. 2014. http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292012000100001.

LEVY, Ruth. **A exposição do centenário e o meio arquitetônico carioca no início dos anos 1920**. Rio de janeiro: EBA/UFRJ, 2010.

Livro de Ouro commemorativo do Centenário da Independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro: 7 de setembro de 1822 a 7 de setembro de 1922 - 7 de setembro de 1923. Rio de Janeiro, Annuário do Brazil, 1923.

LOPES, J. Sergio Leite. A VITÓRIA DO FUTEBOL QUE INCORPOROU A PELADA. **Revista USP**, n. 22, Junho/Julho/Agosto 1994, p. 64-83.

MALAIA, João Manuel C. "O futebol na cidade do Rio de Janeiro: microcosmo dos mecanismos de poder e exclusão no processo de urbanização das cidades brasileiras (1901-1933), Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

_____. "DIPLOMACIA DO PÉ": o Brasil e as competições esportivas sul-americanas de 1919 e 1922. **Tempo e Argumento**. v.3, n. 2, p. 43-76, jul/dez 2011. Disponível em <http://www.revistasudesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180303022011043/1788> Visitado em.22.09.2012.

MALAIA, João Manuel C.; MELO, Victor Andrade de. **1922:** celebrações esportivas do centenário. Rio de Janeiro: 7Letras: Faperj, 2012.

MANZUR, Tânia Maria Pechir Gomes. Opinião pública e política externa do Brasil do Império a João Goulart: um balanço historiográfico. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília , v. 42, n. 1, jun. 1999 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291999000100002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 jan. 2014. http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73291999000100002.

MARTOLIO, Edgard. **Citivis, Altivs, Fortivs**: mais rápido, mais alto, mais forte. São Paulo: Caras, 2005.

MATTOS, Claudia. **Cem anos de paixão**: Uma mitologia carioca no futebol. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MÁXIMO, João. Memórias do futebol brasileiro. **Estudos avançados**. v.13, n. 37, p. 179-188, 1999. Disponível em < http://www.scielo.br/pdf/ea/v13n37/v13n37a09.pdf> Visitado em 22.01.13.

MELLO, Celso Didier de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

MELO, Victor Andrade de. **Cidade Sportiva**: primórdios do esporte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

"Memórias de la Expedicion de los 33, al Mando del General Juan Antonio Lavalleja para expulsar a los portugueses de la Banda Oriental." In: **ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL**. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, v.88, 1968.

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Editora Universidade de Brasília/Instituto de Pesquisa de Relações internacionais, 2003.

MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz cem anos**: o centenário da independência no Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

NABUCO, Joaquim. **A escravidão**. Recife: Massangana, 1988.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque tropical**: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NETO-WACKER, Márcia De Franceschi; WACKER, Christian. **O Brasil torna-se olímpico:** fragmentos históricos do Brasil e do movimento olímpico até 1936. 2012). Manaus: Confederação Brasileira de Atletismo, 2012.

OBRAS do Barão do Rio Branco X : artigos de imprensa. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

OBRAS do Barão do Rio Branco IX : discursos. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

OLIVEIRA, José Manoel de. **Actos diplomáticos do Brasil**: tratados do período colonial e vários documentos desde 1493 – Volume II 1871-1912. Brasília: Senado federal, 1997.
OLIVEIRA, Odete Maria de. **Velhos e novos regionalismos**: uma explosão de acordos regionais e bilaterais no mundo. Ijuí: Unijuí, 2009.

O'NEILL, Barry. **Honor, Symbols and War**.United States of America: The University of Michigan Press, 1999.

PEREIRA, Manoel Gomes. *IN:* **Obras do Barão do Rio Branco IX** : discursos. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

PEREIRA, Paulo José dos Reis. **A Política Externa da Primeira República e os Estados Unidos**: a atuação de Joaquim Nabuco em Washigton (1905-1910). São Paulo: UNESP/UNICAMP/PUC-SP, 2005. (Dissertação-mestrado).

PESSOA, Epitácio. **Conferência da Paz, Diplomacia e Direito Internacional** Editor: Rio de Janeiro/RJ: INL, 1961. 220 p. Série: Obras Completas de Epitácio Pessoa, Vol. XIV.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. A legitimidade do moderno sentido de esporte. *IN:* RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes (org.). **Coletânea do IV Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física**. Belo Horizonte: UFMG/EEF, 1996.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Mensagem Presidencial apresentada ao Congresso Nacional na abertura da terceira sessão da nona legislatura pelo presidente Wenceslau Braz Pereira Gomes (1914 – 1918). Rio de Janeiro, 1917. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/wenceslau-braz/mensagens-presidenciais/mensagem-ao-congresso-nacional-na-abertura-da-terceira-sessao-da-nona-legislatura-1917/download. Acesso em 12/01/2014.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro** (A formação e o sentido do Brasil). São Paulo: Companha das Letras, 1995.

RICUPERO, Rubens. **Rio Branco**: o Brasil no mundo. Rio de Janeiro: Contraponto: Petrobrás, 2000.

_____. Carisma e prestígio: a diplomacia do período Lula de 2003 a 2010. **Política Externa**. v. 19, n. 1, p. 27 – 42, Jun/Jul/Ago, 2010.

RIO BRANCO, Raul do. **Reminescências do Barão do Rio-Branco**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.

RIO DE JANEIRO. **Memória da destruição**: Rio – uma história que se perdeu (1889-1965). Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas/Arquivo da Cidade, 2002.

ROCHA JUNIOR, Coriolano P. da. **Esporte e modernidade**: uma análise comparada da experiência esportiva no Rio de Janeiro e na Bahia nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.
ROUYER, Jacques. **A Sociedade Burguesa** – O caso da Inglaterra. *IN*: FEIO, Noronha. **Desporto e política**: ensaios para sua compreensão. Lisboa: Compendium, [s.d.], p. 120-123.

SANTOS, Araci Alves. **Terra encantada** – a ciência na Exposição do Centenário da Independência do Brasil (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

SANTOS, Daniel de Araújo dos. **FUTEBOL E POLÍTICA**: A CRIAÇÃO DO CAMPEONATO NACIONAL DE CLUBES DE FUTEBOL (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2012.

SANTOS, Luís Carlos Villafañe Gomes. **O Brasil entre a América e a Europa**: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington). São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SANTOS, Norma Breda dos. A política exterior da velha república. **R. Inf. Legisl**. Brasília, a. 28, n. 111, jul/set. 1991.

SANTOS, Ricardo Soares Stersi. A integração latino-americana no século XIX: antecedentes históricos do Mercosul. **Revista Sequência**, n. 57, p. 177-194, dez. 2008. Disponível em < http://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/14953>. Visitado em 12.12.12.

SENADO FEDERAL. **Decreto nº. 3.361 de 26 de outubro de 1917** - RECONHECE E PROCLAMA O ESTADO DE GUERRA INICIADO PELO IMPÉRIO ALEMÃO CONTRA O BRASIL. Disponível em: http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1917-10-26;3361. Acesso em 12/01/2014.

SIGOLI, M. A., DE ROSE JR., D. A história do uso político do esporte. **Revista Brasileira Ciência e Movimento.** v. 12, n. 2, p. 111-119, 2004. Disponível em < http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/viewFile/566/590 > Visitado em 05.02.13.

SUPPO, Hugo Rogelio. **Esporte e Relações Internacionais**. In: III Congresso Internacional do Núcleo de Estudo das Américas (NUCLEAS), 2012, Rio de Janeiro. III Congresso Internacional do Núcleo de Estudo das Américas (NUCLEAS). América Latina: processos civilizatórios e crises do capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: UERJ/NUCLEAS/FCE/Faculdade de Direito, 2012. p. 2-22.

SEVCENKO. Nicolau. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TEIXEIRA, Níncia Cecília Ribas Borges. Machado de Assis: o cronista e a construção da metrópole textual. **O eixo e a roda**: v. 16, p. 151-166, 2008.

TESCHE, Leomar. **O Turnen, a educação e a educação física nas escolas teuto-brasileiras no Rio Grande do Sul**: 1825-1940. Ijuí: Unijuí, 2002.

TOLEDO, Túlio de Giácomo. **A institucionalização da política externa da União Europeia como política exterior de prestígio**. [dissertação]; orientador, Arno Dal Ri Jr. – Florianópolis, SC, 2012.

TORRES, César R. **Jogos Olímpicos Latino-Americanos de 1922** – Rio de Janeiro. *IN*: DACOSTA, Lamartine. Atlas do Esporte no Brasil. Rio de Janeiro: CONEF, 2006.

_____. **Jogos Olímpicos Latino-Americanos**: Rio de Janeiro 1922. Manaus: Confederação Brasileira de Atletismo, 2012.

TORTIMA, Pedro. EXPOSIÇÕES MUNDIAIS E NACIONAIS: A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL. *IN:* ALBUQUERQUE, Cylenne Chaves de. **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 150 anos**. Rio de Janeiro: Studio HMF, 1990.

TROMPOWSKY JUNIOR, Roberto. DESPORTOS (Cap. 16, p. 412-419), *IN*: **Diccionário Histórico, Geográphico e Ethnográphico do Brasil** (Commemorativo do Primeiro Centenário da Independência), Primeiro Volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

VAREJÃO, Flávia Borges. **Esporte e Relações Internacionais**: Análise da não-adesão do Brasil aos boicotes aos Jogos Olímpicos de Moscou (1980) e Los Angeles (1984). Niterói: UFF, 2006. (Dissertação de Mestrado).

VASCONCELLOS, Douglas Wanderley de. **Esporte, poder e relações internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

VEIGA, E. A. D. da; SALAZAR, F. N; Melo, V. A. de; O esporte na imprensa e a publicidade esportiva no Rio de Janeiro do século XIX, *IN:* RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes (org.). **Coletânea do IV Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física**. Belo Horizonte: UFMG/EEF, 1996.

VIANA, Helio. **História Diplomática do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

WIGHT, Martin. **A Política de Poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

WYLIE, Lana. We care what they think: prestige and Canadian foreign policy. **ANNUAL MEETING OF THE CANADIAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION**, 2006. Toronto. York University, 2006. Disponível em https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/100452/314401.pdf?sequence=1> Visitado em 18.01.13.

YEGROS, R. S.; BREZZO, L. M. **História das relações internacionais do Paraguai**. Brasília: FUNAG, 2013.